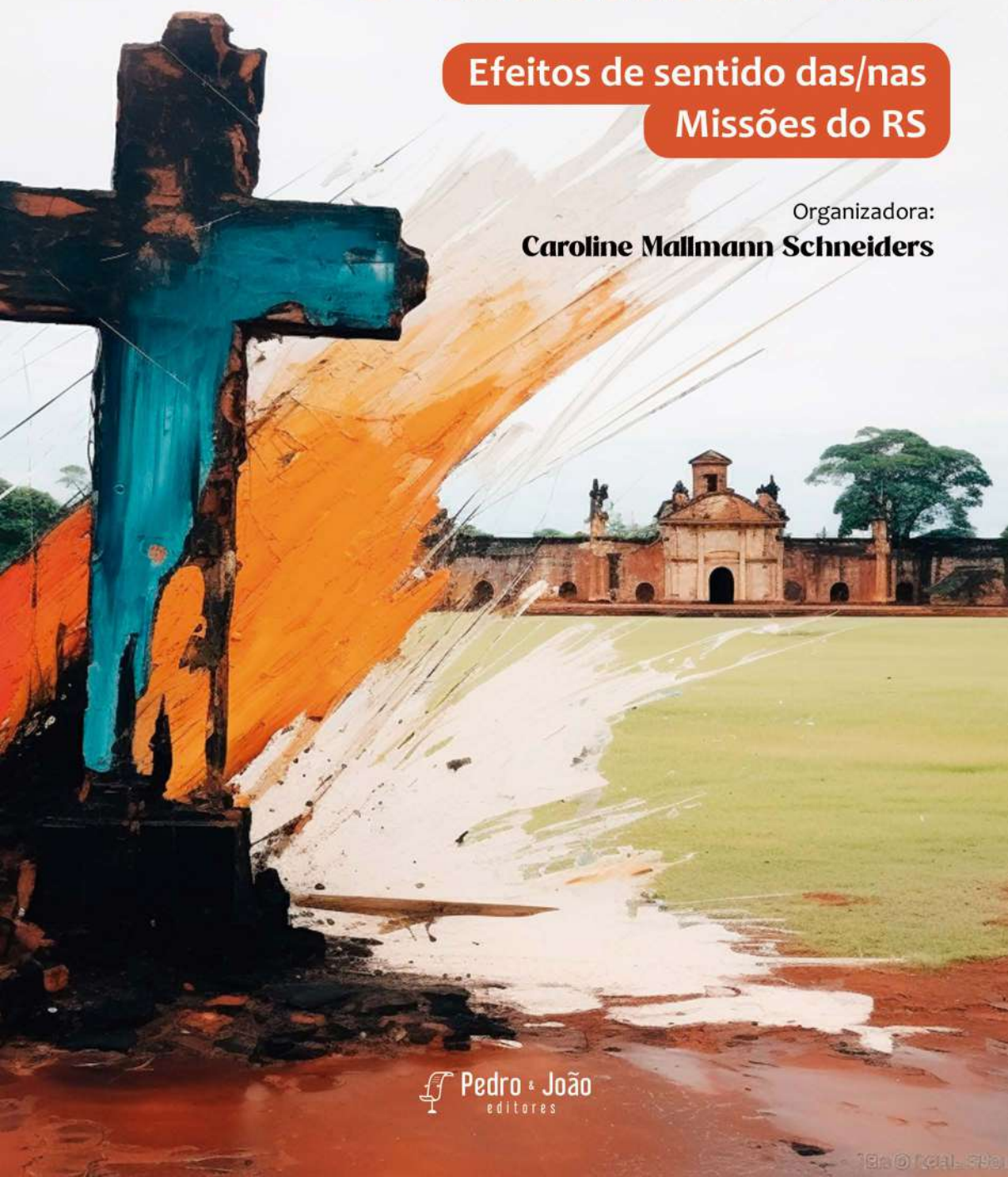


# Língua, história e memória:

Efeitos de sentido das/nas  
Missões do RS

Organizadora:  
**Caroline Mallmann Schneiders**



# **Língua, história e memória: efeitos de sentido das/nas Missões do RS**



**Pedro & João**  
editores



**Caroline Mallmann Schneiders  
(Organizadora)**

**Língua, história e memória: efeitos  
de sentido das/nas Missões do RS**

## Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

### Caroline Mallmann Schneiders [Orgs.]

**Língua, história e memória: efeitos de sentido das/nas Missões do RS.**  
São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 199p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0724-7 [Impresso]**  
**978-65-265-0725-4 [Digital]**

1. Língua. 2. História e memória brasileira. 3. Missões do Rio Grande do Sul - Brasil.  
4. Patrimônio cultural. I. Título.

CDD – 410

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Revisão:** Lourdes Kaminski

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

### Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**  
www.pedroejoaoeditores.com.br  
13568-878 – São Carlos – SP  
2023

## Sumário

- 7 Apresentação**  
Caroline Mallmann Schneiders
- 11 Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil**  
Adrieli da Silva Muller, Camila Stasiak, Caroline Mallmann Schneiders
- 53 Memória, história e versões: um olhar sobre o Museu das Missões**  
Adrieli da Silva Müller, Caroline Mallmann Schneiders
- 75 Nomeação e designação da cidade: entre o velho e o novo**  
Cássia Solano Machado, Caroline Mallmann Schneiders
- 97 A região das Missões enquanto objeto de pesquisa: efeitos de sentido do discurso em circulação**  
Mirela Schröpfer Klein
- 117 Jornal *O Cerro Largo*: circulação de sentidos sobre pátria durante a ditadura brasileira**  
Yasmin Schreiner Heinzmann
- 131 Língua, história e memória no espaço urbano de Guarani das Missões/RS**  
Letícia Martins, Caroline Mallmann Schneiders
- 157 Santo Ângelo, “A capital missioneira”: memória e história no espaço urbano da praça Pinheiro Machado**  
Hilary Maciel, Luany Ribas, Caroline Mallmann Schneiders

**185 Sepé Tiaraju e a construção de um imaginário missioneiro**

Bruna Luiza Mallmann

## Apresentação

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990, p. 426)<sup>1</sup>.

A região das Missões, do Rio Grande do Sul (RS), constitui-se por uma história vinculada às Reduções Jesuíticas, a qual é lembrada/comemorada (Venturini, 2008)<sup>2</sup> de diferentes formas nos espaços urbanos dos municípios que integram a região missioneira. Nos espaços urbanos, observamos, pois, que esse passado histórico ressoa nas diferentes práticas sociais, produzindo efeitos de sentido que reverberam determinada memória sobre as Missões/RS.

A memória que é posta em circulação nas diferentes materialidades significantes que integram esses espaços urbanos possui uma relação estreita com a ideologia, visto que,

Pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de “conteúdos”) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. (Orlandi, 2004, p. 31)<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>2</sup> VENTURINI, Maria, C. *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Letras (UFSM), 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3952?show=full>. Acesso em 12 de jul., 2022.

<sup>3</sup> ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, Editora Pontes, 2004.



A partir dessa relação entre memória e ideologia, podemos compreender a maneira como o discurso é constituído pela exterioridade, permitindo a inscrição da língua na história para a produção de efeitos de sentido. Segundo Orlandi (2004), “só podemos ter língua e história conjugadas pelo efeito ideológico, pela consideração de sua materialidade específica, ou seja, pela referência ao (inter)discurso” (p. 40).

É essa tríade - língua, história e memória - que ancora, portanto, as reflexões propostas neste livro, visando, sobretudo, como os espaços urbanos da região das Missões/RS funcionam como ‘lugares de memória’, nos termos de Nora (1993<sup>4</sup>), os quais ancoram determinada memória coletiva, a qual, por sua vez, produz um efeito de evidência de sentidos sobre certos fatos históricos.

É considerando tais questões que observamos a necessidade de divulgar, por meio deste livro, as pesquisas, sob o viés da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso materialista, realizadas sobre e na região das Missões, do Rio Grande do Sul. Tais pesquisas vinculam-se ao projeto “Língua, história e memória: efeitos do funcionamento discursivo da produção do conhecimento linguístico”, desenvolvido junto à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS.

O objetivo desse projeto é refletir sobre a história da produção do conhecimento no sul do Brasil, mobilizando diferentes materialidades significantes enquanto objeto de análise, como: revistas científicas, jornais, entrevistas, instrumentos linguísticos, museus, espaço urbano e suas designações, dentre outros. Tais discursos são considerados como objetos linguístico, histórico e ideológicos, que possibilitam a compreensão do modo como a produção do conhecimento constitui-se em determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica, além dos efeitos de sentido que são produzidos (ORLANDI, 2002)<sup>5</sup>.

Quando tratamos da produção de conhecimento, partimos do princípio de que todo conhecimento é uma realidade histórica, constituído

---

<sup>4</sup> NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC/SP dez. de 1993.

<sup>5</sup> ORLANDI, Eni. *Língua e Conhecimento Linguístico*. Para uma História das Ideias Linguísticas no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

por um horizonte de retrospectão e de projeção, os quais indicam que o ato de saber relaciona-se a um passado, por meio de um conjunto de conhecimentos antecedentes e, ao mesmo tempo, a um futuro que dele se desdobra. Consideramos que “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (AUROUX, 1992, p. 11)<sup>6</sup>, ou seja, o conhecimento está em relação ao tempo e não há conhecimento instantâneo, por estar situado em dado momento na história e afetado por uma exterioridade que o constitui.

Tendo em vista esse pressuposto, os textos que compõem este livro enfatizam materialidades significantes que circulam/circularam na região das Missões do Rio Grande do Sul, visando a compreender, sobretudo, a maneira como as mesmas são constituídas por um processo discursivo que coloca em funcionamento determinada narratividade sobre a memória e a história que lhe são constitutivas. Visamos, portanto, com essa obra, contribuir para as reflexões em torno da região missioneira a partir de um olhar discursivo, buscando compreender esse espaço enquanto um espaço de significação que produz efeitos de sentido por meio da relação entre língua, memória e história. Logo, buscamos ampliar as discussões em torno das e nas Missões/RS, a fim de problematizar práticas discursivas e sociais que estão naturalizadas e que são hegemônicas nesse espaço.

Caroline Mallmann Schneiders (UFFS)

A presente obra é resultado de recurso financeiro de subprojeto  
(PES 2020-0393 - EDITAL N° 270/GR/UFFS/2020)

---

<sup>6</sup> AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.



# Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil

Adrieli da Silva Muller (UFFS)

Camila Stasiak (UFFS)

Caroline Mallmann Schneiders (UFFS)

**Resumo:** Buscamos analisar, filiando-nos à História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso franco-brasileira, a representação de língua a ser ensinada e em circulação na imprensa em um contexto marcado pela imigração alemã. Para tanto, mobilizamos, como objeto analítico, um jornal local, *O Cerro Largo*, que circulou no município de Cerro Largo, situado nas Missões do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1957 e 1974. A partir desse jornal, delimitamos, como *corpus* de análise, a seção intitulada “Hora pedagógica”, publicada sobretudo no ano de 1958, a qual é caracterizada por se constituir de dicas gramaticais criadas por professores, as quais buscam, através de planos de aula, propor correções a determinadas “irregularidades” que são cometidas pelos alunos em sala de aula. Também, delimitamos as seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, publicadas a partir do final de 1958. Diante disso, objetivamos compreender os efeitos de sentido a respeito da língua do/no Brasil, inscritos no discurso metalinguístico em circulação no referido jornal, explicitando a determinação histórica e ideológica do discurso *da* e *sobre* a língua que circula e materializa-se nesse meio de comunicação no final dos anos de 1950.

**Palavras-chave:** Jornal; Língua; Discurso metalinguístico.

## Considerações iniciais

A língua nacional é compreendida como elemento regulador de homogeneidade linguística, sendo constituída pela sua relação com a Nação. Nesse sentido, além de estabelecer um caráter homogêneo ao Estado, também é um elemento que caracteriza um povo a partir de traços culturais que são envolvidos na língua e que, conseqüentemente, contribuem com o reforço da identidade de seus falantes.

Tendo em vista este caráter homogeneizante da língua nacional, a identificamos também como importante ferramenta de pertencimento de seus cidadãos, o que resulta em um sentimento nacionalista. Esse fato irá salientar a perspectiva de uma língua comum à toda a Nação, constituindo, assim, um imaginário de língua, por meio do qual,

Podemos pensar a língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-Nação, Nação esta dominante nos tempos modernos. E é com a língua nacional que o Estado se apresenta com sua soberania frente a outros Estados. (ORLANDI, 2009, p. 13).

A partir das palavras de Orlandi, é possível identificar que a língua nacional é fator constituinte do Estado, juntamente com os instrumentos linguísticos (AUROUX, 2009) que a legitimam, tal como a gramática e o dicionário. É dessa maneira que, ao ser uma língua que representa o Estado, cumpre com o ideário de consciência nacional e a dissipação de uma idealização imaginária que faz circular e se materializar em torno da língua portuguesa no Brasil.

No cenário brasileiro, a busca pela homogeneidade linguística se constituiu, historicamente, desde a colonização, por meio de diferentes políticas linguísticas de imposição da língua portuguesa aos seus falantes. O objetivo de tais políticas linguísticas de imposição visava, sobretudo, surtir a prevalência de um sentimento nacional e regulamentá-lo segundo um símbolo de consciência nacional, e, para tanto, as diferentes línguas que circulavam em território brasileiro tiveram que ser reduzidas à língua portuguesa, configurando um imaginário em torno da língua do/no Brasil vinculado à língua portuguesa de Portugal.

Um período expressivo no que tange às políticas linguísticas de imposição, já, no século XX, foi o Governo Vargas (1937/1945), o qual instaurou duras medidas em torno das línguas de imigração, objetivando fortalecer o sentimento nacionalista através da língua. Tais medidas visavam, sobretudo, o silenciamento/apagamento das línguas faladas por imigrantes no território brasileiro. Nesse contexto, a língua torna-se, portanto, um sinônimo de dominação, por meio do qual o Estado torna-se centralizado e unitário. (ORLANDI, 2005)

Tendo em vista essa relação entre língua e nação, buscamos, no presente artigo, trazer os resultados do subprojeto “Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil” (PES 2020-0393), desenvolvido junto à Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*, cujo interesse central foi analisar a representação de língua a ser ensinada e em circulação na imprensa em um contexto marcado pela imigração alemã. Para tanto, mobilizamos, como objeto analítico, um jornal local, *O Cerro Largo*, que circulou no município de Cerro Largo, situado nas Missões do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1957 e 1974. A partir desse jornal, delimitamos, primeiramente, como *corpus* de análise, a seção intitulada “Hora pedagógica”, publicada no ano de 1958, a qual é caracterizada por se constituir de dicas gramaticais criadas por professores, os quais buscam, através de planos de aula, propor correções a determinadas “irregularidades” que são cometidas pelos alunos em sala de aula. Também, delimitamos as seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, publicadas a partir do final de 1958<sup>1</sup>.

Buscamos, portanto, compreender os efeitos de sentido a respeito da língua do/no Brasil, inscritos no discurso metalinguístico em circulação no referido jornal, explicitando a determinação histórica e ideológica do discurso *da* e *sobre* a língua que circula e materializa-se nesse meio de comunicação no final dos anos de 1950. Para o desenvolvimento dessa reflexão, ancoramo-nos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso franco-brasileira, articulada à História das Ideias Linguísticas.

Diante dessa filiação, explicitamos como, em meio a essas relações de poder que permeiam a língua, a região missioneira, na qual o jornal teve circulação, é determinada por uma imposição linguística vinculada ao idioma nacional, produzindo um apagamento e silenciamento das demais línguas que integravam esse espaço de enunciação. Assim, entendemos que a reflexão proposta contribui para a compreensão dos efeitos de sentido representados a partir da língua nacional, em um período demarcado por autoritarismos e imposições linguísticas.

---

<sup>1</sup> Em dezembro de 1958, verificamos a publicação de “Dicionário”, e, em 1959, observamos a publicação da seção “Dicionário Moderno”, que teve maior regularidade de publicação entre os meses de fevereiro e abril.

## **A constituição de um imaginário de língua no/do Brasil: algumas considerações**

Ao refletirmos sobre a língua em determinadas condições sócio-histórica e ideológicas, segundo nosso aporte teórico-metodológico, que é o da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso franco-brasileira, devemos considerar o modo como o político afeta as questões linguísticas, compreendendo, assim, a historicidade, a memória discursiva que reverbera da e sobre a língua em circulação.

Sabemos que a história da constituição da língua no/do Brasil (con) funde-se com a história da colonização, sendo uma história marcada por políticas de imposição linguística, visando a fixação da língua portuguesa dos colonizadores. A língua, nesse contexto, tornou-se um importante instrumento de dominação, sendo através da “intervenção da política em questões linguísticas” que se produziu como “efeito um apagamento do estreito contato entre a língua e a sociedade em sua forma histórica”. (MARIANI, 2004, p. 18)

Esse apagamento que se buscou produzir, sobretudo, por meio de diferentes ações/políticas constitui-se no que entendemos, segundo Mariani (2004), como colonização linguística, a qual

resulta de um acontecimento na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato. Trata-se de um processo histórico de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente `a(s) outra(s), colonizada(s). (MARIANI, 2004, p. 19).

Assim, a língua portuguesa fixa-se no território brasileiro em função de a mesma, enquanto língua de Estado, possuir, como destaca Orlandi (1993), “uma memória já estabelecida dos sentidos” (p.11), possibilitando que a mesma se constitua como a língua nacional/oficial do Brasil. Mariani (2004) destaca que o processo de colonização linguística é marcado pela “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único”. (MARIANI, 2004, p. 25)

Como sabemos, o Brasil, historicamente, é marcado pela heterogeneidade linguística. Durante o Brasil Colônia, circulavam neste território diversas línguas indígenas, com destaque para a língua geral, que foi ponte comunicativa entre indígenas e jesuítas, assim como o latim, com os jesuítas e os demais colonizadores portugueses, além da língua portuguesa de Portugal.

Dentre as políticas linguísticas de imposição mais representativas da época, podemos citar as reformas Pombalinas, no século XVIII, bem como a expulsão dos jesuítas da colônia, ações que tinham por objetivo coibir a utilização da língua brasílica frente ao português. Foi, então, por meio de um decreto, de um ato político-jurídico, do Diretório dos Índios, promulgado por Marquês de Pombal, que se institucionalizou a língua portuguesa na colônia e, para tanto, “era essa, e apenas essa, a língua que devia ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na corte”. (MARIANI, 2004, p. 33)

Com isso, observamos uma “forma de reafirmação dos sentidos já estabelecidos e também como forma de oficializar em definitivo a língua como uma das instituições nacionais portuguesas na colônia” (MARIANI, 2004, p. 29). Ou seja, com o Diretório dos Índios, buscou-se silenciar as demais línguas, e, por consequência, seus falantes, em circulação no espaço de enunciação brasileiro, em especial, a língua geral, a qual era vista como uma “invenção diabólica”.

Para a consolidação da instituição da língua portuguesa, tornou-se necessária a organização de um outro sistema escolar, o qual tinha como base o ensino da língua portuguesa. Retomamos, mesmo que brevemente, esse acontecimento, uma vez que o mesmo indica como a Instituição escola vai funcionar, desde os tempos da colonização, como um Aparelho Ideológico do Estado, atuando a favor de uma ideologia dominante. Isto é, permite-nos compreender como o imaginário de língua do/no Brasil, vinculado à língua portuguesa, constitui-se tendo em vista uma noção de homogeneidade linguística e filiação aos moldes gramaticais da língua latina.

Nas palavras de Mariani,

Trata-se da explicitação de uma política linguística como razão de uma nação, associada a um planejamento linguístico que impõe juridicamente uma língua, o que resulta na construção de uma unidade e de uma



homogeneidade lingüísticas, imaginariamente necessárias à hegemonia portuguesa na colônia. (MARIANI, 2004, p. 149).

No entanto, é preciso destacar que, mesmo com essas políticas visando à homogeneidade da língua portuguesa da colônia e da metrópole, a língua portuguesa que se fixa no Brasil historiciza-se de maneira diferente, sendo determinada por outras condições de produção. Assim, a língua portuguesa do/no Brasil adquirirá características próprias, diferenciando-se da língua da metrópole, o que acarretará, após a independência, no ano de 1826, em discussões envolvendo a língua falada no Brasil, as quais passam a questionar essa língua com maior propriedade. A partir de uma pauta no parlamento, foi proposto que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem escritos em “linguagem brasileira”, e, em 1827, entra em vigor uma lei que determinava que nas escolas seria ensinado “a gramática da língua nacional”. Nesse meio, de acordo com Dias (1996, p. 12), é a primeira vez que a denominação “Língua Nacional” é utilizada.

E qual língua nacional seria essa? É inevitável considerar, para essa reflexão, o fato de que Portugal, durante o processo colonizador, traz para o Brasil a Língua Portuguesa com sua cultura já construída, isto põe em contexto uma língua autônoma, já afirmada em dicionários e gramáticas, ou seja, a língua portuguesa obtinha uma regulamentação através destes materiais que reforçavam a pertinência desta língua. Havia, porém, em controvérsia, um panorama diferente na colônia, o que predominava era a língua dos indígenas, e, como se sabe, uma das fatídicas maneiras de dominação de um povo é através de sua língua. Considerando o período das descobertas, “as línguas não européias são consideradas difíceis, defeituosas, sem racionalidade” (MARIANI, 2008, p.73), sendo, desse modo, que se evidencia o processo de inserção da língua do colonizador na colônia.

Assim, após a independência do Brasil, e, sobretudo a partir de meados do século XIX, há uma notável busca pela legitimação da língua portuguesa com suas características linguísticas brasileiras. Nesse sentido, passou-se a demonstrar a necessidade de formação e afirmação identitária através da língua que se historicizou conforme processos próprios vivenciados pelo povo brasileiro e considerando o contato com as outras línguas que circulavam no local, como se pode elucidar nas palavras de Mariani,

De um ponto de vista discursivo, compreende-se que a língua portuguesa, ao atravessar o atlântico e adentrar as terras da colônia, sem dúvida irá sofrer modificações em sua estrutura, mas irá, sobretudo, historicizar-se de modo diferente, passando a ser uma língua cuja memória já não é mais apenas aquela relacionada à história portuguesa. o contato com outras línguas e o fato de ser falada por sujeitos nascidos na colônia impregnam a língua usada no Brasil com um sentimento de identidade outro, não mais português. Sua legitimação como língua nacional no Brasil, portanto, passa por injunções que a historicizam de modo diferenciado: essa língua portuguesa já não é mais a mesma que se continua falando em Portugal. Por outro lado, não há como silenciar totalmente a memória portuguesa, gerando esse efeito contraditório: fala-se a mesma língua e ao mesmo tempo fala-se outra língua. (MARIANI, 2008, p. 82).

Mariani pontua, ainda, que a história da língua no/do Brasil é marcada por resistências linguísticas, as quais apontam para “o papel da linguagem na transformação de uma colônia em nação independente” (MARIANI, 2004, p. 21). Vê-se, através do contato com as outras línguas e outros povos, a constituição de um sentimento de identidade linguística distinto da língua portuguesa de Portugal, o que nos permite compreender o funcionamento do político, o modo como, por meio da língua, se produzirá embates ideológicos, jogos de forças, trazendo à baila posições discursivas distintas. Nesse sentido,

luta-se tanto pelo nome da língua falada na ex-colônia quanto pela defesa das práticas discursivas vigentes; luta-se pelo que foi fruto de uma outra história linguística, cujo início se deu com o confronto entre diferentes línguas, cada uma com sua memória. (MARIANI, 2004, p. 21).

Esse período de afirmação de uma língua brasileira, na segunda metade do século XIX, também é caracterizado por Orlandi (2009) como descolonização linguística, momento de crescente evidências acerca das diferenças linguísticas entre o Português do Brasil e o Europeu. Segundo Guimarães (2004), “é o momento de demonstrar que o português que aqui se falava e escrevia era diferente do português de Portugal” (GUIMARÃES, 2004, p. 24). Para Orlandi (2001), é um cenário,

crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. (ORLANDI, 2001, p. 8).

Dessa forma, esse processo do que se entende por descolonização linguística, visa a mostrar que a língua nacional, conseqüentemente, adquire aspectos da cultura local brasileira, e, ao longo do tempo, vai se desvinculando da Corte. No entanto, tendo em vista que a língua portuguesa materializou-se diferentemente no Brasil, considerando aspectos linguísticos locais, mesmo assim, não há como falar em língua nacional sem tratar da memória deixada pela língua do colonizador, como se entende nas palavras de Mariani,

O português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação da política da colônia em nação independente. (MARIANI, 2004, p. 22).

Nessa perspectiva, a língua passou a ser modificada, e, mais tarde, afirmada em instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários produzidos no Brasil e por brasileiros, para surtir a prevalência de um sentimento nacional e regulamentá-la segundo aspectos brasileiros. É explícito que, ao funcionar e se interligar com diferentes culturas, como exemplo as línguas indígenas, africanas, e tantas outras, a língua portuguesa adquire características particulares, tornando-se uma língua outra, como apresenta Guimarães,

O português do Brasil vai, com o tempo, apresentar um conjunto de características não encontráveis, em geral, no português de Portugal, da mesma maneira que o português, em diversas outras regiões do mundo, terá características também específicas, em virtude das condições novas em que a língua passou a funcionar. (GUIMARÃES, 2005, p. 26).

Retomamos essas questões históricas acerca da constituição da língua portuguesa no/do Brasil a fim de compreender o modo como vai se

constituindo o imaginário de língua que circul(ou)a e que perpass(ou)a as práticas pedagógicas e sociais. Segundo Guimarães (2003), os estudos sobre o português do Brasil que se desenvolveram, em especial a partir de 1880, tiveram um “papel decisivo na constituição da nacionalidade brasileira. Estes estudos tomaram a forma específica de gramáticas e dicionários brasileiros e, na forma de um conhecimento descritivo e normativo, fizeram parte da constituição de nosso imaginário de língua nacional para o Brasil” (GUIMARÃES, 2003, p.47).

Assim, o processo de gramatização brasileiro desempenhará um papel importante para colocar em evidência a diferença entre a língua falada no Brasil e em Portugal, o que não afetará apenas a nomeação das gramáticas, mas, sobretudo, traz à baila a discussão do nome da língua. Para Orlandi, o “argumento do ‘novo’ contra a tradição assim como a afirmação da unidade linguística com Portugal são, pois, os dois pontos fortes da gramatização brasileira no final do século XIX” (ORLANDI, 2001, p. 27).

Vale pontuar que, à época, os autores das gramáticas possuíam uma dupla posição institucional, sendo “também professores, escritores, historiadores ou jornalistas” (ORLANDI, 2001, p. 28). Isso permite-nos compreender que o saber sobre a língua é afetado por diferentes posições, as quais não são neutras frente ao conhecimento linguístico e aos efeitos de sentido produzidos na formação do Brasil.

Na busca pelo distanciamento da língua do Brasil com relação à língua de Portugal, inúmeras polêmicas surgiram e muitos foram considerados como ‘autores incorretos, que escreviam mal’, como: Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, entre outros. Serafim da Silva Neto pontua que, no Brasil, “imperou a insuportável tirania do ‘purista’” (SILVA NETO, 1950, p. 253).

Pinheiro Chagas foi o pivô de uma crítica que “teve larga repercussão e chocou, imensamente, a sensibilidade dos escritores brasileiros contemporâneos” (SILVA NETO, 1950, p. 254):

*O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrèpidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados*

e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) *chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania do Lobato.* (SILVA NETO, 1950, p. 254).

Pinheiro Chagas, na visão de Serafim, “não compreendeu o sentido da renovação que se processava no Brasil. Não se tratava de uma rebelião contra a língua, patrimônio comum, mas sim da criação de um novo *estilo*, mais intimamente ligado à língua falada do Brasil, e, por isso, mais real”. (SILVA NETO, 1950, p. 255-256)

Com este intuito de resguardar a língua de Camões, o papel das Academias, no século XIX, também foi fundamental, atuando a favor da língua do Estado, ou seja, compreendemos o funcionamento do ideológico e do político nas questões linguística da época:

A fundação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras, consolidava esse movimento de restauração idiomática, ou de resistência aos fatores de deformação de nossa linguagem falada e escrita. Valia por um renascimento do vernaculismo. Na sessão solene da fundação da instituição, Machado de Assis podia declarar, com o assentimento geral, que o desejo de todos era conservar, no meio da federação política, a unidade literária. (LIMA SOBRINHO, 2000, p. 168).

Tendo em vista tais questões, podemos observar a maneira como se institui o imaginário de língua do/no Brasil, o qual deveria estar vinculado à língua dos colonizadores, à língua de Camões, considerando o que foge a esse modelo de língua como erro. Essas questões são importantes para nossa reflexão pelo fato de nos permitirem compreender como a noção de erro vai se instituindo quando tratamos da língua, questão que é recorrente em nosso material de análise.

## **Língua, sujeito e instrumentos linguísticos**

Como o foco de nosso interesse está na representação de língua a ser ensinada e em circulação na imprensa em um contexto marcado pela imigração alemã, devemos levar em consideração, segundo Dias (1996), que a língua portuguesa representa, para a nação brasileira e para o Estado, a língua nacional e oficial que caracteriza a pátria, o povo, lhe dá

pertencimento; já, para o imigrante e seus descendentes, os sentidos não são os mesmos, adotando como sua a língua alemã e não a língua portuguesa.

No Brasil, as políticas de língua, bem como as regulamentações das memórias discursivas sobre as línguas, por parte do Estado, em especial, no que se refere à língua de imigração alemã, devem ser observadas pelo analista em relação ao espaço de enunciação. Este espaço, conforme Guimarães (2003), é o que distribui determinada língua aos seus falantes, sendo que tal distribuição é feita de maneira desigual, pois as línguas são atribuídas a seus falantes em função do espaço de enunciação, segundo regulamentações específicas, que representam as línguas dominantes em circulação, como é o caso da língua oficial do território.

Trata-se, portanto, de observar o funcionamento do político nas relações entre línguas, ou seja, o político faz parte do funcionamento da língua em relação aos seus falantes. No entender de Guimarães:

os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que venho considerando o que seja o político. (GUIMARÃES, 2014, p. 51).

Conforme Guimarães (2003), no espaço de enunciação, os falantes não são tomados psicologicamente, ou seja, como indivíduos empíricos, psicológicos, mas são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas línguas. Assim, por meio da análise discursiva do jornal *O Cerro Largo*, buscamos destacar como ocorre a cristalização dos sentidos em torno de determinada representação da língua, fazendo circular, sobretudo, a língua calcada nos discursos oficiais, dentro de relações de poder estabelecidas.

Consequentemente, falar em língua nacional, é refletir sobre a herança cultural que se materializa na língua. Nesse sentido, por seu caráter histórico e singular, pode também ser usada como símbolo de poder e dominação sobre outros povos. Cabe destacar que, no Brasil, há a sobreposição do que se considera como língua nacional e como língua oficial, que é a língua de um Estado, a utilizada nas ações formais e nos

seus atos legais (GUIMARÃES, 2003). Ou seja, a língua portuguesa é a língua oficial e nacional do Brasil. Assim, como discorre Guimarães (2003),

enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática e o dicionário. A estas se junta de maneira decisiva hoje a mídia. Estas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado. (GUIMARÃES, 2003, p. 49)

Quando refletimos sobre essas instrumentações a que Guimarães se refere e as definições de correto e errado na língua, outras definições de língua colocam-se como relevantes para discutirmos, a saber, a língua imaginária e a língua fluida. Para Orlandi (2002), “A língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2002, p. 22). Partindo de tais concepções, identifica-se como língua imaginária aquela idealizada por normas e coerções, já a língua fluida, se distancia de regulações, está, e é, modificada constantemente.

Nesse sentido, a língua imaginária vincula-se ao imaginário que ocorre a partir da colonização linguística, buscando a ilusória homogeneidade da língua. Assim, a língua portuguesa ao legitimar-se frente às demais línguas vindas dos imigrantes e povos indígenas, acaba por desassociá-las do contexto linguístico da época, assim como afirma Mariani,

No silenciamento linguístico inerente à colonização, a imposição de uma língua única camufla a heterogeneidade e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional em países colonizados, guardadas as diferenças sociais, políticas e históricas. (MARIANI, 2008, p. 80).

Através dessa camuflagem linguística, desconsidera-se as maneiras de desvinculação desse imaginário, originando um efeito ilusório de uniformidade linguística. É, desse modo, que se retrata o apagamento das línguas outras, juntamente com a tentativa de inserção de uma cultura dominante, através do aprendizado da língua nacional/oficial, no caso, a língua portuguesa.

Essas questões são importantes na medida em que nosso objeto de análise, o jornal *O Cerro Largo*, contribui para a instituição e circulação de um imaginário linguístico ao criar seções com a finalidade de divulgar o conhecimento gramatical da língua. Nesse contexto, as políticas linguísticas de imposição agem justamente para fortalecer o ideal de homogeneidade linguística do Brasil, fato que também está associado ao sentimento de língua e sua nação.

Para contribuir e reforçar ainda mais esse imaginário de homogeneidade linguística, esboçaram-se, na segunda metade do século XIX, os primeiros passos do processo de gramatização elaborado por brasileiros. Nesse período, houve condições propícias à constituição de um saber sobre a Língua Portuguesa assumida pela posição do sujeito gramático, o Brasil se coloca, então, frente aos primeiros passos rumo ao funcionamento específico da língua portuguesa, momento bastante significativo no que se entende pela instauração da língua como símbolo de nacionalidade, além de toda a questão política que o processo envolve.

Cabe aqui explicitar que nos amparamos no conceito de gramatização proposto por Auroux (2009), para o autor, o processo de gramatização é um processo massivo de criação de prescrições e regras acerca da língua que ocasiona consequências organizacionais na vida em sociedade, uma homogeneidade. Ainda para Auroux, “a gramática torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”. (AUROUX, 2009, p. 36)

Dessa maneira, de acordo com as contribuições de Auroux, compreende-se o processo de gramatização no Brasil, a partir da metade do século XIX, como uma forma de reivindicar a língua falada no território brasileiro sendo específica dessa nação recém constituída, nas palavras de Orlandi,

A gramática torna-se assim o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo. Não mais se vai à metrópole portuguesa para estudar a língua, nem tampouco adotam-se suas gramáticas para aprendê-la. Ao deslocar esse processo de saber legítimo de Portugal para o território brasileiro, os gramáticos interferem no processo pelo qual a legitimidade social e nacional de nossa língua é decidida. (ORLANDI, 2002, p.191).



Nesse contexto propício de reivindicações a respeito da língua do Brasil, considera-se o início do percurso gramatical brasileiro com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, “Júlio Ribeiro, gramático inscrito no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, no fim do século XIX, foi o primeiro a registrar marcas relativas à variante brasileira do português” (BRESSANIN; LEAL, 2017. p.11). Desse modo, a partir dessa publicação, outros trabalhos marcam o cenário de gramatização no Brasil, contribuindo para uma visão atenta às especificidades da língua falada no Brasil.

Todo esse processo de regramento da língua corroborou na construção da identidade nacional brasileira, assim como também fora grande contribuidor para o imaginário da língua portuguesa. É, então, através de instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários, produzidos no Brasil e por brasileiros, a tentativa de fixar ainda mais o conjunto de saberes da e sobre língua. A gramatização no Brasil concebe as práticas linguísticas e define os movimentos que levam a perceber o funcionamento da língua instrumentado politicamente. Desse modo, este processo torna-se essencial para se estabelecer as diferenças entre a língua portuguesa em funcionalidade no Brasil e a língua portuguesa que circula em Portugal.

Auroux (2009) pontua que os instrumentos linguísticos estão relacionados a normas e conjunturas que hegemonizaram um bem falar e bem escrever, consequentemente. O autor considera

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. (AUROUX, 2009, p. 70).

Na história da gramatização brasileira e como consequência da generalização dos saberes linguísticos que as gramáticas produziram no século XX, é através de um decreto do Ministério da Educação e da Cultura que se estabelece, em 1959, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que torna obrigatória uma fixação dos fatos gramaticais, cabe assim, aos gramáticos, seguir essa nomenclatura imposta pelo estado (ORLANDI, 2001, p. 28). Desse modo, as gramáticas escolares que passam a ser desenvolvidas recorrem a essa nomenclatura constituindo uma busca pela unidade da Língua. A instauração da NGB torna-se um acontecimento na produção do conhecimento linguístico, pois "Há uma mudança de autoria, ficando o gramático regido por uma nomenclatura uniforme e o conhecimento da língua passando a ser caucionado pelo linguista". (ORLANDI, 2002, p. 205)

Dessa maneira, compreendemos que tais aparatos prescritos pelo Estado trabalham conjuntamente na tentativa de se fixar um imaginário de língua, onde se estabelece as regras e condutas do bem falar como princípio para a inserção na sociedade. O imaginário de língua vinculado à homogeneidade linguística, concretiza-se, podemos dizer, através da imposição e ações do Estado, por meio, sobretudo, de políticas linguísticas as quais regulamentam a língua e impõem um determinado saber linguístico.

Assim, desvincula-se e exclui-se qualquer outra língua e variantes da língua portuguesa quando se trata da língua nacional e oficial do Brasil. Portanto, por meio desses processos de regulamentação da língua portuguesa, traçam-se e reforçam-se estruturas da língua e dissimula um saber sobre a língua que deve, ou não, ser falada e escrita no contexto nacional.

## **A “Hora pedagógica” e seus efeitos de sentido**

Para vislumbrar os sentidos difundidos pelo imaginário de língua imposto a partir dos instrumentos linguísticos, partimos de uma série de reflexões já realizadas por Mariani (1996) sobre o discurso produzido pela imprensa que se encarrega de conectar interdiscursivamente a um já-dito. Decorre daí que a imprensa atua na institucionalização social dos sentidos, pois "O discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social

e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro”. (MARIANI, 1996, p. 64)

A autora afirma que o discurso jornalístico, ao definir, descrever, explicar o mundo, atua à semelhança do discurso pedagógico em sua forma autoritária, produzindo uma didatização sobre ele um efeito de literalidade. Isso é decorrente da ilusão de informatividade e também produzindo uma política de silenciamentos e anulação das diferenças. Também, Mariani (1996) observa os processos de significação atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimentos de outros. Esse ponto de vista é essencial para trabalhar com a memória, tal como foi discursivizada e cristalizada pela imprensa brasileira.

É partindo disso que se entende o sujeito discursivo do jornal, sujeito que é histórico e interpelado pela ideologia dominante do Estado através da posição que assume em determinada formação discursiva, que determina o que pode e deve, ou não, ser dito certas condições de produção (INDURSKY, 2008), deixando representado os interesses ideológicos do Estado. Esses interesses, no determinado período, condiziam com a tentativa de fazer circular um saber sobre a língua, com base em suas regras, como maneira de provocar o sentimento de nacionalidade e homogeneidade linguística.

Nessa abordagem discursiva, pretendemos analisar a relação do discurso jornalístico com a historicidade, buscando identificar como a ideologia se materializa no determinado discurso. Para tanto, compreendemos como fundamental analisar a maneira como a memória discursiva da e sobre a língua do/no Brasil está inscrita no objeto em análise, pois a relação do discurso com a memória discursiva é essencial para que o mesmo produza sentidos. Segundo nosso viés discursivo, só há discurso pela relação com o já dito, pela relação com a memória discursiva, com o interdiscurso, o qual, nas palavras de Orlandi, é onde

se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. Garantia de legibilidade e de interpretação: para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já) signifiquem. Essa impessoalidade do sentido, sua impressão referencial,

resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá. A objetividade material contraditória. (ORLANDI, 2004, p. 39).

Tendo em vista tais questões, ao mobilizarmos o jornal *O Cerro Largo*, observamos a definição de imprensa:

O jornalismo é o fundamento da sociedade, **é o responsável pela ideologia**, pelo bem estar da maioria de seus leitores e como tal sua importância é incalculável e logicamente sua responsabilidade incomensurável. (*O CERRO LARGO*, 1957, p. 3, n. 9, negritos nossos).

Torna-se interessante essa definição do que se entende por jornalismo à época, colocando-o em uma posição que desempenha uma função social e de autoridade. Para nós, o jornal é entendido como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), segundo o entendimento de Althusser (1980). Para o autor, os Aparelhos Ideológicos de Estado, funcionam pela ideologia, mais especificamente, pela ideologia dominante, e atuam para garantir a reprodução das relações de produção. É nesse sentido que se compreende a imprensa, como parte do AIE da informação, que atua a favor dos interesses do Estado e da classe dominante.

Além disso, entendemos o discurso jornalístico como não sendo neutro, mas sim, um discurso ideológico *sobre/da* língua que vai institucionalizar alguns saberes de acordo com a exterioridade social.

Ainda, em outro trecho, o jornal explicita que “A imprensa é a vista da nação”:

**A imprensa é a vista da nação.** Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe mal fazem, devasse o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, **vela pelo o que lhe interessa, e se acautela do que a ameaçam.** (*O CERRO LARGO*, 1957, p. 3, n. 9, negritos nossos).

Observamos, pois, a articulação entre a imprensa e Nação à época, e, com isso, compreendemos como a imprensa atua para colocar em funcionamento os interesses da Nação/Estado. Como nosso objetivo é explicitar a maneira como a língua é representada nesse determinado

contexto, atentar para essa relação possibilita compreender que a língua a ser veiculada nesse espaço de circulação que é o jornal é a língua nacional/oficial, uma vez que “vela pelo o que lhe interessa, e se acautela do que a ameaçam”. Ou seja, a necessidade de divulgar seções intituladas como “Hora Pedagógica”, “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, constituem-se como dispositivos para regula(menta)r a língua em circulação.

Tendo em vista essa função da imprensa, como o próprio jornal coloca, lançamos alguns gestos de interpretação para a seção “Hora Pedagógica”, considerando-a como um espaço de produção de discursos *sobre* e *da* língua portuguesa no determinado período, haja vista que, ao mesmo tempo em que são mobilizados novos saberes, utiliza-se da língua como discurso origem. O discurso *sobre* é, conforme Orlandi (1990, p. 37), “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”, sendo um “lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”. Venturini (2009) destaca que o discurso *sobre* constitui-se pelo discurso *de*, sustentando-se nessa memória histórica e permitindo que se tenha a institucionalização do dizer e dos sentidos, uma vez que “traz para o intradiscurso outros enunciados, que atuam como seus fundadores”. (VENTURINI, 2009, p. 79)

Desse mesmo modo, considerando o discurso jornalístico sob o viés discursivo, entendemos esse discurso constituído por uma memória materializada a partir da exterioridade, uma memória estruturada pelo esquecimento, ou seja, pelo não-dito, produzindo deslizamentos de sentidos. Nesse sentido, o interdiscurso é o que permite relacionar um determinado dizer a outros, a uma memória discursiva, permitindo compreender a historicidade do discurso e como este produz efeitos de sentido.

Ao tomarmos o jornal *O Cerro Largo* como nosso objeto de estudo e nos depararmos com a seção “Hora Pedagógica”, o primeiro questionamento que surgiu foi: Por que se utiliza o jornal como uma maneira de veicular regras sobre a língua? Uma possibilidade seria o fato de o jornal, à época, ser um importante veículo de circulação de informações a nível regional. As informações do jornal proporcionam um saber inconsciente, mas que impacta fortemente as pessoas, ao considerarmos que o jornal era uma referência informativa à sociedade, como se pode vislumbrar através de Mariani,

Trata-se, como já tive a ocasião de dizer em outros momentos, de uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. (MARIANI, 2006, p. 33).

A seção “Hora pedagógica”<sup>2</sup> é criada com o intuito de corrigir os erros gramaticais das crianças e acompanhá-los, demonstrando na seção do jornal o passo a passo desse processo e, por fim, os resultados obtidos. Primeiramente, constatou-se que, para cada seção, há um professor responsável por publicar e criar o material. Geralmente, são materiais destinados aos públicos da Educação Infantil e de 1º a 5º anos do Ensino Fundamental, todos os planos são revisados e aprovados pelo orientador e dentre os temas, há sempre um foco especial à gramática normativa, visando à correção de erros que destoam da norma culta vigente.

Na primeira publicação, de 13 de julho de 1958, n. 53, observamos uma contextualização sobre o que constituirá o material a seguir, assim como também é apresentado o contexto de produção:

**RD1:** Com o presente número iniciaremos a publicação da Hora Pedagógica. Trata-se de um trabalho dos *esforçados professores* da Escola Rural da Linha São Salvador. Sendo um trabalho de real interesse não só para a numerosa classe dos professores primários do nosso Município, como também à todos que tem filhos a educar, não temos dúvida em *recomendá-lo à todos de modo especial ao nobre Professorado* do nosso Município. A Direção. (Edição de 13 de julho de 1958 – íntegra no Anexo 1 – itálicos nossos).

É importante considerar, ao falarmos dos anos de 1950 no Brasil, que se tratou de um período fecundo no que se refere à gramatização e aos estudos sobre a língua portuguesa (ORLANDI, 2001; 2002). Além disso, trata-se de uma conjuntura marcada pelo pós-guerra, marcada pelo

---

<sup>2</sup> Essa seção também foi objeto de análise junto ao artigo: “A imprensa do interior do Rio Grande do Sul e a circulação de práticas pedagógicas sobre a língua do/no Brasil no final dos anos de 1950”, publicado no livro: *Educação Linguística e(m) (dis)curso: da práxis política à prática pedagógicas*. Nesse sentido, retomamos aqui alguns aspectos fundamentais para a produção de efeitos de sentido.

autoritarismo e por um sentimento nacionalista. Tendo em vista o contexto de circulação do jornal *O Cerro Largo*, que é um contexto de imigração alemã, os anos de 1950 ainda são marcados pelos efeitos produzidos pelo Estado Novo (1936-1945), período em que severas políticas linguísticas de imposição foram instituídas aos imigrantes, em prol da língua nacional, a fim de fortalecer o Estado/Nação brasileira.

Tendo em vista esse contexto, observamos que a publicação da seção “Hora Pedagógica” não é neutra e contribui para concretizar e disseminar um saber sobre a língua portuguesa, como deveria ser ensinada, e falada. Identificamos que há a circulação de um discurso que visa manter a homogeneidade linguística, e, para tanto, é necessário “corrigir os erros gramaticais”, objetivo central da seção em análise. Esse objetivo faz ressoar a história da língua no/do Brasil, o fato de que há um modelo de língua que deve ser seguido, colocando na ordem do erro o que está fora dessa língua imaginária, como outras línguas e suas variedades.

Compreendemos, assim, o jornal como um aparelho ideológico funcionando pela ideologia dominante do Estado, uma vez que, ao fazer circular um determinado saber da e sobre a língua, busca naturalizar um determinado saber linguístico, produzindo uma forma de controle da língua que circulava na sociedade. Cabe pontuar, segundo Guimarães, que a publicação de colunas de ‘especialistas’ na imprensa foi “uma atividade muito comum na história do controle sobre a língua no Brasil” (2004, p. 30).

Considerando as análises realizadas, os nossos gestos de interpretação permitiram-nos explicitar alguns efeitos de sentido, tendo em vista, sobretudo, a regularidade discursiva do erro, como verificamos nos recortes seguintes. Ou seja, por meio da seção “Hora Pedagógica”, busca-se eliminar o erro/errado, logo, essa questão ultrapassa o nível da língua, pois coloca em jogo o sujeito que enuncia, o modo como este relaciona-se com a língua. É nesse sentido que se propõe o assunto a ser debatido nas primeiras seções:

**RD2:** “5. - Será desenvolvido com desvêlo êste extenso e complicado assunto:

*escrita e pronúncia exata das consoantes: » b-p-d-t-e-j-ch «.*” (Edição de 13 de julho de 1958 – íntegra no Anexo 1 – itálicos nossos).

**RD3:** “Objetivos: Geral: Gramática (ortografia).

Especial: Estudo sobre o emprego correto das consoantes: (b-p-d-t-j-ch).

Desenvolvimento: Sendo o principal *objetivo do ensino de gramática na escola primária verificar os erros de linguagem* cometidos frequentemente em *palavras mais usadas na localidade em que se encontra a escola*, é necessário que todos os assuntos dessa matéria a serem cultivados sejam os que permitem a *correção desses erros*, objetivo que pretendemos alcançar pelos estudos desta «Hora pedagógica».

As principais *causas dos erros de ortografia* são as *faltas de atenção, a imperfeição da audição* como também a *da visão* e outra causa consiste nas *associações falsas [...]*. (Edição de 27 de julho de 1958 – íntegra no Anexo 2 – itálicos nossos).

**RD4:** “c) Conclusões: Em face das diferentes *causas desses erros de ortografia* é necessário que apliquemos processos que visem *eliminar o errado* emprego das consoantes em questão. Para tal convém anotar os seguintes cuidados: 1 – Aplicar na fixação da grafia de palavras que contém as consoantes em estudos, o método visual-auditivo, visto que so o auditivo é difícil à criança, por causa dos sons diversos, mas quando a criança vê as *palavras escritas*, não terá mais dúvidas quanto à letra a que cada som corresponde. [...] 6 – É preciso *perseguir estes erros* por uma correção sistemática e pertinaz; pois o *erro quando perseguido, anula se e desaparece.*” (Edição de 27 de julho de 1958 – íntegra no Anexo 2 – itálicos nossos).

O assunto a ser debatido é a “*escrita e pronúncia exata das consoantes: » b-p-d-t-e-j-ch «*”, trazendo de imediato a problemática entre certo X errado no âmbito da língua. Nessa época, sabemos que as discussões a respeito dessa temática eram incipientes, ou até mesmo inexistentes. As reflexões linguísticas estavam embasadas, sobretudo, num viés gramatical, especialmente, no nível da frase. Assim, quando se enfatiza a necessidade de corrigir “*os erros de linguagem* cometidos frequentemente em *palavras mais usadas na localidade em que se encontra a escola*”, produz-se uma separação entre sujeito, língua e sociedade.

Essa questão aponta para o fato de que há maneiras distintas de se relacionar com a língua, ou seja, a língua em funcionamento nas ‘localidades’ possui características distintas da língua preconizada pela



gramática. Como pontua Guimarães, o espaço de enunciação é político, visto que a

distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. E este modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Se temos, por exemplo, num certo espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua nacional, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. (GUIMARÃES, 2003, p. 48).

É importante destacarmos essa distribuição desigual entre as línguas pelo fato de se tratar de um contexto marcado fortemente pela imigração alemã. Dessa forma, a ênfase em corrigir tais consoantes (b – p – d – t – j – ch) não é neutra, busca, justamente, ‘eliminar’ as marcas do imigrante na e pela língua, uma vez que haveria uma interferência fônica ao produzi-las (SCHNEIDER, 2007). Compreendemos, assim, o modo como as políticas linguísticas de imposição reverberam no discurso em análise a fim de fixar um imaginário de homogeneidade linguística.

Nos recortes acima, verificamos que o objetivo é o emprego correto, com base na gramática, mais especificamente, no estudo da ortografia. Há, pois, um modelo de língua a ser seguido, o qual, conforme propõe Guimarães (2003), está vinculado ao registro formal da língua, que “é significado como correto e passa a ser tomado como norma reguladora da língua, passa a ser ele mesmo *a língua*” (GUIMARÃES, 2003, p. 50). Para o autor, o “Registro formal passa a ser normativamente *a língua*, e as demais divisões da língua são significadas como erradas. As instrumentações da língua como gramáticas e dicionários, e as instituições reguladoras como Escola e Mídia têm nisso papel decisivo”. (GUIMARÃES, 2003, p. 50)

Para “eliminar o errado”, observamos a ênfase na questão da escrita por meio de práticas pedagógicas que envolvem a ortografia, por meio, sobretudo, do ditado, partindo da premissa de que “o erro quando perseguido, anula se e desaparece”. A escrita vincula-se, nesse viés, ao que destacamos anteriormente como registro formal, que visa a fixar uma “representação metalinguística” (AUROUX, 2009, p. 23), no caso em questão, a representação da gramática da língua portuguesa.

Nos seguintes recortes, como propostas aos professores, verificamos a ênfase dada ao Ditado:

**RD5:** “b) Desenvolvimento: Diante do estudo realizado sôbre as causas dos erros no uso das letras em questão *comprovadas pelas provas de Ditado* realizadas pelos professôres em suas respectivas classes, deveremos agora aplicar os métodos eficazes para *corrigir os erros* sobre as letras estudadas. [...]”

*Conclusões:*

- 1.– *Fazer ditados* de palavras iniciadas com as consoantes em objetivo, conforme parecer do Diretor.
- 2.– *Vigiar* nos alunos a pronúncia destas consoantes (em palavras que a contem) para que a criança adquira o gosto da boa pronúncia. [...]” (Edição de 03 de agosto de 1958 – íntegra no Anexo 3 – itálicos nossos).

**RD6:** a) – Objetivo: *Ditado* nas diversas classes dêste estabelecimento de ensino.

b) Desenvolvimento:

Em face da Ficha-Estudo e Ficha-Plano que nos apresentaram os diversos aspectos do Ditado em nossas escolas e, considerando que *o estudo sôbre o Ditado em suas três formas é de máxima importância*, cumpre que agora por meio de Conclusões acertadas ponhamos em prática em nossas aulas os resultados obtidos através do presente estudo. (Edição de 24 de agosto de 1958 - íntegra no Anexo 4 – itálicos nossos).

Tendo em vista os recortes até aqui destacados, compreendemos como o jornal atua para a circulação de determinado saber metalinguístico da e sobre a língua, o qual se vincula ao ideal de língua da época, bem como as práticas pedagógicas recorrentes. Assim, a ênfase no erro e no ditado para solucioná-lo aparecem em discussões da época, como em Gladstone Chaves de Melo, que, já em 1949, alertava sobre “os vícios do nosso ensino gramatical”, sendo a ênfase no erro um desses vícios (MELO, 1975 [1949]). Também, verificamos, em Mattoso Câmara Jr. (2004 [1957], p. 87), a partir de seu estudo sobre os *Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro*, publicado em 1957, que o ditado é uma das práticas utilizadas no “Exame de Admissão” analisado.

É interessante observar que tais questões veiculadas da e sobre a língua, além de serem determinadas pelo imaginário de homogeneidade da língua portuguesa, estão ancoradas em uma concepção de linguagem muito específica da época, como está explicitado nos seguintes recortes:

**RD7:** “[...] Desenvolvimento: II – Sendo uma das finalidades de escola rural, promover a integração social das crianças, tendo sempre em vista, é claro, a formação integral da personalidade de cada uma destas crianças, devemos promover meios e diretrizes adequadas para chegarmos a este fim. Ora, o indivíduo que não consegue *exprimir com clareza o seu pensamento*, quer oralmente, quer por escrito será, certamente um *desajustado social*.” (Edição de 26 de outubro de 1958 - íntegra no Anexo 5 – itálicos nossos).

**RD8:** “[...] Portanto, ensinar a composição consiste em prover o enriquecimento do pensamento das crianças. Para desenvolver o pensamento é necessário, por sua vez um alargamento de experiências. sabendo que *a linguagem é o reflexo do pensamento*, logo deduzimos que todos os meios empregados para desenvolver o pensamento da criança servir-lhe-ão igualmente para desenvolver-lhe a linguagem. Outro ponto a considera é: que somente depois que a linguagem estiver bem definida na forma oral aparecerá como por encanto na linguagem escrita.” (Edição de 02 de novembro de 1958 - íntegra no Anexo 6 – itálicos nossos).

A concepção que ancora tal discurso metalinguístico é a concepção em circulação da época, ou seja, ao tomar “a linguagem como expressão do pensamento” e preconizar que o indivíduo deve “exprimir com clareza seu pensamento”, reverbera o viés racionalista instituído com Chomsky nos anos de 1950. Compreendemos, portanto, que não é apenas um ideal de língua em circulação, mas também um sujeito falante ideal, a fim de “eliminar o errado”, pois o que está fora da língua, da língua considerada ideal, está fora da sociedade, logo é um “desajustado social”.

Junto a essas questões sobre a língua que a seção “Hora pedagógica” faz circular, ainda, no final do ano de 1958, observamos outro espaço de discussão sobre a língua a partir das seções “Dicionário” e, posteriormente, em 1959, “Dicionário Moderno”, as quais serão mobilizadas na sequência.

## **O “Dicionário” e seus efeitos de sentido**

Segundo nossa posição discursiva, o dicionário é “um objeto histórico e de representação da relação do falante com sua língua, na necessidade

de um imaginário de unidade da língua nacional” (ORLANDI, 2002, p. 103). Nesse estudo, tomamos o dicionário como discurso, por serem textos produzidos em determinadas condições e tendo seu processo de produção vinculado a uma certa rede de memória diante da língua. Assim, tomando o dicionário como discurso, é projetada uma representação concreta da língua, a partir da qual se compreende o quanto os sujeitos, afetados pelo simbólico e pelo político, sob o funcionamento da ideologia, produzem linguagem.

Para compreendermos os efeitos de sentido das seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, é necessário traçarmos uma breve contextualização sobre a implementação do dicionário no Brasil. Para isso, partimos do texto de Nunes (2013), intitulado “A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade”. Nos três primeiros séculos de colonização, houve um predomínio da gramatização (processo de descrição e instrumentação da língua por meio de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários) realizada por falantes não nativos da língua para a qual se dá a transferência. Esse período corresponde à produção de dicionários bilíngues (português-tupi) por missionários jesuítas e outros.

Nunes (2013) destaca, como vimos já anteriormente, que, a partir do século XIX, teve lugar um processo de gramatização efetuada por falantes nativos da língua. Esse segundo período corresponde ao predomínio da produção de dicionários monolíngües brasileiros: inicialmente, dicionários de complemento aos dicionários portugueses, dicionários de regionalismos, de termos técnicos, de brasileirismos; depois, já no século XX, os primeiros grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa.

Conforme Nunes (2013), a memória do dicionário é uma memória institucionalizada e, pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, como um verbete, por exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país a outro, de uma instituição a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc. Essa é uma característica discursiva dos objetos tecnológicos lexicográficos.

Sobre a concepção de dicionário, comparece, no final do ano de 1958, no jornal *O Cerro Largo*, o seguinte:

**RD9:** O dicionário *coleta todas as palavras de uma língua*, ou só uma classe de vocábulos, apresentando-os em rigorosa ordem alfabética [...] Você, que ama a língua pátria, e a história de seu país, procure ler, estudar e adquira um bom dicionário da língua portuguesa, pois ele é um guia seguro que lhe ensinará, não só a escrita correta dos vocábulos, como também o significado das palavras. (Edição de 28 de dezembro de 1958 - íntegra no Anexo 7 – itálicos nossos).

O efeito que compreendemos nesse recorte, conforme Orlandi (2002), é que, na constituição do dicionário, apresenta-se o efeito da completude: “todas as palavras de uma língua”, ou seja, como se o dicionário abarcasse todas as palavras, o qual, no entanto, produz esse efeito ao buscar representar a língua. Além disso, o dicionário, enquanto instrumento linguístico, constrói uma determinada memória social, marcando a relação da ciência com o Estado. O funcionamento do dicionário nos dá a ilusão de que a língua é representável como tal, fazendo parte da sua realidade. Como pontua Orlandi, “o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua”. (ORLANDI, 2002, p. 103)

Observamos ainda, no recorte, um certo louvor à língua, mas especificamente à língua pátria: “você que ama a língua pátria”, evocando o sentimento de nacionalidade e pertencimento à nação. Dessa maneira, compreendemos que esse jornal local faz ressoar sentidos em torno da língua nacional/oficial do Brasil, pois é essa que deve ser ensinada e falada no país.

Associada a essa língua pátria, temos, portanto, o dicionário, ou seja, esse instrumento linguístico atua para colocar em funcionamento determinada língua e sentido sobre ela: “adquira um *bom dicionário da língua portuguesa*, pois ele é um *guia seguro* que lhe ensinará, não só a *escrita correta* dos vocábulos, como também o *significado* das palavras”. Assim sendo, o dicionário, em sua fórmula, já é organizado ideologicamente. Na sua representação de uma língua (imaginária), perfeita, homogênea, completa e sem falhas. Em vista disso, temos uma falsa representação de que o dicionário é de certa maneira “neutro” ou, ainda assim, que obtém a neutralidade (universalidade) da língua e não tem ideologia. Por outro

lado, sua ideologia é evidentemente não marcada ideologicamente. (ORLANDI, 2002)

Vale salientar que há uma gradação, no RD9, quando se refere à língua: língua – língua pátria – língua portuguesa, gradação que não é neutra, pois parte de uma concepção geral para delimitar que a língua contida no dicionário é a língua pátria, a qual, por sua vez, é a língua portuguesa, língua oficial e nacional do Brasil. Isto é, não é qualquer língua que constitui o dicionário, é a língua da Nação, homogênea, apontando para o funcionamento do ideológico e do político, bem como para a memória da colonização linguística.

Após a publicação dessa definição do que é ‘dicionário’, comparece, no jornal, em 1959, a seção “Dicionário Moderno”, que é composta por palavras e suas definições. Se compararmos o modo como se estruturam os verbetes no interior dos dicionários, vemos que essa seção traz, na verdade, uma espécie de glossário, sem retomar todas as especificações como verificamos no dicionário. Trata-se de um deslocamento, o qual é indicado já pela denominação da seção, que passa de “Dicionário” para “Dicionário Moderno”. Em que consiste, portanto, esse ‘moderno’ quando refletimos sobre a língua? Vejamos alguns exemplos:

**RD10: Família** ... congresso doméstico, onde cada membro tem um partido.

**Preto** ... negativo de branco.

**Branco**

(Edição de 08 de março de 1959 - íntegra no Anexo 8).

**RD11: Mulata** ... uma das grandes criações da natureza.

(Edição de 22 de março de 1959 - íntegra no Anexo 9).

Pela configuração dos verbetes acima, podemos dizer que a ‘modernidade’ está na estrutura e nas definições. Na definição de “família”, observamos uma analogia da estrutura familiar com a estrutura política, a qual não é neutra considerando a conjuntura da época. Para o verbe “branco”, a sua definição está em branco, como algo que não precisa ser

definido, produzindo um efeito da ordem do pré-construído, todo mundo sabe, algo inquestionável. Em contrapartida, temos o verbete “preto”, o qual é definido como “negativo de branco”. Tal definição vincula o preto há algo negativo, em contraposição ao branco, para o qual não é preciso definição. Por último, temos “mulata”, sendo definida como “uma das grandes criações da natureza”, ressoando uma determinada memória vinculada ao discurso naturalista do colonizador e contribuindo para a constituição de um imaginário em torno da mulata, vinculada ao exótico ao referir-se como criação da natureza. Assim, perguntamo-nos, por que a escolha destes verbetes e não outros para tratar da língua? Para nós, essa escolha não é neutra e vincula-se ao apagamento/silenciamento da heterogeneidade linguística e cultural do Brasil.

Tendo em vista tais definições, observamos que a seção “Dicionário Moderno” configura-se com o que entendemos como glossário, uma vez que

um glossário não tem a mesma representação imaginária que um dicionário: enquanto este ‘se apresenta na sociedade como lugar de consulta da língua – monumento de um patrimônio –’ (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 51), daí estar presente em repartições e instituições (escolares ou não), aquele se encontra em outro lugar, qual seja, o da especificidade qualquer que seja. Especificidade que pode produzir diferentes efeitos: do exótico, do apropriado ou necessário que falta à língua, do estranhamento à língua, do poético [...]. (MEDEIROS, 2019, p. 90).

É essa especificidade que comparece nas definições acima, uma especificidade que não coloca em jogo a língua pátria e todo imaginário que com ela ressoa. Por circular em um jornal, devemos considerar que as escolhas pelas palavras e suas definições estão determinadas histórico e ideologicamente. Os exemplos acima, são apenas um recorte para compreendermos os efeitos que a circulação deste saber linguístico pode produzir.

Como pontua Medeiros, “Os glossários mostram, então, muitas vezes, a luta pelo pertencimento à língua: daquilo que não é e deve pertencer, daquilo que emerge e pelo qual se luta para da língua fazer pertencer” (MEDEIROS, 2019, p. 90). Em nosso caso, o “Dicionário moderno” faz circular determinadas definições acerca de certas palavras,

não preconizando um imaginário de língua ideal, mas sim de naturalização de sentidos, ou seja, busca ‘jogar’ para a língua determinados sentidos.

Dessa forma, compreendemos o modo como o dicionário (assim como o glossário) é um discurso materializado na escrita do lexicógrafo, num determinado momento histórico e em determinadas condições de produção (NUNES, 2006). Segundo Nunes (2006), o dicionário contribui para a construção de uma imagem de neutralidade do sujeito lexicográfico face às definições dos verbetes, bem como contribui com a ideia de transparência da língua, como se os sentidos nas definições dos verbetes fossem únicos e isentos de ideologia.

Assim, considerando as reflexões empreendidas, entendemos o “jornal como tecnologia do saber metalinguístico” (MEDEIROS, 2019, p. 84), visto que tanto as seções “Dicionário” e “Dicionário Moderno”, como a seção “Hora pedagógica”, servem como um aparato de sustentação da língua com base em um imaginário de língua da gramática e do dicionário.

### **Considerações finais**

Compreendemos, portanto, que o jornal *O Cerro Largo* funciona como um AIE, atuando para colocar em circulação saberes vinculados à ideologia dominante do Estado, no caso em questão, o saber linguístico vinculado à língua nacional/oficial sustentado pelas gramáticas e dicionários. A ênfase, dessa forma, na escrita e fala corretas da língua, trazem à tona esse imaginário de língua, o qual institucionaliza os sentidos e estabelece o que pode e (deve) ser dito e a língua que pode e (deve) circular.

Podemos dizer, diante do que observamos, que a região missioneira foi marcada por políticas linguísticas de imposição, a fim de produzir um apagamento das outras línguas. É, pois, pela língua uma das maneiras de provocar e instituir o sentimento de nacionalidade. Isso é corroborado com o fato de, no jornal, não se verificar a presença da língua alemã na sua forma escrita, mesmo sendo uma região com expressiva colonização alemã. Essa questão, vinculada à circulação de seções da e sobre a língua nacional, configura-se, em nosso entender, como uma política de interdição, uma vez que, ao sustentar uma língua imaginária, apaga quaisquer sentidos produzidos pela língua do imigrante alemão.



O jornal, ao retomar o discurso metalinguístico, constitui-se como um aparato histórico, ideológico e político, uma vez que a “gramática, e o dicionário, enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)” (ORLANDI, 2001, p. 18). Logo, entendemos que, conseqüentemente, falar em língua nacional, é refletir sobre a herança cultural que se materializa na língua, considerando toda a memória da colonização linguística que constitui a língua do e no Brasil.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Trad. Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1980.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BRESSANIN A. J.; =LEAL. C. F. A. A gramatização do português no Brasil: a posição sujeito-gramático e a questão da língua nacional. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. nº 39, jan-jun 2017. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao39/artigo1.pdf>. Acesso em 04 nov. 2021.
- CÂMARA JR., J. M. Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro [1957]. In: UCHÔA, C. E. F. (org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas SP: Pontes Editores, 1996.
- GUIMARÃES, E. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, n. 40, Jan./Mar., p. 49–68, 2014.
- GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.57, n. 2, jun. 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 jan. 2021.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e Política de Línguas no Brasil. *Revista Letras*, Santa Maria, n. 27, p.47-52, 2003.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do Discurso. In: MITTMANN, S; GRIGOLETTO, E; CAZARIN, E. (org.) *Práticas discursivas e identitárias*. Sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. p. 9-33.

LIMA SOBRINHO, B. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MARIANI, B. *Colonização Linguística*. Campinas/SP: Pontes, 2004.

MARIANI, B. Sentidos De Subjetividade: Imprensa E Psicanálise. *Polifonia*. V.12. N.1. p. 21-45 Cuiabá, 2006. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MARIANI, B. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilingües. *Gragoatá*, Niterói, n. 24, p. 71-88, 2008.

MEDEIROS, Vanise. Saberes sobre língua e sujeito: o glossário pelo literato. In: SCHERER, A.; SOUSA, L.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. (org.). *Efeitos da língua em discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2019, p. 83-99.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Linguística portuguesa*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1975, [1949].

NUNES, J. H. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, V, 2, 159-172, 2013. Disponível em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/nunes-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/nunes-RAHL-(2)2013.pdf)>. Acesso em: 20 de out. 2022.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores. São Paulo, SP: FAPESP. São José do Rio Preto, SP: FAPERP, 2006.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. P. (org.). *Vão Surgindo Sentidos*. Discurso Fundador. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. P. (org.). *História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Unemat Editorial, 2001.

- ORLANDI, E. P. *Língua e Conhecimento Linguístico*. Para uma História das Idéias Linguísticas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 15, p. 27-33, Universidade Estadual de Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, E. P. Língua e Nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, Unicamp Editora RG, n. 23/24, jan/ jun.; jul./ dez. p. 11-23, 2009.
- SCHNEIDER, M. N. *Atitudes e concepções linguísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilingues Alemão-Português do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13098>>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 1ª ed. Departamento da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.
- VENTURINI, M. C. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/ comemoração*. Passo Fundo: ED. UPF, 2009.

## **Minicurrículo**

**Adrieli da Silva Müller** é graduada pelo Curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Integrou, como bolsista, o subprojeto de pesquisa “Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil. E-mail: [adrieli.muller123@gmail.com](mailto:adrieli.muller123@gmail.com)

**Camila Stasiak** é graduada pelo Curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Integrou, como bolsista, o subprojeto de pesquisa “Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil. E-mail: [camila.stasiak1@hotmail.com](mailto:camila.stasiak1@hotmail.com)

**Caroline Mallmann Schneiders** é Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. E-mail: caroline.schneiders@uffs.edu.br

# Hora Pedagógica

Com o presente numero iniciaremos a publicação da Hora pedagógica. « Trata-se de um trabalho dos esforçados professores da Escola Rural da Linha São Salvador.

Sendo um trabalho de real interesse não só para a numerosa classe dos professores primários do nosso Município, como também á todos que tem filhos a educar, não temos dúvida em recomendar-lo á todos de modo especial ao nobre Professorado do nosso Município.

A Direção

**Grupo Escolar »João de Castilho«**  
**São Salvador**  
**Cerro Largo, 14a. Região Escolar**

## Ficha da hora Pedagógica n° 1

Dalilo Santo Polesso — Prof. Rural  
Classe: 1.º. — 5.º. ano

a) Assunto: Estudo administrativo e pedagógico.

b) Objetivos:

I Geral: Administração

II Especiais: 1. — Fichário do professor

2. — Plano de aula

3. — Datas de feriados festejados em aula.

4. — Hora pedagógica

5. — Assunto para a seguinte hora pedagógica.

c) Desenvolvimento:

1. Explicado aos professores a necessidade da organização do fichário, isto para interesse particular da escola e do próprio professor eventuais buscas.

2. — Apresentado o plano de aula que me foi fornecido pelo Ilmo. sr. Orientador, quando em visita á 14.º. D. R. E. em Santo Angelo, e fiz ver as vantagens que traz o mesmo, na administração certa e segura de uma classe.

3. — Foram os professores convidados a preparem as comemorações cívicas de datas nacionais, festejadas em aula, com antecedência para melhor aproveitamento cívico das mesmas.

4. — Expliquei aos colegas, qual meu modo de entender, quanto a feitura e organização das fichas da Hora Pedagógica a fim de que a mesma hora seja cada vez mais entusiasmada e assim, com tempo, cada professor se achar beneficiado com as experiências realizadas e prática adquirida, de cada um em particular, chegando a meta procurada.

5. -- Quanto ao assunto a ser tratado na próxima reunião da Hora Pedagógica foi debatido com verdadeiro interesse.

d) Conclusão:

1. — A começar pelo professor mais antigo no magistério, será registrada sua ficha, no livro especial deste estabelecimento.

2. — Seguiremos o modelo enviado pelo professor Orestes, procurando sempre aperfeiçoar este trabalho aguardando a visita do sr. Orientador para tomar resoluções definitivas.

3. — O pedido foi atendido com real interesse.

4. — Continua melhorando até a próxima visita do sr. Orientador.

5. — Será desenvolvido com desenvolvimento este extenso e complicado assunto: escrita e pronuncia exata das consoantes: «b-p-d-t-e-j-ch».

Grupo Escolar Rural »João de Castilhos« São Salvador.

(Ass.) Dalilo Santo Polesso  
Prof. resp. pela direção

**Grupo Escolar**  
**»João de Castilhos«**  
 São Salvador

**Cerro Largo, 14 Região Escolar**  
 FICHA DA

**Hora Pedagógica N. 3**

Evaldo Carlos Kulzer — prof. Rural, pad. 2-2-1  
 Class. 1.ª - 3.ª ano. Dom 27/6/58.  
 3.ª Reunião

**FICHA - PLANO**

a) Objetivos: Geral: Gramática (ortografia)  
 Especial: Estudo sobre o emprego correto das consoantes: k-p-d-l-j-çh.  
 b) Desenvolvimento: Sendo o principal objetivo do ensino da gramática na escola primária verificar os erros de linguagem cometidos frequentemente em palavras mal usadas na linguagem em que se encontra a escola, e necessário que todos os assuntos desta matéria, a serem cultivados sejam os que permitam a correção desses erros, objetivo que pretendemos alcançar pelos estudos desta «hora Pedagógica».

As principais causas dos erros de ortografia são as faltas de atenção, a imperfeição da audição, como também a da visão e outra causa consiste nas associações falsas.

No presente caso a principal causa de erros é a audição imperfeita que provém notadamente da má pronúncia das palavras que contém as consoantes acima. Quanto a visão imperfeita podem surgir erros por causa de semelhança das letras e sua colocação na palavra. Outros erros tem como causas as associações falsas que se explicam pelo falso raciocínio da criança, que procurando comparar as letras, muitas vezes se confundem. Ainda causa de frequentes erros é pretender fixar a grafia das palavras desconhecidas e, em caso de ser escrita erradamente, é muito difícil de ser corrigida da mente esta primeira impressão.

Tema realizado em nossas classes: Dêmos prova sobre palavras que contém as consoantes em apreço e verificamos que realmente as causas dos erros são as acima apontadas, sendo a principal, como ficou apontado, a imperfeita audição.

c) Conclusões: Em face das diferentes causas destes erros de ortografia é necessário que apliquemos processos que visem eliminar o errado emprego das consoantes em questão. Para tal devem tomar as seguintes medidas: 1. — Aplicar na lição da grafia de palavras que contém as consoantes em questão, o método visual-auditivo, visto que o auditivo é difícil à criança, por causa dos sons diversos, mas quando a criança vê as palavras escritas, nota-se uma dúvida quanto à letra a que cada som corresponde.

2. — Levantar a criança massamente a cuidar na sua correta pronúncia, a fim de formar a audição.

3. — É preciso dirigir a aprendizagem de emprego correto das consoantes acima, escrevendo palavras no quadro negro, assinando a significação, pronunciando em voz alta, tanto coletiva como individualmente, indicando as particularidades e dificuldades das palavras e após escrevendo-as o pronúncia-las mais vezes para assim combater as diferentes causas dos erros.

4. — Cuidar para que o aluno sempre colabore na correção dos erros, dando feição árdua, para que a criança sinta a necessidade de escrever certo.

5. — Obter-se melhor resultado corrigindo pouco a pouco os erros e não tentando corrigi-los de uma vez só, o que fatiga e desanima a criança.

6. — É preciso perseguir estes erros por uma correção sistemática e persistente; pois o erro quando perseguido, anula-se e desaparece.

São estes os diferentes pontos que apresento sobre o correto emprego das consoantes em questão.

Grupo Escolar Rural «João de Castilhos»  
 São Salvador 21-6-1958.  
 Ass. Evaldo C. Kulzer  
 Professor

NOTE 9  
 CAMERA

Observações dos professores: Todos tiveram o parecer diferente sobre o presente assunto.

**P S D**  
**DEPUTADO FEDERAL**



**NESTOR JOST**

O desejo veemente de aprender à a todo do saber, devem ser uma motivação que impulsiona sempre o homem para cima. Aquê que não lê, nem procura instruir-se, passa a vida a trabalhar no solo.  
 T. ANGELUS

**FABRICA DE CAMAS E TELAS DE ARAME de WALTER BACKES - C. Largo**

Camas de ferro de qualquer tipo. Tendas de aço e de madeira. Telas de qualquer tamanho, bordado e crochê de gramê. Telas de colchada marca «Frodal», Granduck, Brevaz, Brevier e Pincis. Depósito de Calapaguê.  
 — Preços sem concorrência —

Máquinas, Bicicletas, as melhores marcas no "Bazar Leão"

**REFLORESTAMENTO E FAUNA**

Seja, você, também, um verdadeiro benfeitor do Rio Grande do Sul; plante e replante a maior área possível de terras e proteja, por todos os meios ao seu alcance, as reservas raras contra o fogo e a nossa fauna contra a ação criminosa dos caçadores.

Desjeu um excelente almoço?  
**Alfaiataria AVENIDA**  
**DE OSVINO HENDGES**  
 «O mestre do tailleur»

**ZYU-62**  
**Rádio Cerro Azul**  
 É a sua emissora. Para servir a todos os ouvintes do Rio Grande e do Brasil. Sintetize-a.

3 de AGOSTO de 1958

O CERRO LARGO

**Mercado "São José"**

de J. REINALDO DAUBERMANN

**RESTAURANTE  
SORVETERIA  
MOLHADOS EM  
GERAL.**

ATENDIDO PELA FAMILIA DO PROPRIETÁRIO.

**REFLORESTAMENTO E FAUNA**

Seja, você, também, um verdadeiro benfeitor do Rio Grande do Sul: plante e replante a maior área possível de terras e proteja, por todos os meios ao seu alcance, as nossas matas contra o fogo e a nossa fauna contra a ação criminosa dos destruidores.

**FABRICA DE CAMAS E TELAS DE ARAME**  
de WALTER BACKES - C. Largo

Camas de ferro de qualquer tipo. Lastros de aço sob medida. Telas de qualquer tamanho, bermals e estais de arame. Tintas da conhecida marca "Probal Granzlack", Esboços, Brochas e Pincéis. Depósito de Catapégado.  
— Preços sem concorrência —

Maquinas, Bicycletas, as melhores marcas no "Bazar Leão"

O desejo veemente de aprender; a sede do saber, devem ser uma moita que impulsiona sempre o homem para cima. Aquêlle que não lê, nem procura instruir-se, passa a vida a rastejar no sólo.  
T. ANGELUS

**PSD**

**DEPUTADO FEDERAL**  
EDMI NOTE 9

**Grupo Escolar**  
**»João de Castilhos«**  
São Salvador

**Cerro Largo, 14 Região Escolar**  
FICHA DA

**Hora Pedagógica N. 3**

Arno Bracht — prof. Rural pad. 2-2-1  
Classe: 1.ª-5ª ano. Data 26/5/58.  
3ª. Reunião

**FICHA - CONCLUSÃO**

- a) Objetivos: Geral: Gramática (ortografia)  
Especial: Estudos sobre o emprego correto das consoantes: ab-p-d-t-ch-j-s  
b) Desenvolvimento: Diante do estudo realizado sobre as causas dos erros no uso das letras em questão comprovadas pelas provas de Ditado realizadas pelos professores em suas respectivas classes, deveremos agora aplicar os métodos eficazes para corrigir os erros sobre as letras estudadas. Iremos, pois, à prática pelo estudo realizado pelas seguintes

**Conclusões:**

1. — Fazer ditados de palavras iniciadas com as consoantes em objetivo, conforme parecer do Diretor.
2. — Vigiar nos alunos a pronúncia destas consoantes (em palavras que as contem) para que a criança adquira o gosto da boa pronúncia.
3. — Referente a falta de atenção por parte dos alunos, que ficou provado a causa de muitos erros pelo Ditado do professor Dalilo Santo Polesso, que fez 2 vezes a mesma prova, e na segunda, o fez em conjunto no quadro negro, sendo que nesta obteve um resultado muito superior ao primeiro, convém portanto observar que atividade interessada da criança desperta mais atenção.
4. — Na correção de erros de palavras que contem as consoantes em questão, adotar a correção coletiva no quadro negro, afim de que todas as crianças participem da mesma.
5. — Seguindo o parecer do professor Stefano F. Wastowski, faremos em aula constantemente, ditados de palavras em que entrem as consoantes acima citadas, exemplo (bote, pode,) para acostumar o emprego certo destas consoantes.
6. — No ensino de palavras novas preciso escrever as mesmas no quadro negro e ir apontando os cuidados que se deve ter para escreve-las certo.
7. — Aplicar as conclusões apresentadas na ficha plano, que julgamos eficazes.
8. — Por em prática os exercicios de ditado acerca das consoantes em apreço pelo espaço de 3 meses afim de que possamos então verificar os resultados obtidos através do nosso estudo realizado na HORA PEDAGÓGICA.

Ass. Arno Bracht  
Professor

**Grupo Escolar  
Rural**  
**»João de Castilhos«**  
São Salvador  
**Cerro Largo, 14 Região Escolar**  
FICHA DA  
**Hora Pedagógica N. 7**

Evaldo Carlos Külzer — Prof. Rural pad. P-2-1  
Classe: 1.ª-5.ª ano Data 18/6/58.  
3.ª Reunião

**FICHA — CONCLUSÃO**

Assunto — Ortografia

a) — Objetivo: Ditado nas diversas classes deste estabelecimento de ensino.

b) — Desenvolvimento:

Em face da Ficha-Estudo e Ficha-Plano que nos apresentaram os diversos aspectos do Ditado em nossas escolas e considerando que o estudo sobre o Ditado em suas três formas é de máxima importância, cumpre que agora por meio de Conclusões acertadas ponhamos em prática em nossas aulas os resultados obtidos através do presente estudo.

c) — Conclusões:

1. — É absolutamente necessária uma boa preparação do Ditado, para que se obtenha resultado positivo.
2. — Esta preparação ou planejamento deverá apresentar objetivos claros e precisos, tomando ainda sempre em consideração o nível mental e cultural da classe.
3. — Todo Ditado deverá ser bem motivado, indo assim de encontro aos interesses dos alunos, interesses estes que muitas vezes tem que ser despertados, como seja por exemplo, a consideração que goza no meio da sociedade aquele que redige sua correspondência isenta de erros etc.
4. — A compreensão das palavras e frases do Ditado é indispensável antes de serem escritas as palavras.
5. — Visando a boa formação auditiva, o professor pronunciará diversas vezes as palavras novas no ensino da ortografia.
6. — Lembrar que o aluno vendo, ouvindo, pronunciando e escrevendo aprenderá melhor; portanto, quanto mais facilidades, quanto mais atividades congregadas, tanto melhor resultado na aprendizagem.
7. — Não se deverá tornar o Ditado muito extenso em palavras e em tempo, pois, é preciso atender a fadiga que estes exercícios causam a criança.
8. — O Ditado-exercício será sempre tirado da lição do dia.
9. — Utilizar frequentemente o Ditado-Prova a fim de verificar o adiantamento e aproveitamento que os alunos tiraram das lições.
10. — O professor deverá verificar quais as letras que originam os erros, utilizando rimas e jogos de leitura, ou utilizando ainda charadas, separação das sílabas das palavras.
11. — Quando os alunos pronunciam mal as palavras dever-se-á realizar exercícios com o fim de treinar a articulação correta dos sons.
12. — Muitas vezes a criança desanima no estudo da ortografia por causa da falta de motivação deste estudo; portanto, é preciso ajustar este estudo às práticas da vida, como seja escrever corretamente cartas, bilhetes, avisos, notícias etc.
13. — Utilizar sempre material Ditado aquele que se ajusta às experiências e interesses da criança.
14. — Convém agrupar os alunos segundo suas dificuldades na ortografia, para assim realizar exercícios especiais.
15. — Realizar a correção dos Ditados logo após sua realização e de modo atraente em que a criança é guiada a verificar os seus próprios erros.

Grupo Escolar Rural João de Castilhos  
São Salvador, 18-VI-1958

Evaldo Carlos Külzer — Prof. rural  
Dalilo Santo Pelesso — Prof. Resp. Dir.

Fonte: Edição de 24 de agosto de 1958 (ANO 2, N. 59)



**Hora Pedagógica**  
**Grupo Escolar**  
**Rural**

»João de Castilhos«  
São Salvador  
I Reunião - Ficha Estudo

Objetivos: I Plano de aula elaborado pelo professor Stefano G. Wastowski  
II Composição nas diversas classes deste estabelecimento de ensino.

Desenvolvimento: II - Sendo uma das finalidades da escola rural, promover a integração social das crianças, tendo sempre em vista, é claro, a formação integral da personalidade de cada uma destas crianças, devemos promover meios e diretrizes adequadas para chegarmos a este fim. Ora, o indivíduo que não consegue exprimir com clareza o seu pensamento, quer oralmente, quer por escrito será, certamente um desajustado social. Considerando esse ponto de vista, é suficientemente justificado o interesse em indicar aos colegas uma série de sugestões, por intermédio das três partes desta Hora Pedagógica que visa melhorar a técnica do ensino da composição.

Conclusão: Levando em conta o benefício que nos trará esse trabalho, é necessário que sigamos uma ordem de estudo progressivo e ordenado:

- Considerações gerais da composição.
- Sugestionamento e alargamento das experiências e consequentemente do pensamento das crianças ou seja quais os meios para o enriquecimento de experiências e do pensamento das crianças.
- Recursos para o desenvolvimento da linguagem oral.

Fonte: Edição de 26 de outubro de 1958 (ANO 2, N. 68)

## Anexo 6 - Recorte - Jornal O Cerro Largo

2 DE NOVEMBRO DE 1958 O CERRO LARGO

**JOSÉ PSIUK**  
passa horas de prazer e alegria visitando  
o **Café Central** de José Psiuk, o mais  
bem atendido da cidade.

**Hora Pedagógica**  
**Grupo Escolar**  
**Rural**  
**»João de Castilhos«**  
São Salvador  
II Reunião - Ficha Plano

Objetivos II - Composição nas diversas classes deste estabelecimento de Ensino.

Desenvolvimento: Definindo a palavra composição podemos dizer que é uma organização de idéias e de pensamentos para serem expressos, tanto, sob forma oral como sob forma escrita.

Portanto, ensinar a composição consiste em prover o enriquecimento do pensamento das crianças. Para desenvolver o pensamento é necessário por sua vez um alargamento de experiências. Sabendo que a linguagem é o reflexo do pensamento, logo deduzimos que todos os meios empregados para desenvolver o pensamento da criança servem-lhe igualmente para desenvolver-lhe a linguagem.

Outro ponto a considerar é que somente depois que a linguagem estiver bem definida na forma oral aparecerá como por encanto na linguagem escrita.

Sabemos que o preparo é a alma da composição.

Para desenvolver as nossas crianças em composição devemos:

- 1 - Enriquecer as experiências e ampliar o pensamento.
- 2 - Treinar a linguagem oral.
- 3 - Criar motivos reais para a criança escrever.
- 4 - Se possível usar composições diárias em nossas classes, podendo ser frases sobre gravuras, lutas etc.

Para alcançarmos o êxito tão almejado na composição devemos procurar meios para enriquecimento de experiências e do pensamento das crianças. Isso se consegue:

- 1 - Através da observação direta da vida dos animais (abelha, coelho, galinha etc.) entre os objetos: barata, minhoca, formiga, entre os motivos.
- 2 - Através da observação da vida das plantas.
- 3 - Através de excursões, que favorecem e suscitam a formação do sentimento estético, pela observação de paisagens, passagens etc.
- 4 - Através de histórias contadas pelo professor, que aliás, esta é a forma mais rica.

Quanto a linguagem oral, visando um melhor desenvolvimento lembramos observar o seguinte: Desenvolver a linguagem não só nas aulas próprias de linguagem, sino também através de todas as matérias.

Conquistas: Visando a importância do treino nas composições devemos considerar o seguinte:

A composição aprende-se através do exercício e daí diz-se: A criança aprende a escrever, escrevendo.

E preciso, portanto que as composições sejam diárias em nossas classes.

Lembramos a seguir alguns temas a serem usados nas composições: Cartas, bilhetes, convites, agradecimentos etc.

É interessante fazer resumos de lições e de acontecimentos do dia para dessa maneira as crianças poderem expressar corretamente o seu pensamento.

Stelano G. Wastowski

### Festejos d

Domingo, dia 19,  
se expandiram em conjunto a  
seu candidato a governança a  
das as linhas do interior aca  
para esta cidade, afim de abri  
Louvavel foi a atitude da  
jubileas expansões do dia 12  
tauda assim a morte recente

AVI

Avisamos os n:ras  
e clientes que, a par  
(Inclusive), não mais  
sábados à tarde.

Caixa Rural e

**DR. NELSON**  
Cirurgião  
RAI  
Atende com  
Cêrr o

**CASA**  
de Gomer  
Exclusivista da  
chapéus Cury, fogô  
Preços

**JOSE' PEE**  
LINHA SÃO PAULO -  
Fábrica de refrigera  
bidas - Distribuid  
"PEROLA", c  
Condução própria pa

### Um exe

ra os  
cria

Fonte: Edição de 02 de novembro de 1958 (ANO 2, N. 69)

O CERRO LARGO

# O DICIONARIO

O dicionário é obra de referência, isto é, serve para dar uma informação rápida; é livro de consulta; por isso não pode ser lido do princípio ao fim.

O Dicionário coleta todas as palavras de uma língua, ou só uma classe de vocabulos, apresentando-os em rigorosa ordem alfabética.

Há diversas espécies de Dicionários: Dicionários Gerais, que abordam todos os assuntos. Dicionários especializados — tratam assuntos relativos à determinada matéria por exemplo dicionário de Termos Técnicos. Dicionários Biográficos, indicam a biografia, a vida de homens célebres. Dicionários Bilinguais, arrolam os vocábulos de dois idiomas, exemplo: Dicionário Francês - Português Dicionário Bibliográficos - tratam de Bibliografias, quer dizer: livros editados em um ou mais lugares. Dicionários Enciclopédicos - além de vocábulos, tratam de uma série de conhecimentos úteis. Dicionários Geográficos: Rios, cidades, montes, ilhas, etc.

Além destes, muitos outros existem, até dicionários recreativos, como os de Palavras cruzadas.

Você, que ama a língua pátria, e a história de seu país, procure ler, estudar e adquira um bom dicionário da língua portuguesa, pois ele é um guia seguro que lhe ensinará, não só a escrita correta dos vocábulos, como também o significado das palavras, para você desconhecidas.

Quem possui um Dicionário, sabe o Que Le, e o que e como escreve.

Kr  
Kr  
30  
fill  
31  
ma  
Th  
1  
V  
1  
3  
te  
is  
a

Fonte: Edição de 28 de dezembro de 1958 (ANO 2, N. 77)

# Dicionário Moderno

FARO . . . qualidade canina que muita inveja causa a muitos policiais.  
FAMÍLIA . . . congresso doméstico, onde cada membro tem um partido.  
FAROL . . . luz muito usada por aqueles que gostam de ofuscar os demais.  
FAMA . . . coberta com que muita gente passa a vida deitada na cama.  
FEIA . . . qualidade de mulher cujo principal sinônimo é: simpática.  
HABITO: . . Sinônimo que serve para tapear o vício.  
PONTO . . . A grande preocupação da maioria dos empregados.  
DESCONTOS . . . Maneira do governo tomar o que deu.  
VERGONHA . . . Coisa que anda ficando rara.  
ROSA . . . Vermelho com anemia ou branco que ficou encabulado.  
AZUL . . . Estando tuco azul é ótimo.  
PRETO . . . negativo de branco.  
CINZA . . . branco sujo.  
CREME . . . roupa branca encardida.  
BRANCO

## PROVERBIOS ATUALIZADOS

QUEM NÃO TEM CÃO . . . pode morar em apartamento.  
DEVAGAR . . . não se pega lugar no trem.  
QUEM CANTA . . . corre o risco de ser gongado.  
QUEM DA O QUE TEM . . . é burro ou louco.  
QUEM CORRE . . . é lotação.  
QUEM JÁ FOI REI . . . está destronado.  
Mais valem dois marimbondos voando, do que um na mão.  
QUEM DIZ O QUE QUER . . . não tem mulher.  
QUEM CALA . . . é sempre o marido.  
CACHORRO QUE LATE . . . também morde.  
DEVAGAR SE VAI . . . ao credor.  
QUEM TEM TELHADO DE VIDRO . . . da espetáculo para os vizinhos de cima.  
RI MELHOR QUEM . . . tem dente.  
DE HORA EM HORA . . . a coisa piora.

Fonte: Edição de 8 de março de 1959 (ANO 2, N. 87)

# Dicionário Moderno

AUTOMÓVEL . . . móvel que só se usa nas ruas e praças.  
MERCADINHO . . . filho de mercado, e, como o pai, é um perfeito continuador da raça.

CONDUTOR . . . empregado de bonde que conduz para a companhia o dinheiro pago pelas passagens.

CÉDULA . . . papel pintado que seduz a muita gente.

CAMALEÃO . . . político que muda de partido constantemente e que em nada se assemelha a cama ou a leão.

BORBOLETA . . . Mariposa em traje de gala.

URUBU . . . Ave que não sabe fazer casa, para ser obrigado a tomar banho quando chove.

PERU . . . Convidado que comparece contrariado a todos os banquetes por melhor que sejam. Muito indigesto em Buenos Aires.

PULGA . . . Inseto com mania de atleta, precursora do salto em altura e distancia.

MORCEGO . . . Campeão do vôo noturno, precursor do radar.

CORUJA . . . Isto dá um azar . . .

ELETRICIDADE . . . Um troço que quando se bota o dedo, dá um choque miserável.

RADIO . . . Uma caixinha que quando se liga na eletricidade, diz umas coisas e toca música.

MULATA . . . Uma das grandes criações da natureza.

*Poesia*

(Sem rima e sem rumo Que diz . . . graça.)

Fonte: Edição de 22 de março de 1959 (ANO 2, N. 89)

# Memória, história e versões: um olhar sobre o Museu das Missões

Adrieli da Silva Müller (UFFS)  
Caroline Mallmann Schneiders (UFFS)

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender os efeitos que os arquivos do Museu das Missões e do Manancial Missioneiro produzem em torno da história e da memória da região das Missões do Rio Grande do Sul. O “Museu das Missões” faz parte do Instituto Brasileiro de Museus, sendo localizado dentro do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (RS). Por sua vez, situado no mesmo município, o “Manancial Missioneiro”, um espaço de memória remanescente da chamada Redução Jesuítica dos Guaranis, abre para outras versões da história, trazendo um outro olhar sobre os aspectos da cultura indígena. Para tanto, embasamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso franco-brasileira. Consideramos que cada um dos museus produz uma versão da história ligado a questões do político e da ideologia. Assim, observamos como cada espaço produz uma narratividade sobre os fatos da história de modo diferente, vinculada às condições de produção dos discursos à época de sua constituição. Logo, as versões da história dependem de quem conta e de que lugar ela é contada, sendo sempre passível de interpretação.

**Palavras-chave:** Museu; São Miguel das Missões/RS; Discurso; Historicidade; Narratividade.

## Introdução

A presente pesquisa<sup>1</sup> visa uma reflexão em torno de questões que perpassam a história e a memória da região das missões do Rio Grande do Sul (RS), tomando por base a observação de diferentes materialidades

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2022, pelo Curso de Letras Português e Espanhol, da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Cerro Largo/RS*.

discursivas. Buscamos realizar, inicialmente, um estudo sobre o arquivo de dois importantes museus localizados no município de São Miguel das Missões/RS. Primeiramente, nosso objetivo central é compreender os efeitos que os arquivos do Museu das Missões e do Manancial Missioneiro<sup>2</sup>, que se constitui como um espaço de memória remanescente da chamada Redução Jesuítica dos Guaranis, produzem em torno da história e da memória da região das Missões do Rio Grande do Sul.

Para realizar esta reflexão, tendo em vista esses dois objetos, buscamos compreender o funcionamento discursivo destes dois espaços que visam guardar/preservar a história e a memória em torno das reduções jesuíticas. Deste modo, explicitamos a historicidade e a memória que afetam o imaginário local a partir do modo como esses dois museus produzem uma narratividade sobre os fatos da história. Ou seja, compreendemos os efeitos ideológicos e de relações de poder constitutivos dos discursos inscritos nesses museus.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, embasamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso franco-brasileira. Nosso objeto de análise é, pois, o Manancial Missioneiro e o Museu das Missões, e o desenvolvimento analítico parte do arquivo que constitui esses museus. Tendo em vista o arquivo em análise, mobilizamos o dispositivo teórico da AD, e, a partir deste, delimitamos o dispositivo analítico, a fim de lançar gestos de interpretação sobre a(s) materialidade(s) analisadas. O dispositivo analítico, para o desenvolvimento de nossas análises, é constituído, sobretudo, pelos conceitos de: narratividade, discurso, memória e história.

Diante disso, visamos compreender as condições de produção que determinam os artefatos históricos constitutivos dos museus. Vale destacar que o Manancial Missioneiro guarda elementos arquitetônicos que remontam ao período chamado Trinta Povos das Missões, artefatos e instrumentos utilizados por imigrantes deste território entre os (séculos XIX e XX); além de guardar bens materiais da cultura indígena,

---

<sup>2</sup> Manancial Missioneiro primeiramente era denominado como Ponto de Memória Missioneira, sua nomenclatura foi modificada a partir de 2018.

especialmente da Mbyá-Guarani, também há uma Opy (Casa de Reza)<sup>3</sup>, onde se realiza o benzimento, nomeado como Ritual da Erva Mate (caá). Já o Museu da Missões constitui-se por artefatos simbólicos, como as esculturas missioneiras em madeira policromada dos séculos XVII e XVIII, composto por uma vasta coleção de imagens sacras de características barrocas, ficando conhecido como arte sacra missional, manifestação da arte indígena colonial. O acervo museológico desse museu surge no período do Sete Povos das Missões Orientais, no espaço das reduções indígenas-jesuíticas.

Desse modo, explicitamos a historicidade e a memória que afetam o imaginário local pelo modo como esses dois museus produzem uma narrativa sobre os fatos da história. Ou seja, compreendemos os efeitos ideológicos e de relações de poder constitutivos do discurso que se inscreve nesses museus. Tal pesquisa tornou-se pertinente por estarmos lançando gestos de interpretação sobre diferentes práticas discursivas e sociais, buscando, pois, trabalhar com a história, o discurso e a memória, para, assim, poder refletir sobre os museus, sobre a produção do conhecimento e sobre o arquivo.

### **Discurso, memória e arquivo: algumas considerações**

Do ponto de vista discursivo, o discurso é o lugar em que se pode observar a “relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2020, p. 15) e não há sujeito sem ideologia. Conforme Orlandi (2020), na Análise de Discurso, não se procura um sentido “verdadeiro”, mas o sentido da materialidade linguística e histórica, devido ao processo de produção de sentido estar sujeito a deslize, havendo sempre um outro possível que o constitui.

Dessa maneira, o trabalho ideológico é um trabalho de memória e esquecimento, pois, quando esquecemos quem disse, por exemplo, “colonização”, quando, onde e por quê, que o sentido de colonização produz seus efeitos (ORLANDI, 2020). Partindo desse princípio,

---

<sup>3</sup> A Casa de Reza (Opy), trata-se da reprodução deste espaço, não é original. O idealizador deste Museu Valter Braga busca resgatar essa memória dos indígenas.



entendemos que os museus contêm um viés ideológico, sofrendo ação direta da ideologia. Podemos definir a ideologia como

[...] um ritual com falha, assim como também o Estado falha nos modos de individuação do sujeito, produzindo a falta. E a falta em nossa concepção, é o lugar do possível: possível de que não seja assim, possibilidade do sentido outro, com a condição que ele ecoe na história produzindo deslocamento. (ORLANDI, 2017, p. 107).

Nesse trabalho, compreendemos o museu como um espaço simbólico, espaço de significação e, em sequência, como espaço de linguagem. Se, para Orlandi (2012, p. 87), os museus são instituições que permitem a autorreflexão, a autocrítica e o questionamento sobre eles mesmos, podemos entendê-los como um lugar de produção de arquivos.

Ao falar sobre arquivo, trabalhamos com dois tipos de memória: a memória discursiva “que é tratada como o interdiscurso. Este é definido como aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2020, p. 29), constituída pelo esquecimento, que são silenciadas pelas condições de produção. E a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela, que faz circular certos efeitos de sentido apagando outros que poderiam estar ali (ROMÃO, 2011). Conforme Orlandi (2020), os museus produzem uma memória institucionalizada e o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela, quando se esquece de expor algo no museu que os sentidos vão produzir seus efeitos.

Destaca-se, também, a relação entre essa produção e os sujeitos em um processo sócio-histórico, inerente a cada formação social, que corrobora por ressaltar a constituição do sujeito em relação a outros sujeitos em uma dada comunidade. Ao trabalharmos com as noções de museu e arquivo, retomamos Orlandi (2017) que pontua a importância da narratividade, como funcionamento da memória, produzindo diferentes versões.

Entendemos que o conceito de narratividade é essencial para a reflexão que propomos nessa pesquisa, uma vez que, a partir dela,

observamos o funcionamento discursivo dos museus tomados como objeto de análise. Narratividade, para nós, é

funcionamento, inscrição no que, na Análise de Discurso, denominados historicidade: relação do discurso com sua exterioridade, relação entre sujeito, memória discursiva, ou interdiscurso e condições de produção. Considerando a narratividade-tomada no funcionamento da memória -, em sua definição, como o modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas. (ORLANDI, 2017, p. 313).

Além disso, podemos observar “a narratividade como a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando (seu ‘pertencimento’) sua existência e espaços de interpretação determinados” (ORLANDI, 2017, p. 106), ou seja, a narratividade como constitutiva no funcionamento da memória.

## **Um olhar discursivo sobre os museus**

O museu é um resgate da memória e da história que põe em jogo “um enredo, um relato, uma narrativa [...] um espaço discursivo no qual muitas posições-sujeitos encontram-se em confluência” (ROMÃO, 2011, p. 65). Inicialmente, ao tratarmos de museus, constrói-se um imaginário e ilusão de que vamos encontrar um todo, devemos desconstruir as ilusões de clareza e completude, uma vez que vai haver sempre incompletude e diferentes formas de interpretação em que ocorre a predominância de uma das interpretações, e o silenciamento das demais.

Diante de nosso objetivo, que é compreender os efeitos que os arquivos do Museu das Missões e do Manancial Missioneiro produzem em torno da história e da memória da região das Missões do Rio Grande do Sul, contextualizamos, brevemente, cada um desses objetos de análise.

Para iniciar, apresentamos o Museu das Missões, o qual foi projetado pelo arquiteto Lucio Costa e faz parte do Instituto Brasileiro de Museus

(IBRAM)<sup>4</sup>, sendo localizado dentro do Sítio Histórico São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (RS). A criação oficial do museu ocorreu através da promulgação do Decreto-lei nº 2.077, de 8 de março de 1940, pelo presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de “reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do País” (BOTELHO; VIVIAN; BRUXEL, 2015, p. 50). Nessa perspectiva, a criação do museu partiu da ideia de que

O Museu tem como missão pesquisar, documentar e divulgar a experiência histórica missioneira, através de um pensamento crítico, sobre as relações entre patrimônio cultural, arte, história e memória; e estimular na população local a reflexão sobre o legado cultural dos remanescentes históricos da região missioneira do Rio Grande do Sul. (BOTELHO; VIVIAN; BRUXEL, 2015, p. 43- 44).

Seu acervo museológico institucional é constituído por peças elaboradas e valorizadas naquele período composto por uma rica coleção de esculturas missioneiras em madeira policromada dos séculos XVII e XVIII, sendo conhecido como arte sacra missional, manifestações da arte indígena colonial.

O outro museu tomado como objeto de análise é o Manancial Missioneiro, que vai trazer uma nova narrativa; para nós, “vai pôr em movimento a rachadura que lhe permitiu surgir sendo fundado em outro momento sócio-histórico, manifestando efeitos de desconstrução e recomposição” (ROMÃO, 2011, p. 70). Conforme Orlandi (2017, p. 67), surge uma versão que coloca na história o que estava posto em silêncio, localizado próximo ao Museu das Missões e ao Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, que não dispõe da mesma visibilidade que o Museu das Missões.

O Manancial Missioneiro é uma iniciativa de memória comunitária que surge, de acordo com Vivian (2012), em um ambiente marcado de insatisfação em relação às políticas oficiais de preservação dos bens culturais existentes nas Missões, nas quais os miguelinos foram excluídos

---

<sup>4</sup> Atualmente, o Museu das Missões integra a estrutura do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus, criado em 2009).

das decisões sobre esse patrimônio que faz fronteira com o quintal de suas casas. Dessa forma, o Programa Pontos de Memória visa:

Atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus, estando em sintonia com as diretrizes que sustentam a própria Política Nacional de Museus. (VIVIAN, 2012, p. 204).

O Museu Manancial Missioneiro surgiu em 1990, com a iniciativa de Valter Braga<sup>5</sup>, que coordenou o ‘salvamento’ do que restou do pós-guerra e iniciou as devoluções das primeiras peças arqueológicas e de outras culturas em sua casa. O Museu tornou-se, para a comunidade de São Miguel das Missões, um espaço de memória remanescente<sup>6</sup> da chamada Redução Jesuítica dos Guaranis, em que se encontram elementos arquitetônicos que remontam ao período chamado Trinta Povos das Missões (séculos XVII e XVIII), artefatos e instrumentos utilizados por imigrantes deste território entre os (séculos XIX e XX). O acervo também guarda bens materiais da cultura indígena, especialmente da Mbyá-Guarani, também há uma Opy (Casa de Reza), onde se realiza o benzimento, nomeado como Ritual da Erva Mate (caá).<sup>7</sup>

A partir de nosso olhar visitante-observador, compreendemos que, nos museus, há falhas, rupturas, deslizamentos, e apagamentos/silenciamentos de fatos históricos, predominando uma única versão da história. No Museu das Missões, encontramos a herança do “colonizador”,

---

<sup>5</sup> Valter Braga é funcionário público da prefeitura de São Miguel das Missões/RS, desde o início dos anos 90. É idealizador e mantenedor do Manancial Missioneiro, atuando como agente da memória local.

<sup>6</sup> Ao procurarmos no dicionário o significado da palavra “remanescente” encontramos como definição como aquilo que “sobra” ou “resta”. Mas nos detemos, na definição de Venturini “[...] esse museu foi criado para guardar memórias da cidade, e esse objetivo fez com que ele se estruturasse por ‘restos’ do que os moradores da cidade consideravam como história/memória e foram doados em forma de objetos. Nesse lugar, podemos ver/ler/interpretar/compreender uma certa visão de história, como a interpretante, a julgadora da sociedade”. (VENTURINI, 2020, p. 29).

<sup>7</sup> Nesse espaço é realizadas representações e construções daquilo que se imagina. A Opy, Casa de Reza, reproduzida no Manancial Missioneiro, é uma reprodução de Valter Braga e está ligada ao seu contato direto com os Guaranis que habitam a região desde os anos 80, bem como de histórias e memórias que seus pais e antepassados relatam sobre.

enquanto no Manancial Missioneiro prevalece a herança de vários povos que fazem parte das identidades dos miguelinos, devido ao fato de partir de um “processo museal de natureza comunitária e popular, capaz de dar sentido a uma forte vontade política de memória existente entre moradores de São Miguel das Missões”. (VIVIAN, 2012, p. 1908)

Consideramos, ao se pensar discursivamente o Museu das Missões e o Manancial Missioneiro, que se encontram na mesma cidade, mesmo o último não possuindo a mesma visibilidade que o primeiro, como cada espaço produz uma determinada narratividade, produzindo uma versão sobre os fatos históricos que guardam. Assim, devemos

Considerar os museus como práticas de significação, que materializam o confronto do simbólico com o político, conduz a refletir sobre o modo como o processo discursivo é constituído, em especial, como as formações discursivas, as formações ideológicas e a memória discursiva se constituem neste espaço significante que é o museu. (MASSMANN, 2020, p. 558).

Todavia, o Museu das Missões age como aparelho do Estado, produzindo uma versão da história ligado a questões do político e do ideológico, que atua como um dispositivo do governo brasileiro, ou seja, para nós, funciona enquanto um Aparelho Ideológico do Estado (AIE), o qual “funciona de um modo massivamente prevalente pela ideologia” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). Esses aparelhos utilizam-se de um discurso predominante de poder para perpetuar determinada versão dessa história. Já o Museu Manancial Missioneiro manifesta-se com iniciativas particulares, segundo Luiz Vivian, este museu busca narrar e expor as próprias memórias e patrimônios dos miguelinos por terem sido excluídos das decisões deste patrimônio anteriormente.

O discurso-museológico que encontramos no Museu das Missões é, sobretudo, a arte barroca, utilizada pelos jesuítas como estratégia de dominar e catequizar os indígenas; no Manancial Missioneiro, vai funcionar discursivamente valorizando a missão de expressões culturais dos povos indígenas, imigrantes, grupos africanos que foram escravizados, e da cultura de Centro de Tradições Gaúchas (CTGs). Assim, o discurso do/no museu constitui-se no confronto da memória constituída pelo esquecimento e na memória de arquivo, a que não se esquece, possibilitando espaço de

interpretação, “em outras palavras, é no esquecimento, com o desejo, que se movimentam os sentidos do Museu, e não no já-dito, lembrado e arquivado, já significado”. (ORLANDI, 2015, p. 7)

Os museus produzem uma “memória institucionalizada (o arquivo) o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela” (ORLANDI, 2020, p. 45) quando se esquece de expor algo no museu que os sentidos vão produzir seus efeitos. Podemos observar, conforme Orlandi (2015), que o sentido sempre pode ser outro, deriva, produzindo um efeito metafórico, de deslize de sentidos e isso não é diferente quando mobilizamos o arquivo dos museus.

Retomando a questão do arquivo nos museus, segundo Cervo (2015), o arquivo é um resultado de ordenamento de documentos (públicos e privados) e resultado de um trabalho de leitura, práticas essas que operam sempre em relação ao que não foi escolhido ao gesto de interpretação que dá contorno à organização dos elementos e à construção da narrativa, sendo essa uma prática política e de poder sobre a memória, devido à prática de arquivo ser uma decisão entre o porquê, como e por quais meios contar uma história sobre a memória. Assim, ambos os museus aqui citados são compostos por um arquivo que visa manter uma memória institucionalizada e também a memória discursiva que “o sujeito (se) significa, afetado pelo funcionamento da memória discursiva, do interdiscurso, de outro, e ao mesmo tempo, relação ideologia e inconsciente materialmente ligados”. (ORLANDI, 2017, p. 310)

Desse modo, pelo fato de o Museu das Missões estar preso a um discurso político, funciona como um Aparelho Ideológico do Estado, colocando em prática a ideologia dominante, podemos dizer que é um espaço no qual os miguelinos não falam, eles são falados, “seu dizer está predeterminado pela posição do colonizador” (ORLANDI, 2008, p. 60). Em oposição, o Manancial Missioneiro possui mais liberdade em sua constituição, pois parte de iniciativa privada e comunitária e surge para representar a identidade de seus antecedentes uma forma de resistência aos apagamentos da sua história realizada pelo Estado.

## Um olhar sobre o arquivo dos Museus

Apresentamos, inicialmente, o Museu das Missões a partir da imagem 1.

**Imagem 1** - Pavilhão Lucio Costa com suas três salas de exposição envidraçadas.



Fonte: Museu das missões (2018).

Podemos perceber, na imagem acima, que, ao fundo do Museu, aparecem as ruínas da redução do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, antiga redução Jesuítica. Contudo, o Museu das Missões pertence ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), nele encontra-se um precioso acervo museológico institucional, que hoje representa uma das maiores coleções públicas de imagens missioneiras de madeira policromada dos séculos XVII e XVIII, do Mercosul.

Seu acervo museológico institucional é constituído por aproximadamente 100 peças elaboradas e valorizadas naquele período composto por uma rica coleção de esculturas missioneiras em madeira policromada dos séculos XVII e XVIII, sendo conhecido como arte sacra

missional, manifestações da arte indígena colonial<sup>8</sup>, como já mencionado. Dessa maneira, “as imagens produzidas no contexto das reduções de São Miguel das Missões/RS contribuem para organizar os sentidos em torno de determinada memória e grupo social, constituindo-se como monumentos”. (SCHNEIDERS; MALLMANN, 2017, p. 63)

Tratamos as imagens como monumentos no sentido que Orlandi considera no artigo intitulado “Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória”. Para a autora, a estátua funciona

por um efeito de memória: não o interdiscurso, a memória que para constituir sentido, esquece, mas a memória institucionalizada, a memória de arquivo, que justamente é um marco/gatilho que desencadeia um processo de significação e de identificação em uma rede da memória gerida pelo Estado. (ORLANDI, 2010, p. 11).

Nesse sentido, conforme Venturini (2020), o arquivo que se constitui de objetos retoma os acontecimentos ou sujeitos, sendo significado pela memória, pois guarda objetos de uma comunidade relacionados à história. Assim, para nós, as imagens dos monumentos que compõem o Museu das Missões e o Manancial Missioneiro constituem-se com um gesto de memória, que individua os sujeitos inscritos em uma rede de sentidos sendo uma marca para a região missioneira, que, a partir disso, buscam o real da história. Em conformidade, as tramas que estruturam o museu “são tecidas por sujeitos, filiados a tempos e a lugares, sendo submetidos a versões de uma história, notadamente, a história que interessa as instituições” (VENTURINI, 2020, p. 29). Dessa maneira, refletimos: o que o colonizador não está dizendo quando está dizendo “x”? E qual versão da história e que arquivo o Estado põe à mostra no museu?

Considerando o arquivo que o Museu das Missões guarda, observemos as seguintes imagens (imagem 2 e 3).

---

<sup>8</sup> Tais informações foram retiradas do site: <<https://www.museu-das-missoes.museu.gov.br/o-museu/>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.



**Imagem 2** - Imagens sacras das antigas reduções que fazem parte do acervo do Museu das Missões.



Fonte: Instituto brasileiro de museus (2022).

**Imagem 3** - Nossa Senhora da Conceição. Escultura Missioneira em madeira policromada e escultura missioneira de Jesus Cristo. Século XVII-XVIII.



Fonte: Arquivo do autor (2022).

Nessas esculturas missioneiras aqui apresentadas, como afirma Thielke (2014), produzidas em oficinas nas Reduções eram feitos com objetivos religiosos dos Jesuítas relacionados à explicação da ordem do Universo, à devoção e persuasão a um modelo de vida observados nas imagens sacras, além de buscar divulgar a mensagem cristã para os Guarani. Ainda, conforme Thielke (2014), essas esculturas sofrem um processo que

engendra um “barroco mestiço”, “jesuítico-guarani” ou “missioneiro”. Assim, sobre a presença de santos da religião católica no museu em questão, a qual não fazia parte da cultura dos indígenas, retomamos Schneiders & Mallmann (2017):

Podemos dizer que o processo de identificação dos sujeitos indígenas frente à ideologia dominante dos jesuítas não ocorreu sem que esses indígenas também deixaram suas marcas nas imagens, houve uma contra identificação com a ideologia dominante, porém ela não desencadeou na ruptura com o sistema dominante da época. Logo, considerando o contexto das reduções jesuíticas, os indígenas não foram passivos a esse processo de catequização imposto pelos Jesuítas, deixando traços de sua identidade. (SCHNEIDERS; MALLMANN, 2017, p. 65).

Nas esculturas produzidas, encontramos, como pontua Thielke (2014), referentes naturais do ambiente indígena, como flores campestres e os frutos como o azeite e o milho e as folhas de alcachofra. Schneiders & Mallmann (2017), em um estudo acerca do arquivo do Museu em questão, analisam os sentidos produzidos pelo discurso do/no Museu das Missões e compreendem o efeito da memória discursiva e sua relação com a história e a memória, as relações de poder com a ideologia dominante da época, e a resistência dos indígenas materializada nos monumentos. Dessa forma, a partir desse estudo, entendem que

[...] as representações de santos, mártires e anjos que foram produzidas pelos indígenas na época das reduções não se constituem como algo neutro, visto que tais representações vinculam-se à religião católica. Ou seja, compreendemos, pelas imagens, o funcionamento da ideologia dominante da época, a qual interpela os indivíduos, no caso os indígenas, determinando o que podia e devia ou não ser representado pelas imagens. (SCHNEIDERS; MALLMANN, 2017, p. 67).

Considerando essas questões, entendemos que, ao se predominar imagens de santos católicos, há uma memória e história que ressoam por meio desses monumentos. Assim sendo, consideramos, de acordo com Orlandi (2017), o funcionamento da memória na narratividade, que se “conta” em determinadas condições, vinculando o sujeito a espaços de

interpretação determinados, em suas práticas discursivas, interpelado pela ideologia.

Dessa maneira, o discurso do colonizador se impõe com a força institucionalizada que traz consigo uma memória na qual se encontra no Museu das Missões, que é a memória do colonizador. Em conformidade com Orlandi (2008), o dizer do indígena está predeterminado pela posição do colonizador, ou seja, sua fala é falada pela memória do outro (europeu). Ocorre, assim, um mecanismo de silenciamento que é um processo de contenção de sentido, modo de não permitir que o sujeito indígena circule pelas diferentes formações discursivas.

Isso vincula-se, para nós, à discussão proposta no livro *Colonização Linguística*, de Mariani (2004), que aborda a noção de colonização<sup>9</sup>, a qual pode ser relacionada com o que estamos entendendo a respeito do arquivo do Museu da Missões, o qual produz sentidos vinculados à memória da colonização e ao discurso do colonizador que se impõe pela força institucionalizada. Ou seja, trata-se, pois, da ótica do colonizar que é ali guardada no museu.

O silêncio significa e se materializa nas imagens produzidas nas Reduções Jesuíticas, mas ainda os indígenas representam a resistência em alguns traços das esculturas. Podemos observar que o Museu das Missões não guarda toda a história e memória acerca das Missões, guarda/preserva uma memória institucionalizada do Estado, em que põe à mostra a história/memória do “colonizador”. Embora o arquivo disponível

[...] no Museu da Missões seja composto, em especial, por esculturas feitas nas reduções jesuíticas, entendemos que estes artefatos históricos, além de ser representações artísticas, são expressões linguísticas, contribuindo para refletirmos sobre o a historicidade e a memória que afetam e são

---

<sup>9</sup> Conforme Mariani, a noção de colonização remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos. Deve-se então dizer que tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador ou no do colonizado. Aliás e olharmos os sentidos dicionarizados de ‘colonização’, ‘colonizar’ etc., veremos que não há menção nem aos ‘colonizados’ nem as línguas. ‘Colonizar’ significa apenas a dominação política e econômica de um território com a presença de colonos oriundo de outro lugar. (MARIANI, 2014, p. 23).

constitutivas da materialidade discursiva das imagens guardadas e preservadas nesse Museu. (SCHNEIDERS; MALLMANN, 2017, p. 67).

Contrapondo-se com o que observamos no Museu das Missões, trazemos, a partir de agora, um olhar sobre o Manancial Missioneiro, conforme imagem 4.

**Imagem 4** - Manancial Missioneiro.



Fonte: Arquivo do autor (2022).

O Manancial Missioneiro fica localizado próximo ao Museu das Missões e ao Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, porém não possui a mesma visibilidade<sup>10</sup>. Para nós, “essa localização produz efeitos de sentido importantes para a compreensão do processo discursivo que é posto em funcionamento nesse museu” (MASSMANN, 2020, p. 564). Isso porque a localização já produz sentidos para este museu na sua relação com a história e com a memória da cidade de São Miguel das Missões.

Consideramos, a partir disso, como o museu (se) significa, como “o funcionamento da memória no sujeito se faz pela narrativa” (ORLANDI, 2017, p. 309), e esta, enquanto funcionamento da memória,

---

<sup>10</sup> Quando falamos de visibilidade pensamos na questão de circulação e divulgação do Manancial Missioneiro.

produz outras versões, como ocorre no Manancial Missioneiro, que põe a mostra outras versões da história/memória nas Missões.

Ao analisarmos o discurso inscrito no arquivo do Manancial Missioneiro, que conta com mais de 300 peças em seu acervo, incluindo elementos arquitetônicos que remontam ao período chamado Trinta Povos das Missões, temos artefatos e instrumentos utilizados por imigrantes deste território entre os (séculos XIX e XX).

Vale salientar que esse museu possui discursos heterogêneos, pois, além de guardar bens materiais da cultura indígena, especialmente da Mbyá-Guarani, também há uma *Opy* (Casa de Reza), onde se realiza o benzimento, nomeado como Ritual da Erva Mate (caá), tatarandê (altar do fogo), *opy* (local sagrado) de práticas de pureza, ibuyatatuã (purificações), menygarai (batizados), observatório (expiatório astronômico). Práticas essas que eram realizadas pelos nativos e foram ficando para trás devido à chegada dos imigrantes. Na imagem abaixo (imagem 5), parte do acervo que compõem o Manancial Missioneiro.

**Imagem 5** - *Opy* (Casa de Reza) e tatarandê (altar do fogo).



Fonte: Arquivo do autor (2022).

Além disso, o Manancial Missioneiro traz mais de uma versão da história da região missioneira, pois guarda “objetos que fazem referência à imigração europeia, o acervo contempla bens da cultura material dos Mbyá Guarani, como instrumentos musicais, utensílios em cerâmica, artefatos em rocha, entre outros” (VIVIAN, 2012, p. 1209); também há objetos que fazem referência a grupos africanos que foram escravizados e viveram na

região missioneira, e estão expostos, neste mesmo local, apetrechos utilizados na lida campeira por membros dos (CTGs), que se categoriza como pertencente da cultura “tradicionalista”. Vale destacar que nos deteremos na questão da cultura dos indígenas que é posta a mostra, entre os diversos que se encontram no Manancial Missioneiro.

Como podemos perceber, analisando os objetos de ambos os museus, há modos de se dizer e de se contar a história, efeitos de sentido que ressoam. Visando relatar um viés da história das Missões, trazemos um recorte do site Portal das Missões, que aborda sobre como surgiu o Manancial Missioneiro

[...] uma comunidade de São Miguel das Missões transformou um espaço de memória de remanescentes da chamada Redução Jesuítica dos Guaranis no Ponto de Memória Missioneira. Segundo o historiador do Museu das Missões/Ibram, Diego Luiz Vivian, que acompanha junto à comunidade a iniciativa, as práticas de memória desenvolvidas no Ponto de Memória Missioneira estão conectadas com a realidade social de seus protagonistas, que têm conservado e divulgado um conjunto de bens culturais nos quais os moradores encontram reconhecimento e identidade. ‘Os miguelinos foram historicamente excluídos das decisões que envolvem o patrimônio que faz fronteira com o quintal de suas casas. A alternativa foi buscar meios de narrar e expor suas próprias memórias e patrimônios’. (PORTAL DAS MISSÕES, 2022).<sup>11</sup>

A partir disso, percebemos um apagamento dos sentidos e da memória dos indígenas ao se criar o Museu das Missões, o qual já significa, devido ser um aparelho ideológico do Estado, em que guarda/preserva uma memória institucionalizada/cristalizada de uma história tida como oficial. Dessa maneira, nos Museus, compreendemos a memória institucionalizada e também a discursiva, consideramos

[...] que a memória discursiva é estruturada pelo esquecimento. É quando esquecemos como um sentido se constituiu em nós que ele passa a produzir seus efeitos, entre eles, o principal, de que estes sentidos, quando falamos, nascem em nós, quando, na realidade para significar é preciso que as palavras,

---

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1161/ponto-de-memoria-missioneira-.html>

expressões, proposições já signifiquem. Retomamos sentidos já existentes, feitos do já dito e esquecido em nós. (ORLANDI, 2014, p. 6).

Contudo, ao pensarmos discursivamente os museus aqui expostos neste estudo, interpretamos “e a interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeitos, língua e história, resultando em diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2017, p. 57), ou seja, o museu não é transparente ele tem o seu modo de funcionamento e deve ser interpretado.

O discurso-museológico que encontramos no Museu das Missões vincula-se à arte barroca utilizadas pelos jesuítas como estratégia de *dominar* e *catequizar*<sup>12</sup> os indígenas enquanto no Manancial Missioneiro vai funcionar discursivamente valorizando a missão de expressões culturais dos povos indígenas. O museu nos traz o passado para a atualidade, que se constitui

[...] em (dis)curso com vistas a proteger as memórias ameaçadas do esquecimento. Como destaque, dizemos que esses museus históricos, no espaço urbano, objetivam significar a cidade e, de certa forma, controlar os sentidos, tentando gerenciar memórias. (VENTURINI, 2020, p. 28).

Nesse sentido, o Manancial Missioneiro tenta proteger as memórias locais, em especial, dentre elas, as práticas culturais que eram realizadas pelos indígenas. O Manancial Missioneiro abarca o que não tem espaço no Museu das Missões, o qual visa preservar/guardar a memória do colonizador a história que interessa ao Estado, assim sendo, o Manancial Missioneiro traz uma nova versão dos fatos.

Podemos observar, conforme Orlandi (2015), que o sentido sempre pode ser outro, deriva, abrindo o espaço para a interpretação, ou seja, “em outras palavras, é no esquecimento, com o desejo, que se movimentam os

---

<sup>12</sup> “Contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o que o índio, enquanto sujeito, faz mas sobre a própria existência do sujeito índio. E, quando digo estado, digo o Estado brasileiro do Branco. Estado esse que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira”. (ORLANDI, 2008, p. 66).

sentidos do Museu, e não no já dito, lembrado e arquivado, já significado” (ORLANDI, 2015, p. 7). Ainda, conforme Venturini (2020), nem tudo pode/deve estar no museu.

Desse modo, explicitamos a historicidade e a memória que afetam o imaginário local a partir do modo como esses dois museus produzem uma narrativa sobre os fatos da história. Ou seja, compreendemos os efeitos ideológicos e de relações de poder constitutivos dos discursos inscritos nesses museus.

### **Considerações finais**

Para tecer um efeito de conclusão, em nosso estudo, compreendemos de que artefatos são constituídos os museus tomados como objeto de análise, o que constitui cada um deles, além de podermos refletir sobre a questão de quem pode e deve ser homenageado em um museu, e o que deve, ou não, preenchê-lo. Contudo, a memória que constitui esses museus também é feita de falhas, esquecimentos e silenciamentos, o museu é um lugar de memória “constituído do encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento são uma presença ausência no espaço público e significam no entremeio entre campos disciplinares”. (VENTURINI, 2017, p. 55)

Portanto, o discurso que está à mostra sobre a região das Missões, no Museu das Missões, vincula-se à memória institucionalizada/cristalizada, a qual está vinculada à ideologia dominante da época, à história contada a partir do viés do colonizador e marcando o esquecimento/silenciamento sobre a história e cultura dos indígenas. Em contraponto, o Manancial Missioneiro nos traz um outro olhar, mostrando a diversidade cultural constitutiva da região, enfatizando, em especial, a cultura dos indígenas, rememorando e comemorando aspectos que não possuem espaço no Museu das Missões.

Logo, ambos os museus produzem uma versão da história, ligada a questões do político e da ideologia. Devido ao fato de o Museu das Missões funcionar como um aparelho ideológico do Estado, há em funcionamento um discurso predominante de poder, ligado à uma memória e história institucionalizada. Já no Manancial Missioneiro, observamos que é um discurso contra-hegemônico que está em funcionamento, colocando em



circulação outra(s) memória(s) sobre os fatos da história, os quais foram esquecidos e/ou silenciados. Dessa forma, por meio dos museus tomados como objetos dessa reflexão, entendemos a maneira como se rememora/comemora uma determinada versão da história e da memória sobre as Missões em detrimento de outra(s). Isso é, portanto, o efeito do político, o qual aponta para os embates ideológicos e jogos de forças constitutivos das práticas discursivas, determinando o que pode, ou não, ser guardado nesses espaços.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BOTELHO, A. A.; VIVIAN, D.; BRUXEL, L. *Museu das Missões*. Brasília, DF: Ibram, 2015. p. 80.
- BRASIL. Decreto-lei 2.077, 8 de março de 1940.
- CERVO, L. M. A língua, o museu e os espelhos. *Revista Rua* [on-line]. Campinas, N. 21, vol. 2, p. 363-380, nov., 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museu das Missões*. Disponível em: <<https://museudasmissoes.museus.gov.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2022.
- MARIANI, B. *Colonização lingüística: línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.
- MASSMAN, D. Museu: turismo, punição, silêncio. *Revista Rua* [on-line]. Volume 26, número 2, p. 555-571, nov., 2020. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 09 de fev. 2022.
- MUSEU DAS MISSÕES. *Blogspot*. Disponível em: <<http://museudasmissoes.blogspot.com/p/fotos.html>>. Acesso em: 26 de junho de 2022.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- ORLANDI, E. P. *As Formas de Silêncio: no movimento dos sentidos*. (1942). 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discursos e museus: da memória e do esquecimento. Entremeios: revista de estudos do discurso*. v. 9, jul., 2014. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

ORLANDI, E. P. *Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. Entremeios: revista de estudos do discurso*. v1, n1, jul., 2010.

ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise. Sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. *Eu, Tu, Ele-Discurso e Real da História*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROMÃO, L.M.S. *Exposições do Museu de Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2011.

SCHNEIDERS, C. M. MALLMANN, B. L. *Museu das Missões: entre a memória e a história. Interfaces*, Guarapuava, v.8, Ed. Especial. p. 58-68, 2017.

THIELKE, N. *O Percurso das imagens: a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903 – 1940)*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR – RS, 2014.

VENTURINI, M. C., RASIA, G. S. (org). *Museus, Arquivos e Discursos: Funcionamentos e efeitos da língua, da memória e da história*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.

VENTURINI, M. C. (org). *Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)curso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

VIVIAN, Diego Luiz. *Ponto de Memória Missioneira: iniciativas comunitárias de preservação e promoção do patrimônio cultural em São Miguel das Missões*. In: BAPTISTA, Jean; SILVA, Cláudia Feijó da (org.). *Práticas comunitárias e educativas em memória e museologia social*. Rio Grande: FURG, 2013.

## **Minicurrículo**

**Adrieli da Silva Müller** é graduada pelo Curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Integrou, como bolsista FAPERGS, o projeto “O funcionamento discursivo em torno da história e da memória em torno dos discursos das/nas Missões” e, posteriormente, como bolsista da Universidade Federal da Fronteira Sul, o projeto “Imprensa e Estado: efeitos da história e da memória na língua do/no Brasil”. E-mail: adrieli.muller123@gmail.com

**Caroline Mallmann Schneiders** é Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. E-mail: caroline.schneiders@uffs.edu.br

## **Nomeação e designação da cidade: entre o velho e o novo**

Cássia Solano Machado (UFFS)  
Caroline Mallmann Schneiders (UFFS)

**Resumo:** Uma cidade, assim como outro espaço social, aqui tomada enquanto discurso, não significa apenas em si. Todo sentido é significação, também os discursos que ela produz, através de seus monumentos históricos, pontos turísticos e lemas. Tendo isso em vista, realizamos uma análise enunciativo-discursiva a respeito da nomeação e designação em torno dos enunciados que compõe o pórtico de Roque Gonzales, município localizado no interior do Rio Grande do Sul: “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”. Para tanto, embasamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso, mobilizando conceitos, como: nomeação, designação, memória discursiva, história e historicidade. Sob uma ótica discursiva de interpretação, questionamos como tais enunciados funcionam e quais sentidos provocam, focando em expressões que rememoram um passado, mas que também explicitam a presença de um progresso. Compreendemos a relação da língua, ideologia e historicidade para a produção de sentidos, que são atrelados à memória discursiva a medida em que o espaço social evolui e varia as significações de um mesmo nome. Entendemos que uma nova designação não apaga a existência de outra, apenas retoma ou questiona sua formulação, assim, há dizeres já ditos, por vezes silenciados, que podem retornar.

**Palavras-chave:** Nomeação; Designação; Cidade; História.

### **Introdução**

Cada vez mais, os estudos da linguagem demandam conduzir-se para temas do cotidiano, tomando como premissa o entendimento de que a linguagem é uma prática social. Esse entendimento leva-nos a perceber que muitas questões problemáticas presentes em nossa sociedade, materializadas na língua, possuem raízes sócio históricas. Dessa forma, é

relevante, tendo como suporte a perspectiva da Semântica da Enunciação, a partir de Eduardo Guimarães, articulando com os princípios da Análise de Discurso pecheuxiana, voltarmos para enunciados que (re) produzimos.<sup>1</sup>

Conforme Eduardo Guimarães (2005), é através da linguagem que o sujeito constrói seu mundo, por que é na língua que se faz significar o que vemos, como vemos, o que vivemos, e, sobretudo, o que queremos revelar ou não. Na língua, podemos também encontrar marcas que mostram quem e como nós somos, ou seja, a língua diz sobre o espaço social e histórico em que somos constituídos; por meio dela acessamos e manifestamos valores culturais revelados no simbólico da língua em nossas enunciações, e esses valores indicam indivíduos em constituição pelos seus próprios dizeres.

Estudar a língua como objeto teórico e analítico e reconhecer seu caráter social, é estudar a língua a partir de uma perspectiva que toma como essencial a historicidade a qual advém de uma série de construções ideológicas, visto que uma sociedade não se faz sem ideologia, até mesmo a crença de neutralidade manifesta uma posição. Logo, está tudo interligado: língua, sociedade, ideologia e sujeito (ORLANDI, 2015), a língua não existe fora da sociedade, desassociada de visões de mundo, assim como a sociedade não se desvincula da língua. É com base neste viés que refletimos acerca das representações de um povo, de uma sociedade ou de uma cidade, como em nossa pesquisa, buscando aliar nossa vivência de sujeito constituído social e linguisticamente na região missioneira e as reflexões sobre como a língua constrói essa região e suas particularidades.

Tendo em vista tais questões, tomamos, como objeto de estudo, os enunciados presentes no pórtico da cidade de Roque Gonzales, situado na região das missões do Rio Grande do Sul (RS). O primeiro enunciado selecionado é determinado oficialmente como dístico: “Terra e sangue das missões”, e o segundo, que está junto deste, também no pórtico, é: “Terra das águas e da energia”. Segundo a legislação local, o primeiro enunciado trata-se do dístico da cidade, um “lema” frisado em um lugar

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2021, sob orientação da Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders.

simbólico; porém, tomaremos ambos os enunciados como uma designação que carrega em si traços da história e da ideologia, há sinais de um sujeito, o qual não é empírico, não é o indivíduo, mas uma construção imaginária em torno do sujeito roque-gonzalense e missioneiro.

Nosso objetivo é compreender a constituição dos sentidos das designações “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”, que caracterizam e constituem a nomeação do município: Roque Gonzales. Interessa-nos: como o dístico de uma cidade pode, a partir de uma abordagem discursiva, ser compreendido como uma designação e quais efeitos de sentido são produzidos? Ou melhor, quais os movimentos de sentidos produzidos no acréscimo de outros elementos de caracterização?

Buscamos refletir, portanto, sobre a língua como uma questão social, sobretudo como ela funciona e significa em tal âmbito. Mais do que isso, buscamos refletir criticamente sobre uma história que se constrói pela língua, pela nomeação e designação da(s) cidade(s) e que pode parecer em um primeiro olhar evidente, mas que guarda em si a história de uma região, de um povo e de suas práticas sociais.

## **Nomeação e História**

Vivemos em uma sociedade na qual, atualmente, não é comum pararmos para ler e refletir sobre a história que nos constitui como sujeitos e nos determina como pertencentes a uma comunidade. Dado isso, surge a necessidade de buscar conhecimento sobre a constituição de enunciados que caracterizam a cidade, em nosso caso, a cidade de Roque Gonzales, pois estes são construídos simbolicamente através da linguagem, que, por sua vez, é constituída materialmente pela história, isto é, funcionando como parte da construção da identidade (imaginária).

Petri (2010), ao refletir sobre as relações de história e memória na produção de sentidos para nomear e designar um ponto turístico do município de Santa Maria (RS), afirma que

A investigação nos leva a refletir sobre o quanto a memória social continua produzindo efeitos na história oficial, uma vez que os sentidos estão

inscritos num espaço discursivo já instituído como tal. História e memória são duas noções muito caras aos estudiosos do discurso e é desta perspectiva que nos propomos a observar as relações entre as práticas sociais e os modos de designar o espaço público. (PETRI, 2010, p. 67).

Em vista disso, é significativo analisar como é constituída a designação por meio do funcionamento da nomeação e da memória discursiva. Interessa-nos compreender como a cidade se significa ao longo da história, a distinção entre as outras cidades das missões, e como a cidade se coloca oficialmente nessa história. No estudo empreendido, é notável a reflexão sobre a história de uma região, pois entendemos que a história afeta a língua e que a língua dá suporte para a construção da história.

Trazendo uma breve contextualização, a área territorial do Município de Roque Gonzales<sup>2</sup> concentra-se dentro de um território chamado Região Missioneira, que, por muitos anos, esteve sob o domínio das coroas de Portugal e Espanha. Para impedir a penetração portuguesa nas terras do Sul, o governo espanhol ordena aos jesuítas o retorno à margem oriental do Rio Uruguai, com o objetivo de fundarem povoados no Rio Grande do Sul. Como havia falta de brancos colonizadores, vieram, com os padres, os guaranis das reduções. As terras seriam ocupadas com lavouras e estâncias, as edificações eram ocupadas com Igrejas, moradias, oficinas e colégios para a difusão da fé Cristã.

Num período de mais ou menos um século, os jesuítas expandiram sua evangelização pela região do que hoje configura-se o Estado do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1626 e 1637, foram fundados 18 povoados, relacionados à primeira fase missioneira, mas devido à resistência indígena aos colonizadores e a ação dos Bandeirantes, não houve condições de estabelecer as reduções jesuíticas. Os Sete Povos das Missões dão início à segunda fase das reduções em nosso estado. Foram fundadas, em solo brasileiro, sete reduções: São Francisco de

---

<sup>2</sup> Em 27 de janeiro de 1927, a Sede Roque Gonzales foi decretada como nono distrito de São Luiz Gonzaga. Em 1954, após Cerro Largo conseguir sua independência, Roque Gonzales passa a pertencer a jurisdição do novo município, na condição de segundo distrito. Posterior a um movimento emancipacionista, em 15 de maio de 1966, Roque Gonzales emancipa-se e torna-se oficialmente município.

Borja, em 1682<sup>3</sup>; São Nicolau, fundada em 1626, pelo Padre Roque Gonzales, devido aos ataques daquele período sua população acabou se dizimando; no entanto, em 1687, os jesuítas voltaram a habitá-la: São Luiz Gonzaga, em 1687; São Miguel Arcanjo, em 1687; São Lourenço, em 1690; São João Batista, em 1697; Santo Ângelo Custódio, em 1706.

A história<sup>4</sup> do Município de Roque Gonzales é alicerçada na história Missioneira, e, em síntese, de acordo com Ramos (2001), pode ser dividida em três momentos distintos, o Primeiro Ciclo da Região Missioneira, o qual era caracterizado por uma rica fauna, variada em espécies da mais inofensiva à mais feroz. Seus habitantes, índios Guaranis e Tapes, eram seus donos absolutos. Posterior a isso, ocorreu o período de Transição, que, com a eliminação da redução jesuítica, os nativos voltaram, em sua maioria, aos costumes tribais, passando-se quase três séculos de abandono. Por último, com o Período de Colonização Alemã e Italiana, desencadeou-se um processo que formaria uma região de diversidade racial.

É no Primeiro Ciclo da Região Missioneira que se constrói a imagem de cidade Missioneira que perdura até os dias atuais. Para explicar esse fato, é importante citar o Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, de origem Paraguaia, o qual atravessou a margem esquerda do Rio Uruguai para liderar as reduções jesuíticas, a fim de levar os índios a uma vida evangelizada. A primeira redução fundada foi a de São Nicolau do Piratini. Tempo depois, Roque Gonzales, acompanhado do Padre João de Castilho, funda a primeira redução do lado direito do Rio Ijuí, Assunção do Ijuí. Estava fundada uma das mais perigosas reduções, pois, muito próximo do lugar, estava o Cerro do Inhacurutum, esculpido pela natureza e residência oficial do Cacique Nheçu.<sup>5</sup> Roque Gonzales faz as

---

<sup>3</sup> Informações acerca dos anos de fundação dos 7 Povos das Missões foram retiradas da obra *As Missões Orientais: Epopeia Jesuítica no Sul do Brasil* (2002), do autor Luís Floardo Silva Pinto.

<sup>4</sup> Sabemos que a história não pode ser vista de um único ponto de vista, esclarecemos que esta é apenas uma versão dos acontecimentos, todavia, não desconsideramos suas variantes.

<sup>5</sup> Nheçu foi um líder Mbyá guarani do século XVII. Era a autoridade máxima nas terras ao Norte e a Oeste do rio Ijuí, até as margens do rio Uruguai. Atualmente, essa região abrange o território do município de Roque Gonzales, no estado do Rio Grande do Sul, e comunidades vizinhas. O centro de controle do chefe Nheçu teria sido o Cerro do



primeiras diligências para o funcionamento da redução, e, para tal, fez como nos demais lugares para a fundação de Caaró, deixando João de Castilho como catequizador.

Os indígenas tinham sua própria cultura, crenças e valores, e Nheçu era o líder, e, ao perder seu poder político, econômico e sua influência religiosa, decide pela dizimação daqueles que vieram ameaçar sua raça, sua verdade e principalmente sua vida. A aniquilação começa por Caaró, com a mortes dos Padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues, e continuou com o martírio de João de Castilho. Estava Assunção extinta e Nheçu voltava a reinar sozinho. Assim, o Município guarda um legado histórico, cultural e religioso, desde o período das missões jesuíticas, e é conhecido como a Terra e o Sangue das Missões.

Roque Gonzales, juntamente com cidades, como: São Paulo das Missões, Santo Antônio das Missões, Salvador das Missões, São Luiz Gonzaga, entre outras, recorre à constante volta à história das Missões para nomear e designar as cidades, como um regresso a um passado considerado fundador, heroico e glorioso. Temos ainda o símbolo comum da Cruz Missioneira enraizada pelos sete povos das Missões, Museus e pontos turísticos da região. No entanto, há cidades, nesta mesma região, com maior renome, pois fazem desse passado um recurso econômico, como o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, popularmente conhecido como Ruínas de São Miguel, tornado polo turístico e declarado também Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela UNESCO; ou São Nicolau, Primeira Querência do Rio Grande, que demandam das outras algo mais que as destaque e diferencie.

É relevante uma contextualização acerca da história de nosso objeto para entendermos o funcionamento discursivo dos enunciados propostos. A partir da teoria em que nos filiamos, considerando os estudos da enunciação e a relação entre texto e discurso, construímos um dispositivo de análise, buscando compreender como o sentido constitui-se e vincula-se à memória discursiva.

---

Inhacurutum, um acidente geográfico em forma de morro um tanto incomum levando-se em conta as redondezas e o perfil geral do vale do rio Ijuí.

## **A cidade enquanto discurso**

Nesta reflexão, partimos dos pressupostos da Semântica da Enunciação, traçada pelas considerações do professor e pesquisador brasileiro Eduardo Guimarães, sendo esta uma semântica que procura analisar os sentidos da linguagem, contribuindo no processo de compreender os aspectos ligados à linguagem e àquilo sobre o que ela “fala” e o que ela constrói. Nesta perspectiva, Guimarães (2005) estabelece, como objeto de interesse e reflexão teórica, o processo de designação e os sentidos que por ela são instituídos.

Guimarães reporta-se aos fundamentos, principalmente, de Benveniste (1970) e Ducrot (1984) em um movimento de aproximação de sentido e subjetividade. Para Benveniste, “[...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que, por seu turno, fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 63). O entendimento de conceitos como enunciação, de acordo com a perspectiva de Benveniste, é importante para o que Guimarães destaca em suas reflexões. O autor parte dessa questão semântica da língua e, com um percurso já sólido, traçado pelos linguistas que o precedem, Guimarães (2005) propõe a abordagem da Semântica da Enunciação que tratará também da enunciação, porém por outro viés.

Guimarães toma a enunciação em sua relação com o sujeito enquanto sujeito político, e tal proposta de estudo só é possível por haver condições históricas e teóricas para isso. Ao final do percurso, a fim de construir um espaço próprio para a abordagem de questões semânticas, Guimarães insere o papel da exterioridade histórica, antes descartada por Saussure, nas condições de produção de sentido, abrindo um diálogo com a Análise de Discurso, e inscrevendo os conceitos de interdiscurso, nomeação e designação, no interior de uma teoria semântica.

Nesse sentido, nossa investigação não se trata de uma análise linguística unicamente no nível sintático, da língua enquanto sistema, mas sim no nível da língua conforme compreende Guimarães, sobretudo no entrelaçar desses conhecimentos: a língua como objeto social, da relação com o sujeito e com relação com as práticas sociais e políticas. Ou seja,

não se trata daquilo que é evidente, que se encontra no dicionário, mas daquilo que a língua pode significar em determinados contextos.

Guimarães (2005), no livro *Semântica do Acontecimento*, propõe uma série de estudos e discussões de questões ligadas aos modos como os sentidos, enquanto efeitos, são concebidos e evocados no processo de enunciação como uma prática política, concebendo os indivíduos como falantes determinados pelos seus enunciados, como sujeitos políticos em seus espaços de funcionamento da língua. Segundo o autor

O acontecimento em que se fala é, do meu ponto de vista, espaço de temporalização. Nesta medida o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado. (GUIMARÃES, 2005, p. 15).

A língua funciona para contar uma história, mesmo que essa não seja sua função inicial; assim, ela significa muito mais e de forma diferente que aquilo que está na superfície. Os discursos são constituídos por já ditos, sendo um espaço de retomada de discursos anteriores, que são atualizados, reconstruídos ou repetidos em decorrência da historicidade e do acontecimento discursivo. Nesse sentido, o passado não é acabado, mas é uma pressuposição do futuro, já que este, na maioria das vezes, é contado, representado e transmitido por meio da linguagem, da escrita, dos enunciados. Deste modo, há a possibilidade de questionarmos: Como se enuncia sobre as cidades? Os lugares? Quais os sentidos do passado levantados no processo de enunciação? É nessa perspectiva que iremos desenvolver nossos estudos, por meio de vestígios de um passado e reformulações do presente “convertidos” em enunciados.

Enunciado, para nós, é um discurso, sendo este o objeto de estudo da Análise de Discurso, inserido em uma unidade maior que é o texto, com textualidade e, sobretudo, em decorrência de um discurso que o fortalece. Assim dizendo, as palavras não significam por si só, mas é o texto que significa em uma relação com os sentidos, sendo um objeto linguístico e histórico. Tomando nosso enunciado (objeto) como discurso, como poderíamos defini-lo? A Análise de Discurso de linha materialista permite explorar como um texto funciona, e não somente o

que ele quer dizer, trabalhando a língua em relação à exterioridade. Orlandi assegura que

A Análise de Discurso ocupa então esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como lugar de reflexão. Apresenta-se assim como uma teoria da interpretação no sentido forte. Isto significa que a Análise de Discurso põe a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação é colocada em questão pela Análise de Discurso. Assim como o sentido é uma questão aberta (não temos acesso ao sentido como tal, ele não se fecha, não há sentido em si) da mesma forma, para a Análise de Discurso, a interpretação não se fecha. (ORLANDI, 2004, p. 21).

No que se refere ao enunciado, temos que considerar sua construção ideológica, produzida através da materialidade da língua e a materialidade histórica. Além disso, Guimarães toma a enunciação como um acontecimento, no qual dialoga com a relação do sujeito com a língua, esse acontecimento tanto para Guimarães, quanto para a Análise de Discurso, sugerem uma abordagem que considere a historicidade e não a língua como algo neutro. Guimarães assegura que

Colocar-se na posição de semanticista é inscrever-se num domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo. Por outro lado, não há como pensar uma semântica linguística sem levar em conta que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem. É no espaço conformado por essas duas necessidades que procurei configurar o que é para mim uma semântica do acontecimento. Ou seja, uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

Para se considerar a enunciação como uma prática não individual ou subjetiva, é pertinente definir o espaço de enunciação, pois, para Guimarães, este espaço corresponde ao lugar de constituição de línguas e de falantes. Esta relação entre línguas e falantes interessa enquanto espaço de organização e de disputas pela palavra e pelas línguas, ao passo que é um espaço político. O falante não é a figura empírica, mas sim política constituída pelos espaços de sua enunciação. Para o estudioso:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

Diante da concepção política exposta, podemos complementar que ela manifesta-se em cenas enunciativas, que, segundo Guimarães (2005, p. 23), são lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer, conseqüentemente, estudá-la é também conceber o funcionamento da língua pelo modo de constituição destes lugares. Por isso, a temporalidade específica do acontecimento é princípio para a cena enunciativa, e esta temporalidade pode ser explicada pelo linguista na medida em que recorta um passado como memorável e, simultaneamente, instala uma latência de futuro.

Após este percurso, dentre as várias questões que Guimarães propõe em seus estudos, chegamos a conceitos que irão conduzir nossa análise: a nomeação e a designação, apresentados pelo autor, como

A) A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada da história. (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

E

B) No caso da relação entre designação e nomeação, o que se deve observar é uma relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas. (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Compreendemos, a partir de tais definições, que a enunciação ocorre em um espaço no qual se permite considerar a constituição histórica do sentido. Assim sendo, a designação vincula-se ao processo

de nomeação em uma relação de historicidade do “objeto” nomeado. Sabemos que tais nomeações são características dos municípios, mas, atrelado ao nome, surgem designações, então, por quais razões essa necessidade? E, sobretudo, de onde surgem?

Esse é o cerne da análise de Guimarães (2005), que, em uma perspectiva de desconstrução, vai desmembrando os modos de designação em estabelecimentos comerciais, nomes de pessoas, ruas, bairros e cidades, pesquisando dentre as diferentes sedimentações, práticas políticas que resultaram modos diversos de dizer. Os espaços da cidade são analisados partindo do que eles têm de fundamentalmente político em sua constituição e, na distribuição de seus espaços, nos sentidos que suas múltiplas designações mobilizam.

Tais questões teóricas levantadas até o momento são importantes para compreender as construções de sentido de nosso objeto de análise, uma vez que é necessário conhecer os princípios que irão fundamentar nossa investigação.

### **Nomeação e designação: efeitos de sentido sobre a cidade**

Tendo em vista as questões destacadas anteriormente, com a perspectiva pela qual vemos a linguagem, parece-nos pertinente pensarmos a cidade por meio do discurso. Dessa forma, tomaremos, como nosso objeto de análise, os dois enunciados presentes no pórtico de Roque Gonzales, como mostra-nos a seguinte imagem:

**Figura1** – Pórtico da cidade de Roque Gonzales/RS.



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Os enunciados explorados como objeto de análise são: “Terra e sangue das missões” e “Terra das águas e da energia”, dispostos no pórtico da cidade de Roque Gonzales. O primeiro enunciado é apresentado na legislação municipal<sup>6</sup> como dístico oficial da cidade desde o ano 1989. O segundo, passou a figurar no pórtico mais recentemente, no ano de 2016, o qual, por sua vez, ainda não consta na legislação municipal até a escrita da presente análise. Para desenvolver nossa análise, tomaremos o conceito de dístico como um enunciado que promove um processo de designação.

Um movimento inicial para compreender o que é um dístico (após termos visto que assim é designado um dos enunciados do pórtico da cidade) foi recorrer ao dicionário. No dicionário *Houaiss de Língua Portuguesa*, dístico é definido como

---

<sup>6</sup> Roque Gonzales/RS. Lei Municipal 805, de 08 de fevereiro de 1989, art. 3º - É tornado de domínio público o dístico “Terra e Sangue das Missões”, devendo sempre referir-se ao Município de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul, cabendo aos poderes Públicos Municipais zelar e garantir a correção e exclusividade da divisa.

1 estrofe mínima, composta de dois versos; parêla. 2 máxima expressa em dois versos. 3 lema, divisa. 3.1 divisa de um escudo, brasão etc. 4 letreiro, rótulo. 5 disposto, ao longo de um eixo comum, em duas séries opostas (diz-se de órgão vegetal); dístico. (HOUAISS, 2009, p. 699).

E, no dicionário<sup>7</sup> *Aurêlio de Língua Portuguesa*,

1 Grupo de dois versos; parêla. 2 Máxima de dois versos. 3 Rótulo; letreiro. 4 Divisa de um escudo. (AURÉLIO, 2009, p. 691).

A definição dicionarista apresenta um ponto de partida, fazendo-nos questionar sobre o caráter de Lema (HOUAISS, 2009) e de Rótulo (AURÉLIO, 2009) e sua relação com a questão da designação. A partir de nossa fundamentação teórica e das reflexões destacadas, essa pesquisa propõe compreender, com base na teoria da Análise de Discurso e da Semântica da Enunciação, como podemos tomar tais dísticos como enunciados que designam a cidade, que fazem mobilizar uma história social e política de um espaço construído, em última instância, por sujeitos. Ou seja, como esses enunciados designam e quais os efeitos de sentido produzidos. Especialmente, buscamos não apenas uma reflexão sobre a língua, mas uma reflexão acerca de um espaço, de uma história que é desse espaço, mas que, também, é de um povo, e é nossa ao passo que nos encontramos inscritos nessa história.

Eis que há o estabelecimento de uma nova designação para Roque Gonzales, aquela que antes era apenas a “Terra e o sangue das missões”, tornou-se também a “Terra das águas e da energia”. No entanto, cabe aqui questionar se as relações entre prática social e modos de designar também se transformaram ou a história e a memória ressoam mesmo que sendo dita, oficialmente, de outra forma, já que, a referência ainda é a mesma? E sobretudo, em que medida esse novo entra na memória discursiva? Esse questionamento dialoga com as considerações de Davallon

---

<sup>7</sup> Seleccionamos os dicionários citados em função de seu reconhecimento pela qualidade, alta circulação e acessibilidade para o público acadêmico.



Nossa reflexão, então, traz à baila questões referentes ao funcionamento da história e da memória, a presença e o funcionamento de cada uma: a primeira vinculada (neste caso) ao que é oficial – o nome; já a segunda, funciona no dizer que produz sentidos sobre o nome. Embora a memória seja, ao mesmo tempo, lacunar e saturada, é pelo seu funcionamento que o nome ganha outro estatuto, o de designação. História e memória, neste caso, funcionam coladas uma à outra, retornando sempre, muito embora saibamos que ‘a história resiste ao tempo; o que não pode a memória’. (DAVALLON, 1999, p. 26).

Atualmente, qual designação funciona e provoca sentido? Até quando será retomado o passado Missioneiro como forma de caracterizar a cidade? Ao propor outra designação, abriu-se uma lacuna na memória, sugerindo uma nova forma de descrição para um espaço já instaurado. Não sabemos até que ponto uma nova designação afeta a memória de um grupo social, todavia, será possível atualizar a história a fim de destacar o que é novo e faz parte de um progresso econômico?

Michel Pêcheux, considerado uma das figuras mais importantes da Análise de Discurso linha materialista, teoriza sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem (SCHERER & TASCHETTO, 2005). Logo, o discurso materializa a inscrição da história na língua, e, para a Análise de Discurso, é pertinente estudar a língua em funcionamento, produzindo sentidos. Com isso, percebemos a tríade composta pela língua, sujeito e história na construção do discurso. Pêcheux concebe o discurso, enquanto efeito de sentidos, como um lugar particular em que esta relação ocorre. Pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Scherer & Taschetto (2005, p.120) consideram, a partir de Pêcheux, o espaço da Análise de Discurso como “o espaço incerto onde a língua e a história se encontram mutuamente submetidos e submersos” na e pela interpretação.

Inicialmente, deve-se considerar que a Análise de Discurso se ocupa da língua na relação com o mundo, e não unicamente como um sistema de signos abstratos; assim, ela considera as produções de sentidos como parte dos sujeitos, de uma sociedade, da existência humana constitutiva do homem e da sua história. Orlandi diz que:

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, deve-se relacionar a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2015, p. 14).

Isto posto, não há, na Análise de Discurso, a concepção de língua fechada em si, mas o discurso como sendo um objeto sócio histórico, e, sobretudo, é no discurso que se pode observar a relação entre a língua e a ideologia, que produzem sentidos tanto pelos sujeitos, quanto para os sujeitos. Ainda, Orlandi complementa

Nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 2015, p. 17).

Dessa forma, a articulação e o funcionamento entre a língua e a história constituem o discurso, os sentidos e os sujeitos poderiam ser quaisquer uns, para a Análise de Discurso não são, e é entre o possível e o historicamente determinado que se trabalha nessa perspectiva, “é porque é histórico (não natural) é que se muda e é porque é histórico que se mantem”. (ORLANDI, 2012, p. 103)

Para a compreensão do discurso, a memória discursiva tem papel importante, ela “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Atuando como um suporte semântico de um discurso, seu funcionamento ocorre através da repetição de enunciados, formando uma regularidade discursiva. Sua finalidade é a de estabilizar um discurso, contudo, essa estabilidade pode ser rompida à medida que surge um novo acontecimento discursivo. Neste caso, nosso objeto de análise, apresentando um discurso já estabilizado pela história concomitante a outro discurso instituído mais

recentemente na intenção de tornar-se um novo acontecimento discursivo é concretizada?

Guimarães propõe uma relação entre acontecimento e temporalidade, e considera que

Algo é acontecimento enquanto diferença a sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2005, p.12).

Assim, conforme o autor, compreendemos que todo acontecimento significa porque projeta em si mesmo um futuro, vinculado ao presente e futuro, podemos dizer que há um passado que os faz significar, caracterizado como algo memorável/histórico. É essa diferença de tempo entre o início de um evento e o momento em que os seus efeitos se tornam perceptíveis que fazem significar e projetam sentido, pois a enunciação recorta um passado como algo memorável.

Sabemos que a instauração de uma nova designação para a cidade, ainda que apresente outras qualificações para a mesma, não chega a estabelecer uma ruptura no discurso anterior, isto é, a antiga designação, a ponto de instaurar um novo acontecimento discursivo. A permanência do “Terra e sangue das missões” no pórtico, antecedendo a “Terra das águas e da energia”, representa a não ruptura com a estabilidade do primeiro discurso, e, além disso, produz um efeito de sentido de pertencimento e compromisso com o legado histórico da cidade.

Essas duas designações vinculam-se ao modo como Pêcheux entende o acontecimento, isso é, como a irrupção do novo discurso e como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 1990, p. 17). O autor também pondera que um acontecimento discursivo desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando “o espaço da memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (PÊCHEUX, 1990, p. 19). Logo, é na memória discursiva que intercorre a constituição do discurso. Scherer & Taschetto (2005 p. 122) afirmam

que memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

Em outras palavras, a memória discursiva permitirá diversas compreensões, o surgimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas estabelecidas historicamente. Em vista disso, os sentidos são associados através da maneira com que os discursos se inscrevem na língua e na história, fazendo assim, significar. Ao acrescentar “Terra das águas e da energia” em referência à cidade, houve uma tentativa de uma atualização na designação daquele lugar, que já não seria mais apenas a “Terra e sangue das Missões”, essa nova significação não somente na língua como também no discurso, enquanto prática social, não impede que seja retomado o enunciado mais significativo e enraizado; conforme destaca Orlandi (1999), “é preciso que a língua se inscreva na história para significar”.

Logo, tendo em vista que a nomeação e designação integram uma relação entre enunciações e acontecimentos de linguagem, em um acontecimento em que determinado nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por uma temporalidade particular. É, portanto, algo histórico e linguístico. A enunciação significa a partir do acontecimento, ou seja, a língua funciona e assim constitui sentido. Então, diferenciamos nome e designação, acreditando que o nome atende a uma necessidade oficial e institucional, mas o designar implica o funcionamento do “interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] um referente específico que relaciona a palavra à coisa” (GUIMARÃES, s. d.). Para complementar, Fedatto também sugere uma distinção entre nomeação e designação

1) *nomeação* como o acontecimento discursivo de atribuição de um nome na história e 2) *designação* como a significação linguístico-histórica desse nome. Do nosso ponto de vista, o nome funciona por uma relação constitutiva com a memória do dizer, da qual faz parte o gesto de nomeação e também o sentido que ele estabelece com outros nomes. (FEDATTO, 2013, p. 114).

A primeira designação que se tem de Roque Gonzales é o “Terra e sangue das missões”, com mais de trinta anos, a qual retoma acontecimentos históricos por meio de expressões que trazem significados de identificação e pertencimento. Na perspectiva discursiva, essa designação ressoa pela lembrança de um passado de martírio e, sobretudo, missioneiro. Compreendemos que este enunciado possui um efeito de memória, que atravessa anos e permite-nos questionar quais efeitos de sentido ele estabelece em suas diversas outras designações, a cada vez que é retomado.

O elemento **“Terra”** carrega o duplo significado de mostrar que este é o local, o chão em que pisaram os jesuítas e os Sete Povos das Missões, e, também, a força e o trabalho telúrico da cultura sul rio-grandense, de acordo com o conhecimento empírico e popular da região. O **“sangue”** demonstra, sobretudo, que já se derramou sangue nesta terra, excepcionalmente, faz menção ao Padre João de Castilho, no entanto, houve também o sangue indígena. **“Missões”** também conhecidas por reduções, resgatam a tentativa de evangelizar e civilizar os nativos, que, organizados em aldeamentos, ficavam sob administração dos religiosos. A primeira designação reflete uma imagem de conquista, dominação e luta pelo lugar que hoje é Roque Gonzales.

Pelas referências que se tem, o dístico busca rememorar os Padres Jesuítas, que foram assassinados neste chão, e podemos questionar se as mortes dos indígenas e povos nativos, em virtude do desejo da catequização, que ali viviam são, em algum momento, lembradas. Deste modo, um enunciado mostra os sujeitos lembrados e os sujeitos excluídos do espaço social.

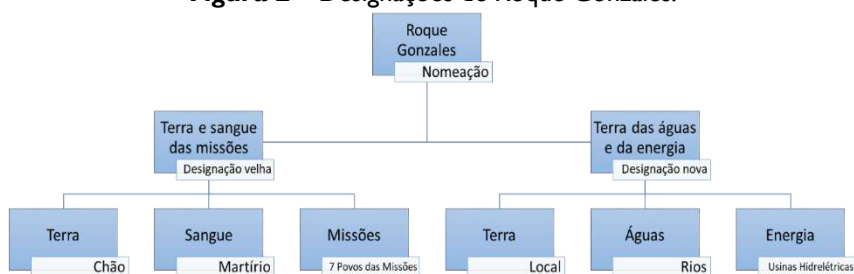
Além de ser a “Terra e sangue das missões”, surgem elementos novos, a **“água”** e a **“energia”**, que apresentam características novas, ressaltando a presença de Usinas Hidrelétricas e dos Rios que banham o município, Ijuí e Uruguai. A segunda Usina Hidrelétrica do município, chamada Passo São João, foi inaugurada em dezembro de 2012, no Rio Ijuí, em virtude da construção de uma barragem no município. Antes, a cidade possuía a Hydro Electrica Pirapó, inaugurada em julho de 1930, e que, atualmente, encontra-se desativada. O Rio Ijuí é conhecido como o Grande Missioneiro, e o município, por ter sua origem direta no rio,

aproveita as quedas d'água do Salto Pirapó para a construção das barragens.

Ter esses dois enunciados juntos no pórtico demonstra a presença de um passado glorioso, missioneiro e jesuítico, simultaneamente com um presente de progresso, mudanças e inovações. Assim sendo, o acréscimo de novas informações sobre a cidade poderia promover o espaço público antigo, a um espaço público urbanizado e em crescimento, afastando um pouco a imagem de ultrapassado, e, aproximando da história recente.

Tendo em vista o referente Roque Gonzales e suas designações, com base no enunciado, podemos representar as duas designações a partir do seguinte organograma (Figura 2):

**Figura 2 – Designações de Roque Gonzales.**



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A memória não se substitui como se substitui um nome, da mesma forma que o imaginário social, através da historicidade, não se é esquecido com o surgimento de outros atributos. Tal qual, a nomeação é parte constitutiva da designação na medida em que participa da identificação do objeto, isso inclui suas referências e reformulações. Um dístico, assim como qualquer outro objeto simbólico, aqui tomado como discurso, não significa apenas em si, mas também nos demais discursos que produz e que são partes de seus sentidos.

As duas designações apresentadas representam a identificação do lugar nomeado de Roque Gonzales. Essas descrições ou qualificações, movimentam os sentidos do nome, como se fizessem uma reescrituração da cidade, assim, ela ressignifica através desse discurso, na medida em que coloca em funcionamento a língua nos acontecimentos e espaços

enunciativos. Entretanto, percebemos que a segunda designação ancorase na repetição de elementos, como, por exemplo, “terra” e estrutura sintática da primeira designação, mas também, ao mesmo tempo, apresenta modificações, dessa forma, ativa a memória discursiva, através dos efeitos de sentido vinculados à historicidade.

### **Considerações finais**

Enfim, na medida em que se constitui uma designação de uma cidade, é pertinente ressaltar que as relações entre a nomeação, a designação e a referência estão diretamente ligadas ao caráter do funcionamento político da linguagem. Há uma imagem coletiva enraizada e instaurada, através do tempo e de uma história, sobre um espaço Missioneiro que não pode ser negada. Mesmo que a cidade se torne a “Terra das águas e da energia”, os sentidos do “Terra e sangue das missões” fazem parte do imaginário social dos sujeitos.

Discutir essas questões coloca em jogo a relação da língua e da cultura, remetidas ao discurso e à ideologia, com os diferentes modos de um lugar significar. Enquanto uma designação ressoa e perdura sem questionamentos, a segunda não faz movimentar a memória, ou melhor, não há rompimento dos sentidos, já que estes ainda estão vinculados à primeira, o que ocorre nessa perspectiva, é uma filiação de sentidos.

A designação “Terra e sangue das missões” é sustentada sobre o já dito, cujo sentido é mobilizado, e é a permanência de uma memória já instituída socialmente, que faz com que seja necessário que os sentidos da nova designação “Terra das águas e da energia”, que faz parte da história recente, sejam inscritos na memória social. Ambos têm seu funcionamento próprio e distinto, a nova designação é constituída a partir de elementos retomados da velha designação, ou seja, instaura-se um novo espaço de significação em coexistência com o anterior, com abertura para a movimentação de sentidos. E, ao que tudo indica, a “Terra e sangue das missões” está longe de ser substituída na memória discursiva coletiva, e a “Terra das águas e da energia” não anula o acontecimento histórico que faz parte da memória política e social dos Roque-Gonzalenses.

## Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- DAVALLON, J. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-37.
- FEDATTO, C. P. *Um discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, 2003.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, E. (s/d). Textualidade e enunciação. *Escritos*, n 2: Ver e Dizer. Campinas, SP: UNICAMP, p. 03-12. S.d.
- HOUAISS, A. (1915-1999) e VILLAR, Mauro Salles (1939). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli O. Campinas, SP. Pontes Editores, 1990.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- PETRI, V. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. *RUA*, Unicamp, v. 16, p. 66-82, 2010. no. 16. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.



PINTO, L. F. S. *As Missões Orientais: Epopeia Jesuítica no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, AGE, 2002.

PORTAL DAS MISSÕES. Disponível em: <<http://www.portaldasmissoes.com.br/>>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

RAMOS, A. F. Z. *A Fascinante História de Roque Gonzales*. São Luiz Gonzaga, RS: Editora Bork, 2001.

ROQUE G. *Lei Municipal Nº 805 de 08 de fevereiro de 1989*.

SCHERER, A. E., TASCHETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Linguísticos-Discursivos. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 01, p.119-13, 2005.

## **Minicurrículo**

**Cássia Solano Machado** é graduada em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo. E-mail: [solanocassia@gmail.com](mailto:solanocassia@gmail.com)

**Caroline Mallmann Schneiders** é Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. E-mail: [caroline.schneiders@uffs.edu.br](mailto:caroline.schneiders@uffs.edu.br)

# A região das Missões enquanto objeto de pesquisa: efeitos de sentido do discurso em circulação<sup>1</sup>

Mirela Schröpfer Klein (UFSM)

**Resumo:** O presente texto apresenta-se como uma reflexão acerca das pesquisas desenvolvidas pensando no discurso *sobre* as Missões. Filiando-nos à teoria pecheuxtiana de Análise de Discurso, tal como desenvolve-se no Brasil atualmente, buscamos compreender os efeitos de sentido no discurso em circulação na e *sobre* as Missões do RS. Para tanto, apresentamos um recorte de nossa trajetória de pesquisa, demonstrando um pouco do que foi realizado desde o período de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, na UFFS, até as pesquisas de Mestrado e Doutorado, na UFSM. Tal recorte apresenta não apenas um resumo de nossos trabalhos, mas também gestos de análise empreendidos sob as materialidades em questão. Também buscamos traçar um recorte de possibilidades de pesquisa, visto que estamos sempre em um movimento entre a teoria pecheuxtiana e a mobilização de novos objetos de pesquisa.

**Palavras-chave:** Missões; História; Memória.

## Palavras iniciais de um percurso...

Canto terra, pampa e rio com a campeira vivencia  
Que os filhos desta querência feita a casco de cavalo  
Donde os buenos e os maulos vaqueanos de muitas guerras  
Banham campos e serras, no sangue de mil combates  
Sem saber que nesse embate foi puro amor pela terra.  
(Noel Guarany, Destino Missioneiro)

O presente texto vincula-se ao que vimos desenvolvendo em nossas pesquisas acerca do discurso *sobre* as Missões do Rio Grande do Sul. Perpassamos diferentes materialidades e objetos de pesquisa, dentre eles

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

enunciados – como o Esta terra tem dono -, o espetáculo Som e Luz e, também, nosso objeto de pesquisa central de Dissertação, o qual nos encaminhou para todas as outras reflexões: o jornal **O Nheçuanu**. Tal como o curso de um rio, encaminhamos nossas reflexões para diferentes pontos de deriva, buscando compreender sempre mais da formulação e da circulação do discurso sobre as Missões.

Desse modo, tais objetos de pesquisa, tomados para análise a partir dos preceitos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso pecheuxtiana, tal como vem se desenvolvendo no Brasil atualmente, constituem sempre como um ponto de partida para nossas reflexões. Eles nos instigam a pensar e buscar compreender sempre mais sobre o que é dito – ou não - acerca da história.

Assim, desenvolvemos um percurso de pesquisa no entremeio da Linguística e da História, buscando compreender sobre como a língua produz sentidos na história, assim como a história ressoa seus efeitos de sentido na língua. É nesse entremeio que compreendemos mais acerca da nossa história enquanto sujeitos e nos encontramos enquanto pesquisadores. Retomamos, aqui, o que foi destacado por Scherer (2011) ao definir o Plano das Ideias e o Plano Teórico: distinguindo o que é mais singular, próprio do sujeito pesquisador; e o que é mais denso e possui a sua singularidade vista por outro modo. Desta forma, ainda fazendo uso dos dizeres da autora, destacamos que

No entanto, para os dois planos também existe uma história, sem ela não há relação entre um e outro. Impossível dissociá-los, um não existe sem o outro. Para os dois planos, a história vem com a singularidade da história da individuação para compor a história social da pesquisa e da produção do conhecimento. Nessa relação, eu saio da projeção individual para me colocarem condições de produção próprias ao campo teórico com o qual me identifico consciente ou inconscientemente. Por exemplo, não posso encontrar o objeto para depois encontrar a teoria ou não posso 'ter' a teoria para depois pensar ou procurar o objeto. Os dois vêm juntos pelos gestos de interpretação que vão, aos poucos, constituindo sentidos para si e para o orientador. (SCHERER, 2011, p. 11).

A partir disso, o trabalho de escritura deste artigo se apresenta como um rememorar o nosso percurso, entre a teoria, as vivências, a

prática e os resultados de pesquisa que se materializam em nossos trabalhos já concluídos. Buscamos apresentar um diálogo entre o Plano das Ideias e o Plano Teórico de nossa constituição enquanto sujeito pesquisador.

### **As pesquisas de Iniciação Científica e Mestrado: (re)conhecimento enquanto sujeito pesquisador**

Não é possível dissociar o desenvolvimento de nossas pesquisas de nossa formulação enquanto sujeito pesquisador. Mesmo assumindo esta posição-sujeito há sempre algo que nos interpela e nos puxa, como um ímã para pensarmos mais *sobre*<sup>2</sup> as Missões e sua história. Se, enquanto sujeito-missionário, mobilizamos um discurso de pertencimento à região; enquanto sujeito-pesquisador, somos interpelados pela teoria da Análise de Discurso, a qual nos permite explicitar e buscar compreender os ditos e não-ditos da história.

Nesse caminho, entrelaçam-se a história e a memória das Missões em nosso percurso enquanto sujeito-pesquisador. Durante o qual fomos interpelados pela memória afetiva e pelo movimento de (re)descobrir a história das Missões do Rio Grande do Sul. Este (re)descobrir, (re)pensar e (re)visitar as Missões a partir do olhar do analista de discurso, vem proporcionando uma rede de perguntas a serem respondidas (ou com tentativas de respostas) discursivamente. Tais perguntas nos direcionam a pensar, refletir, analisar, ponderar e buscar discutir acerca do discurso *sobre* as Missões, os nomes próprios que constituem esta história e a rede de memória e preservação que tem se dado a partir do compreender as Missões não apenas como um local, um território geográfico, mas como um lugar de história e um lugar de memória, tal como desenvolve Nora (1993).

A questão desenvolvida em nosso Trabalho de Conclusão de Curso e depois, de modo mais aprofundado, em nossa Dissertação<sup>3</sup>, acerca do

---

<sup>2</sup> Entendemos aqui o discurso sobre tal como formulado por Orlandi (2008) e Venturini (2008).

<sup>3</sup> Dissertação intitulada: “O discurso sobre a história das Missões (RS): o caso do jornal **O Nheçuanho**”, defendida em 2021, sob a orientação da Profa. Dra. Amanda Eloina Scherer.

silenciamento na história, nos possibilitou elucidar dados históricos-discursivos, tomando como objeto o jornal local **O Nheçuanos**. Esse estudo nos possibilitou entender o que estava posto em circulação ao se contar uma história e de que modo esta história era apresentada.

O efeito de origem deste trabalho tem início com o (re)conhecimento do jornal, e das inquietações ali propostas, durante a construção de nosso projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, vinculado ao que vínhamos desenvolvendo em nossas pesquisas de Iniciação Científica. Porém, o tempo para o desenvolvimento do TCC era curto diante das inquietações que surgiam, de tal modo que levamos o jornal enquanto objeto de pesquisa para a composição de nossa pesquisa de Dissertação.

Sobre o jornal **O Nheçuanos**, foi, a partir da leitura daqueles que compõe o corpo de escritores do jornal e de conversas com entusiastas, que se inicia, em setembro de 2009, a ocorrência do Manifesto Canto e Poesia Nheçuanos, na cidade de Roque Gonzales/RS, com o objetivo central de realizar um encontro festivo, para apreciação de associados e simpatizantes, e debater sobre a cultura missioneira e regional. Em cada edição do manifesto, artistas locais e convidados – músicos, declamadores, poetas, compositores, trovadores – realizam apresentações culturais. Tal movimentação, foi o que deu origem à Associação Cultural Nheçuanos, com sede na cidade e posteriormente ao jornal.

No jornal, com o dístico de abertura, localizado no topo da capa, a saber: “[...] Nheçu, líder indígena Guarani, defensor de seu povo, sua cultura e sua terra, pioneiro na resistência aos conquistadores, no século XVII, na atual região das Missões [...]”, é possível observarmos ressoar efeitos de sentido da e na história. Compreendemos o jornal **O Nheçuanos** como uma projeção, no presente, de uma “história-desejo”.

O jornal tomará forma através das ideias lançadas no Manifesto Nheçuanos, que teve sua primeira edição acontecendo em setembro de 2009. Desde então, foram publicadas e postas em circulação 48 edições, contendo, em cada uma delas, 12 páginas. No ano de 2021, a publicação do jornal entrou em pausa, tendo em vista o falecimento de um de seus célebres editores: Nelson Hoffmann.

Tendo isso em vista, para nosso trabalho de dissertação, definimos o trabalho de análise com 42 edições do jornal, lançadas no período de

outubro/novembro de 2009 até agosto de 2019, completando 10 anos de publicação deste. Destacamos esse recorte temporal de 10 anos para a constituição de nosso arquivo, pois procuramos reunir, dentre todas as edições publicadas, o maior número de artigos que falam *sobre* a região das Missões - e, dentre essas edições, em especial as primeiras, é possível observar um funcionamento e circulação maior destes textos. Além disso, para o desenvolvimento de nosso trabalho de dissertação, realizamos 24 recortes discursivos, de diferentes edições e a partir de diferentes critérios, os quais compuseram nosso *corpus* de análise.

Para o desenvolvimento do presente texto, tendo em vista o objetivo central de apresentar alguns movimentos possíveis de pesquisa quando tratamos *sobre* as Missões, no que segue, vislumbraremos alguns dos movimentos de análise realizados em nosso trabalho, por meio dos recortes iniciais realizados. Dito isso, para este movimento de análise, tratamos em específico dos recortes que abordam *sobre* a constituição do primeiro período das Missões e sua história. Verificamos, numa visão geral acerca do objeto em análise - o jornal **O Nheçquano** -, a existência de interpretações distintas acerca da história e do discurso em circulação *sobre* as Missões/RS, o que podemos observar no recorte que denominamos como R1, em nossa Dissertação:

**R1:** “O motivo não foi outro que a completa *incapacidade* de cada um deles em *compreender que as gentes que ali viviam não precisavam de novos deuses*, e muito menos de deuses impostos. Já tinham suas divindades e reconheciam como suas aquelas terras que *os brancos vinham ocupar*”. (O NHEÇQUANO, 2012, p. 11, n.15, grifos nossos).

Nesse primeiro recorte, consideramos que, no que concerne ao discurso *sobre* a região das Missões, há o funcionamento de uma memória institucionalizada, regida pela ideologia dominante no período, a saber: a da igreja católica. Dito isso, entendemos que todos os discursos que ressoam, a partir dessa ideologia dominante, apagam os discursos evocados pelas ideologias dominadas. Não apenas isso, mas já com esse primeiro recorte, começamos a empreender gestos de análise que nos levam a compreender acerca do silenciamento observado na região. O silenciamento de uma fase histórica de sua constituição: a primeira fase da experiência missioneira.

O silêncio é compreendido na Análise de Discurso como fundador, desse modo, o funcionamento do silenciamento institucionaliza e faz ressoar efeitos de sentido no discurso sobre as Missões do RS, em especial no discurso em circulação no jornal. Assim, entendendo o silêncio como constitutivo do discurso, compreendemos o seu funcionamento enquanto significativo: ou seja, o silêncio também *fala*, também significa.

Tal como define Orlandi (2021, p. 13), o silêncio “[...] es así la “respiración” (el aliento) de la significación; um lugar de repliegue necesario para que se pueda significar, para que el sentido haga sentido. Reducto de lo posible, de lo múltiple, el silencio crea espacio para lo que es “uno”, para lo que permite el movimiento del sujeto”. Ou seja, o silêncio perpassa as palavras, os dizeres, o horizonte... É a possibilidade do sentido ser sempre outro – inclusive aqui que não se diz.

Assim, tal como enuncia a autora, “[...] el estudio del silenciamento (que no es ya silencio sino “poner em silencio”) nos muestra que hay un proceso de producción de sentidos silenciados que nos hace entender una dimensión de lo no dicho absolutamente distinta de la que se há estudiado bajo el rubro de lo “implícito”” (ORLANDI, 2021, p. 12). Desse modo, entendemos que, quando direcionamos nossos gestos de análise ao jornal, é possível observar o silêncio que significa no que se diz – ou não - sobre as Missões do RS.

Outro ponto que também constatamos na composição do discurso que circula no jornal **O Nhequano**, para além dos efeitos do silêncio, mas que também o mobiliza, é o “problemático” encontro de culturas – a indígena e a europeia. Como destaca Orlandi (2008), os efeitos de sentido que até hoje ressoam no discurso em circulação são de espírito de colônia, que nega a historicidade e nos apontam como seres a-históricos. Ou seja: precisamos buscar contar e compreender nossa história a partir do viés europeu, tomando-o como uma “verdade absoluta”, não passível de outros entendimentos.

Diante do exposto, trazemos à baila o recorte R2, o qual aborda justamente o *choque cultural* sofrido pelos indígenas a partir da chegada dos padres jesuítas:

**R2:** “Com a convicção de que os *guaranis necessitavam de salvação*, pois não conheciam a Nosso Senhor Jesus Cristo, substituíram os objetos de veneração, inculcaram *outra doutrina totalmente nova, novas práticas e novos cultos.*” (O NHEÇUANO, 2010, p. 3, n. 5, grifos nossos).

Em face dos grifos que constam no recorte, a saber: os *guaranis necessitavam de salvação* e *outra doutrina totalmente nova, novas práticas e novos cultos*, observamos o desejo instaurado pelos padres jesuítas na ocupação do território: impor, através do batismo e da catequização, uma nova religião, abordando novas crenças e obstruindo crenças antigas, e, até mesmo, a presença de uma língua distinta aos indígenas. Esquecem os padres, neste momento de colonização<sup>4</sup> e invasão de espaços, que antes de sua chegada, os indígenas já tinham suas divindades, seus costumes e hábitos religiosos próprios. E, em um confronto, novamente ideológico, impõem a religião católica, *uma doutrina totalmente nova*, prometendo a salvação de pecados que antes eram desconhecidos.

A imposição de uma nova doutrina, em especial no período da primeira fase das Missões - sobre a qual trata o jornal em questão, ocorreu envolta de desconfianças: jesuítas, com suas vestes negras, adorando a um só Deus, falando em língua incompreensível, etc. Todos esses fatores motivaram a desconfiança advinda dos indígenas. O fator da língua, em nossa compreensão, foi um dos fundamentais para os desencontros culturais e religiosos. Além disso, as imposições feitas pelos padres jesuítas adentravam e alteravam vários espectros da vida indígena, não respeitando limites culturais.

Ainda tratando sobre a língua, em nossa dissertação, buscamos mostrar como a utilização de uma língua comum serviu de ferramenta para essa colonização. Utilizando-se da sua vantagem em falar a língua Guarani, o Padre Roque González iniciou um processo de convencimento e provação aos caciques, como observamos no recorte R3:

**R3:** “*La comunicación a través de la palabra fue la herramienta válida para convencer a los caciques de las ventajas de la reducción y así se logró la*

---

<sup>4</sup> Nomeamos este processo como colonização, no sentido que define Mariani (2018, p. 10): “Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos”.



evangelización masiva de los pueblos. Así se hizo en el Guayrá y en el Tapé”. (O NHEÇUANO, 2011/2012, p. 2, n. 11, grifos nossos).

Nos destaques do recorte apresentado, podemos entender que a língua possui um importante papel nesse período. Através dela, dominando fluentemente a língua guarani, os padres jesuítas realizam o contato com os indígenas, com a *comunicación a través de la palabra* para convencer a los caciques de las ventajas de la reducción. A adoção da língua local, ou língua da terra como designavam, tal como destaca Severo (2019), consistia em uma estratégia de acercamento, de legitimação, de aproximação cultural, para que os povos indígenas não sentissem de forma tão exasperada o estranhamento. Como cita Meliá (1997, p. 254), “*todo el desconocimiento y desconfianza del misionero frente a lo religioso indígena se volvió estudio y admiración tratándose de la lengua*”. Desse modo, os padres, conquistando e deslumbrando os indígenas com sua adaptação, produzindo um efeito mútuo: o jesuíta, aprendiz da língua, e o indígena, alvo da conversão.

Como projeto de civilizar o Novo Mundo, os jesuítas desempenharam papel relevante na colonização linguística imposta aos povos indígenas. Tal como destaca Severo (2019, p. 58), “os jesuítas desempenharam um papel relevante na inscrição de uma cultura letrada, de base latina, nas regiões colonizadas, como também inscreveram na cultura europeia as suas representações sobre as línguas não-europeias, consideradas línguas da terra”.

Desse modo, entendemos que, tal como destacado por Mariani (2018, p. 15), a colonização linguística é “[...] da ordem de um acontecimento, produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados.”. Além disso, a colonização linguística trabalha com povos culturalmente distintos e línguas - constituídas de memórias, histórias e políticas de sentido, que se encontram, embatem e ressoam em efeitos de sentido que funcionam ideologicamente.

Ademais, como já observado no recorte R1 e, para além de apenas questões linguísticas, o que aconteceu nesse primeiro contato dos padres jesuítas com os povos originários do Tape foi, como designaram em seus

relatos nas cartas ânuas, a *domesticação dos índios*. Silencia-se o fato de os indígenas possuírem um modo de viver próprios e sua cultura. Verificamos o recorte R4 que segue abaixo:

**R4:** “O povo branco não respeitava a vida nem os costumes dos indígenas, acreditavam inclusive que nem alma eles tinham. Mesmo os ‘*pieudosos*’ padres que vinham fazer o trabalho sujo de *domesticação dos índios*, não acreditavam que eles tivessem salvação. As reduções serviam unicamente para *avançar na ocupação das terras. A conversão, feita à força, escravizava e destruía a cultura originária*”. (O NHEÇUANO, 2012, p. 11, n.15, grifos nossos).

A partir dos grifos, empreendemos a seguinte reflexão: por acreditar em uma possível salvação, os padres jesuítas, *pieudosos*, converteram os indígenas em “bons selvagens”, destruindo sua cultura originária a partir da imposição da cultura europeia. Pensando acerca de sua constituição, Rouanet (1999, p. 416) destaca que a figura construída do bom selvagem era de “boa índole, manso e pacífico, vivendo em estado de inocência, e isento de cobiça e ganância, graças à simplicidade de seus meios de subsistência e à modéstia de suas necessidades materiais”. Mesmo diante de tanta fascinação, a partir do mito da existência de um bom selvagem, o autor ainda aponta acerca da inconformidade dos *homens brancos* ao depararem-se com as crenças na imortalidade da alma e em Tupã. A conversão, feita à força, demonstra a resistência indígena em manter os seus costumes.

Além disso, o enunciado *domesticação dos índios* indica o trabalho do jogo de forças ideológicas, não apenas em uma indicação discursiva – de acordo com as palavras escolhidas para compor o dizer –, mas um jogo ideológico que coloca em pauta a ideologia dominante e a dominada. Como destacado por Pêcheux (2014) é preciso considerar o aspecto ideológico para a transformação das relações e a imposição de novas relações de desigualdade-subordinação. Cabe destacar, também, que a apresentação de um viés da história compartilhado pelos padres, resulta em um apagamento da visão indígena em relação aos fatos.

Dito isso, o modo como os padres jesuítas relatam suas questões e seu primeiro encontro no novo mundo, na terra sem males, é também um modo de camuflar os motivos pelos quais aconteceu o martírio dos

3 *santos padres*: a incapacidade de compreensão de que no espaço que buscavam conquistar, já haviam os seus modos de ser estabelecidos.

No recorte R5, que se apresenta abaixo, é possível observarmos o posicionamento do jornal **O Nheçuanô** sobre o modo de contar a história:

**R5:** “Ao ignorarmos ou alterarmos determinados acontecimentos da história, o *registro fiel* do seu curso normal resta prejudicado. Ademais, *desde sempre foi camuflada a razão principal desta lacuna histórica: o fracasso na implantação das primeiras reduções jesuíticas em solo sul-rio-grandense (São Nicolau em 1626. Assunção do Ijuí - no atual município de Roque Gonzales - e Caaró, em 1628)*”. (O NHEÇUANÔ, 2014, p. 6, n. 23).

Pensando discursivamente, não há um modo de que seja um registro fiel do ocorrido: há diferentes vieses ao contarmos uma história. Até porque, ao contarmos determinados fatos, utilizando determinados enunciados, silenciaremos outros modos possíveis de se dizer. Mas há muito mais do que apenas um viés histórico não abordado: como diria Orlandi (2021), o silêncio significa e o não-dito diz muito mais sobre os efeitos do político na história.

Os recortes retirados do jornal relatam os fatos ocorridos no tempo em que o indígena Nheçu ainda liderava nas terras que hoje compreendem os municípios de Roque Gonzales/RS e de Pirapó/RS. Tendo em vista esses recortes, buscamos compreender como a história e os sujeitos, interpelados pela ideologia, contam os mesmos fatos de maneiras tão diferenciadas.

Assim, como efeito de fechamento de nossa pesquisa de dissertação, buscamos compreender como o contar uma história é sempre ponderar silenciamentos: algo é apagado, enquanto outros fatos ganham destaque. Seja na história contada pelos historiadores e/ou entusiastas, ou por um discurso em circulação em determinada região. Há um caminho que o determina, que rege, a partir da ideologia dominante, o que pode e deve, ou não, ser contado – parafraseando Pêcheux (2014).

Desde o efeito de origem de nossa pesquisa, nos inquieta os modos como a figura do cacique Nheçu é posta à margem da história contada

pelos historiadores, sendo necessários pesquisas bastante aprofundadas para que se entenda e percorra a história sobre o cacique e suas lutas. Consideramos importante destacar que entendemos o discurso sobre a primeira fase da história das Missões afetado ideologicamente, marcado por uma política de silenciamento que tenta apagar e minimizar o nome de Nheçu diante de uma certa história.

Desse modo, em nossa Dissertação, procuramos, por meio dos discursos *sobre* que organizam a memória em circulação na região das Missões, os efeitos de sentido que tal discurso produz, os quais, para nós, colocam-se entre a memória cristalizada/institucionalizada sobre a história dessa região, a qual está vinculada ao efeito de uma ideologia dominante; e a memória discursiva, a qual é marcada por uma política de silenciamento, fazendo com que novos sentidos irrompam nessa discursividade. Ou seja, explicitamos como tais discursos dominantes produzem uma memória e uma história marcadas pelo esquecimento, bem como um silenciamento linguístico e cultural, determinando as relações entre a ideologia dominante e os indígenas que marcaram a história da região missioneira.

É por entendermos que há uma problemática em relação à política de silenciamento que rege o discurso *sobre* as Missões, em especial na materialidade a qual analisamos, que nos interessou refletir acerca destes efeitos de sentido. *Em que ponto Nheçu é colocado diante da história?*

Tal como observamos em nossas considerações analíticas, o discurso sobre a história das Missões em circulação traz consigo a memória institucionalizada. Dito isso, compreendemos que há a atuação do contar a história sobre o viés do vencedor – tal como analisamos já em nossos gestos de interpretação. Este fato apaga as versões outras, possíveis, as versões contadas a partir de um outro viés.

Considerando que a história é sempre contada através de um determinado viés e esse viés sofre ação direta da ideologia e da formação discursiva do sujeito que a enuncia, podemos ponderar que independentemente do modo que é dito sobre a história das Missões, não há, de fato, uma verdade, mas, sim, um discurso dominante, cristalizado nesse determinado contexto sócio-histórico que se sobressai sob outros.

## **Um caminho sempre em aberto para a reflexão: o desenvolvimento da tese**

Para trilharmos o caminho de desenvolvimento de nossa Tese, ancoramo-nos em reflexões que já haviam sido desenvolvidas, mas que, por questões metodológicas e temporais, foram deixadas em suspenso. Tais reflexões foram surgindo no decorrer de nossa Dissertação e encontraram espaço para submergir nesse processo de doutoramento que estamos vivenciando.

Diante disso, o que deixamos em suspenso foi uma reflexão acerca dos nomes próprios e sua ressonância no contar e recontar da história das Missões. Ou seja: buscamos compreender os efeitos de sentido que os nomes próprios produzem na história, seja a partir de suas ocorrências ou de seu silenciamento. Nesse processo, instituímos como objeto de pesquisa as obras – de estudiosos e entusiastas – que versem sobre as Missões, em especial o primeiro período da história missioneira. Para que não se construísse um arquivo de tese sem regularidades, delimitamos também os locais das buscas por essas obras: acervos institucionais, localizados aqui no Rio Grande do Sul, e que possuem grande relevância como fonte de pesquisa. A partir disso, os acervos consultados, em um primeiro momento, foram o Memorial Jesuíta e o Instituto Anchieta de Pesquisas, ambos localizados junto a UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), no *Campus* de São Leopoldo/RS.

Retomando o que foi apontado por Schneiders (2014, p. 101) “Segundo Pêcheux, a constituição do arquivo está relacionada aos gestos de leitura, que apontam para a possibilidade de diferentes ‘maneiras de ler’, ou diferentes maneiras de apreender e interpretar os documentos pertencentes a certo arquivo”. Desse modo, a mobilização dos documentos e obras para compor nosso arquivo analítico permeiam o dizer de Pêcheux de que o arquivo são os documentos disponíveis e pertinentes para que se responda determinada questão, como também vão de encontro ao apontado pela autora em relação aos gestos de leitura.

Tendo isso em vista, trazemos à baila, para nossa tese ainda em desenvolvimento, alguns recortes discursivos, separados em agrupamentos para uma melhor organização de análise, mobilizados para

compreendermos o funcionamento discursivo em se tratando dos conceitos de história, memória e das questões de nomeação.

Como dito, já em nossa dissertação, tudo aquilo que envolve a história missioneira traz consigo diferentes vieses. Se em nosso mestrado nos dedicamos a trabalhar com o viés dos moradores locais e do discurso em circulação sobre as Missões/RS, para a composição de nossa tese, gostaríamos de tratar sobre o viés estatal (historiadores e entusiastas regidos por ordens de Estado)<sup>5</sup> e com o viés religioso. Em vista disso, ao mobilizarmos os materiais nos acervos visitados, foi possível observar que estes vieses colaboram um com o outro. Ou seja: em uma primeira análise geral dos materiais, observamos que muito do que é narrado historicamente (seja por historiadores ou entusiastas), têm como fonte primária e (quase) única o viés religioso dos fatos – através das cartas anuais.

Diante disso, e trazendo à baila o nosso arquivo analítico, consideramos pertinente o destaque às obras que serão trabalhadas, as quais são apresentadas entre revistas, informativos, materiais escolares, entre outros tipos de documentos. A partir destas obras, o que nos inquietou foram a falta e o excesso: a falta de menções ao período das Missões em que ocorreu o martírio, a falta de nomes próprios para compor esta história para além dos nomes dos padres; e o excesso de adjetivos e substantivos que substituiriam ou acompanhariam esses nomes próprios.

Em nosso entendimento, este excesso traz consigo a mobilização de questões ideológicas - aquilo que deve ou não ser dito, como aponta Pêcheux (2014). Há uma ordem discursiva, uma materialidade, “uma relação determinada entre a língua e a ideologia” (COURTINE, 2016, p. 1) e é nesta relação que inserimos e mobilizamos nossos gestos de interpretação.

Para constituição de nossa leitura, entendemos que os nomes próprios se apresentam como parte constituinte da história. São sujeitos, não subjetivados, mas sim, sujeitos históricos - figuras históricas, que margeiam os mitos e os imaginários. Esses nomes próprios que “contam

---

<sup>5</sup> Tal definição será melhor colocada em desenvolvimento durante nosso trabalho de Tese.

a história”, quando são apagados, também causam seus efeitos. E nos concentramos nisso.

Como destacado por Alves (2021, p. 43),

Se, de um lado, a falta incomoda, trauma simbólico da incompletude da linguagem, de outro, amputa a ilusão do todo para o analista. Isto é, não o deixa esquecer que o resultado é resultado de um recorte, algo que, de antemão, não é da ordem do positivo. Por recorte, entendemos a extração de determinados pedaços que não representam ‘uma passagem automática’ ao todo que eles constituem (ORLANDI, 1984, p. 14), deixando abertas possibilidades de outras leituras.

Considerando que a história missioneira é cercada de vieses e alguns destes estão à margem, como já dito anteriormente, observamos um efeito de silenciamento de nomes, personagens e efeitos de sentido que discursos à margem poderiam produzir e/ou ressoar. Mas, são nos discursos centralizados sobre as Missões, os quais, em sua maioria, utilizam de fontes escritas para o contar e recontar da história, que debruçamos nossas reflexões. São em documentos, obras, entre outros materiais selecionados nos acervos visitados, que vislumbramos os efeitos da história em funcionamento.

Dito isso, retomamos uma das considerações realizadas em nosso trabalho de dissertação: quando tratamos sobre a história das Missões, há o viés do vencedor (os quais poderíamos considerar como os padres jesuítas e a ordem católica) e do perdedor (os indígenas). E, destes dois vieses, um deles é sumariamente considerado como fonte histórica. Ou seja: para a construção escrita da história, um viés se sobrepõe ao outro - e este é o viés do vencedor. Nesse sentido, destacamos o que aborda Orlandi (2008, p. 56), onde diz que “[...] o discurso de nossa história (nossa origem) é o discurso missionário que, por sua vez, regido pelo religioso, produz, entretanto, uma etnografia, elidindo a história”.

Em vista disso, retomamos o que considera Lagazzi ao considerar que “Pela linguagem, somos obrigados a nos dizer, a nos identificar. A obrigação de falar é muito forte e só temos o direito de calar quando a palavra nos é recusada ou retirada”. (LAGAZZI, 1988, p. 23). Assim, é pela linguagem, também, que se constitui, produz e ressoa a história. Se quando tratamos de historicidade, estamos tratando da história em

relação ao discurso, também a estamos tratando em relação à língua e a sua exterioridade constitutiva. Desse modo, entendemos que, de acordo com o que foi ponderado por Lagazzi, ao sermos *obrigados* a nos dizer, a nos identificar, somos também *obrigados* a nos constituir enquanto sujeitos na e pela história.

Sem delongas, isto interfere diretamente no que buscamos compreender a partir deste primeiro agrupamento discursivo: qual o efeito do que se diz/escreve/enuncia na história? Como estes nomes (ou a sua falta) significam? Segundo destaca Alves (2020, p. 36), “Quando dizemos os nomes [...] evocamos mais posições sujeitos que produzem efeitos de sentido no imaginário que indivíduos cujas biografias estariam aqui sendo decifradas”. Além disso, entendemos que há na constituição desses efeitos de sentido, a partir da utilização dos nomes próprios, um modo de se ler este discurso. O efeito de leitura consiste, como considera Pêcheux (2015, p. 44) em “[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito.”

Desse modo, é possível entender que, diante da utilização desses adjetivos/substantivos, ligados ou não a um nome próprio, constitui-se um entendimento da história a partir de um determinado viés – este, constituído através de um gesto de leitura/interpretação.

Tal como destaca Guimarães (2018, p. 174), é preciso considerar os acontecimentos aos quais o nome próprio se liga, em vista dos processos enunciativos que contribuem para a rede de sentidos e de significações deste nome em relação à história

o processo enunciativo que constitui os nomes próprios e seus sentidos, ou seja, a história enunciativa dos nomes próprios na qual são decisivos o acontecimento que nomeia, o memorável do acontecimento que nomeia e dos acontecimentos em que o nome funciona, e a designação do nome próprio. (GUIMARÃES, 2018, p. 174).

Ainda consoante Guimarães (2018, p. 175), “[...] é inseparável, do funcionamento e sentido do nome próprio, o acontecimento que o tornou nome próprio para algo”. Em vista desse processo enunciativo,



empreendemos que os nomes próprios precisam ser analisados em relação a seu contexto sócio-histórico, em especial quando tratamos sobre as Missões/RS. No caso específico dos domínios discursivos que apresentaremos em nosso trabalho de tese, os nomes próprios, quando aparecem e não são substituídos por outros sintagmas, vêm acompanhados de descrições definidas singulares. (GUIMARÃES, 2018)

Nesse sentido de uma falta, do silêncio, retomamos Orlandi (2021), que destaca que com ou sem palavras, o silêncio rege os processos de significação. Nesses processos de significação, o nomear (ou não) um sujeito significa. E seu processo de subjetivação também se dá em seu funcionamento. Como afirma Nora, “O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação” (NORA, 1993, p. 9), desse modo, o processo de subjetivação, de nomear, de designar, parte dessa anulação, desse silenciamento.

Considerando esses efeitos de sentido que ressoam dos processos de adjetivação/substantivação, consideramos, tal como destacado por Orlandi (2021), que “o sentido não tem origem: não há senão estados contínuos de significação”. Assim, não há como definir que foram a partir desses textos - e nem acreditamos nisso, visto a data de publicação - que os adjetivos e substantivos tiveram seu efeito de origem no ressoar da história. Mas, em nosso entendimento, ao existirem esses processos em documentos, obras, entre outros materiais, utilizados como fonte de pesquisa, ou como auxílio para o (re)contar da história, tudo isso reverbera ideologicamente para que se entenda e tome isso como *verdade*.

Em vista do funcionamento do nome próprio, é possível considerar, como destacado por Guimarães (2018) que em vista de suas designações, ele se torna um modo de referir especificamente a uma pessoa e em virtude de todos esses elementos de significação, um viés histórico-ideológico é retratado e construído no discurso.

Ao colocarmos um sujeito, substantivando-o/adjetivando-o como feiticeiro/conspirador, soberbo/sensual, o efeito ideológico movimenta os sentidos. Como destaca Guimarães (2018, p. 189), “[...] estas relações são restrições que constituem o modo de nomear alguém.”. Nesse caso, institucionaliza sentidos que serão reverberados em outros enunciados.

No discurso *sobre* a região das Missões, é pelo que se diz de seus personagens que se constrói e apresenta um viés da história.

Assim, encaminhamos nossas reflexões para pensar no que se diz *da* e *sobre* as Missões do Rio Grande do Sul e, de que modo, esses dizeres ressoam na construção de uma narrativa histórica e na construção de personagens destas narrativas. Para tal compreensão, mobilizamos alguns conceitos fundamentais e basilares para a AD pecheuxtiana, entre eles o de leitura, o de memória e o de história/historicidade.

### **Considerações finais de um (per)curso de pesquisa e o efeito de incompletude**

O processo de escritura deste texto, que apresenta de forma bastante breve nossas pesquisas e escritos *da* e *sobre* as Missões, produz um efeito de que há sempre mais por se dizer. Há sempre um espaço do dizer que permite empreender sentidos outros, que vão além e que buscam compreender os efeitos de sentido a partir de diferentes materialidades.

Tudo o que apresentamos de nosso percurso e destacamos de nossos trabalhos, encontra-se na ordem do discurso, da repetibilidade, mas também da interpretação. Orlandi (2022, p. 23) diz que “[...] a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está sempre presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa”; desse modo, entendemos que nosso trabalho, enquanto analistas, baseia-se nos gestos de interpretação que somos capazes de empreender, daquilo que olhamos discursivamente e tomamos enquanto objeto de análise.

Esses gestos de interpretação apresentados inscrevem-se também no que Zoppi-Fontana (2003) e Costa (2019) destacaram como *trajeto temático*: muito mais que buscarmos traçar sempre nossas reflexões a partir dos conceitos da Análise de Discurso pecheuxtiana, também inscrevemos nossas pesquisas em um percurso *sobre* as Missões do RS, buscando sempre compreender e discorrer mais sobre esta temática.

Desse modo, encerramos as discussões aqui apresentadas – as quais buscaram muito mais rever nossa trajetória de pesquisa e os efeitos de possibilidade do saber mais sobre a história, a memória e a região das Missões através de seus discursos *sobre*. Além do mais, esse artigo serve

como base para entendermos o que foi feito até aqui em nossa trajetória, como também vislumbrar possibilidades de pesquisa, tomando as Missões do RS enquanto objeto.

## Referências

- ALVES, M. C. *Osso de borboleta: leitura discursiva do Fundo Michel Pêcheux pela textometria*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2020, 219p.
- COSTA, T. A. da. *Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Trad. Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. In: *Policromias*, p. 14-35, junho/2016.
- GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- MARIANI, B. *Colonização linguística e outros escritos*. 1. ed. Peter Lang US, 2018.
- MELIÁ, B. *El guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. Asunción del Paraguai: CEADUC, 1997.
- NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Proj. História*, São Paulo, v. 10, dez., 1993.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- ORLANDI, E. P. *Las formas del silencio: en el movimiento de los sentidos*. Trad. Pablo Cardellino. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Orlandi, E. P. et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Orlandi, E. P. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ROUANET, S. P. O mito do bom selvagem. In.: NOVAES, Aauto (org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHERER, A. E. Os limites do real da língua e da história: do Plano das Ideias ao Plano Teórico (Apresentação). *Fragmentum*, Santa Maria, n. 31, p. 1-3, out./dez., 2011.

SCHNEIDERS, C. M. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. *Conexão Letras*, Santa Maria, v. 9, n 11, 2014.

SEVERO, C. G. *Os jesuítas e as línguas: contexto Colonial Brasil-África*. Campinas: Pontes Editores, 2019.

VENTURINI, M. C. *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano*. 2008. 233 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença*. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30027. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>. Acesso em: 23 out. 2022.

## **Minicurrículo**

**Mirela Klein** é doutoranda em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, pelo PPGL/UFSM, sob orientação da profa. Dra. Amanda E. Scherer, com bolsa DS/CAPES. Mestra em Letras pela mesma instituição. Graduada em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura pela UFFS. Realiza suas pesquisas filiando-se à Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, com especial interesse em temas relacionados ao discurso sobre a região das Missões do RS.



# Jornal *O Cerro Largo*: circulação de sentidos sobre pátria durante a ditadura brasileira

Yasmin Schreiner Heinzmann (UFSM)

Há soldados armados  
Amados ou não  
Quase todos perdidos  
De armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam  
Uma antiga lição  
De **morrer pela pátria**  
**E viver sem razão**  
(Geraldo Vandré)

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir acerca do discurso *sobre* a Pátria que circulou no jornal *O Cerro Largo* durante a ditadura militar brasileira. Por meio de uma materialidade do referido jornal, intitulada “O Respeito aos Símbolos Nacionais”, de 1970, analisamos como Pátria é significada, sobretudo, nas datas alusivas à Independência do Brasil, em circulação no mês de setembro. Além disso, observamos o funcionamento da memória, a qual evoca determinados espaços de dizer, vinculados aos saberes das FDs tidas como dominantes à época, a saber, a Formação Discursiva Religiosa Cristã (FDRC) e a Formação Discursiva Militar (FDM). As reflexões empreendidas ancoram-se nos pressupostos da Análise de Discurso materialista, tal como foi desenvolvida por Pêcheux na França, e por Eni Orlandi e tantos outros pesquisadores no Brasil. Mobilizamos, pois, os conceitos de discurso *de* (memória) e discurso *sobre* (atualidade), língua, ideologia e formação discursiva.

**Palavras-chave:** Jornal; Pátria; Efeitos de sentido.

## Primeiras palavras

Os “Anos de Chumbo” foram um longo período da história de nosso país, marcados por uma ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos, até a abertura democrática, em 1988. O movimento de 21 de

março de 1964, que deu início à ditadura, tinha objetivos bem definidos: “livrar o país da corrupção e do comunismo”, sob a prerrogativa de “restaurar a democracia” e preservar a “Pátria brasileira”. Entretanto, o regime, utilizando-se de seu poder arbitrário “começou a mudar as instituições do país”, impondo “decretos, chamados de Atos Institucionais (AIs) [...] que eram justificados como decorrência ‘do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções’ (BORIS, 1995, p. 465).

Dentre esses decretos editados, citamos àqueles relativos à censura e ao controle da imprensa, como por exemplo, o Decreto nº 1.077<sup>1</sup>, que entre várias determinações, estabelecia que não seriam: “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, sob pena de multas e apreensão. Nesse contexto, discutimos no presente texto<sup>2</sup> o papel da imprensa durante a ditadura, compreendendo como ela significou esse período aos sujeitos à época, via discurso jornalístico. Nosso interesse recai, especialmente, em observar a circulação do *discurso sobre* (VENTURINI, 2008; 2009; 2014) a Pátria nesse período, compreendendo de que maneira a imprensa reuniu e organizou a memória, realizando alguns “apagamentos”, de modo a selecionar aqueles eventos a serem “comemorados” e postos em circulação no/pelo jornal, realizando o que Pechêux ([1982], 2014a, p. 63) denominou de “[...] apagamento seletivo da memória histórica”.

Desse modo, destacamos que grandes jornais da época se posicionaram a favor do regime e em nome de um ideal de “Pátria”, a qual podemos citar dois: *A Folha de São Paulo* e *O Jornal do Brasil*. Contudo, essa posição não se restringiu somente àqueles veículos de grande circulação, pois muitos jornais menores demonstraram-se favoráveis à ditadura, como

---

<sup>1</sup> Decreto editado em 26 de janeiro de 1970 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici. O decreto dispunha sobre a regulação dos meios de comunicação (jornais, revistas, programas televisivos etc.) à época. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.html)

<sup>2</sup> Esse artigo dá a ver uma parte das reflexões empreendidas em meu texto de Dissertação de Mestrado, o qual se intitula “Discurso *sobre* a Pátria em *O Cerro Largo* durante a ditadura militar brasileira”, orientado pela Profa. Dra. Verli Petri (UFSM).

é o caso, por exemplo, de *O Cerro Largo*<sup>3</sup>, objeto da presente pesquisa. *O Cerro Largo*, mesmo com uma tiragem menor, e sendo um jornal de interior, logrou alcançar significativo alcance e influência, circulando em diversas localidades da Região das Missões/RS à época.

A fim de compreender os sentidos para Pátria, mobilizamos edições impressas do referido jornal, as quais constituem nosso arquivo de pesquisa. Este é composto, especificamente, por aquelas materialidades que circularam entre os anos de 1965 e 1973, nas seções alusivas ao feriado de “Tiradentes” e à “Semana da Pátria”, durante os meses de abril e setembro. A partir do arquivo, delimitamos o *corpus*, sendo que, para este trabalho, analisaremos uma materialidade em específico, que se intitula *Exame de Consciência Cívica*, de 1967.

Ancorados nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso pecheuxtiana, mobilizamos os conceitos de discurso *sobre*, discurso *de*, sujeito, memória, língua, ideologia e formações discursivas, tal como trabalhados por Indursky (2011), Orlandi (1993, 2015), Pêcheux ([1982], 2014; [1975], 2014b), Venturini (2008; 2009; 2014), entre outros.

### **Memória e atualidade: discurso *de/sobre* “Pátria”**

Ao propormos uma reflexão acerca do discurso *sobre* “Pátria” na imprensa de interior à época da ditadura, realizamos um movimento entre a memória e a atualidade, refletindo sobre dois conceitos basilares: discurso *sobre* e discurso *de*, tal como problematizados por Venturini (2008; 2009; 2014). Para a autora, o discurso *de* não deve ser entendido como aquele que é oriundo de determinado sujeito ou lugar, nem o discurso *sobre* enquanto aquele que diz respeito a algum tema ou assunto. O que observamos aqui é o funcionamento do discurso *de* enquanto efeito da memória, isto é, aquele que sustenta e atualiza os sentidos, organizando o discurso *sobre* no domínio da atualidade. (VENTURINI, 2014)

O discurso *de* pode ser entendido pelo funcionamento da rememoração, ou seja, aquela que reúne as memórias que ancoram a

---

<sup>3</sup> Jornal que circulou no município de Cerro Largo, cidade localizada na região das Missões do Rio Grande do Sul, durante o período de 1957 a 1974. Possuiu um total de 847 números publicados, reunidos entre o ANO 1 e o ANO 17.



comemoração (discurso *sobre*) e emergem no eixo da formulação, sustentando o dizer. A comemoração, por sua vez, funciona como “um modo de legitimação do passado no presente, por meio da institucionalização de práticas simbólicas que “sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo lugar de memória” (VENTURINI, 2008, p. 48). Entendemos, nesse sentido, que *O Cerro Largo* funcionou enquanto “lugar de memória”, que fez ressoar, via discurso jornalístico, já-ditos anteriores, que organizaram uma memória sobre Pátria, sacralizando e trazendo para o domínio da atualidade, nomes e eventos a serem comemorados no/pelo jornal.

Podemos citar eventos históricos que são aludidos com frequência em *O Cerro Largo*, como a Independência do Brasil, a Inconfidência Mineira, a Proclamação da República, além de nomes dos considerados “heróis nacionais” como Dom Pedro I, Tiradentes, Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Getúlio Vargas, general Médici etc. Além disso, observamos na construção do discurso *sobre* Pátria o funcionamento do discurso fundador, mais especificamente, do funcionamento do que designamos como “efeito tardio de discurso fundador”. Para Orlandi, o “discurso fundador” é aquele que:

Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim. (ORLANDI, 1993, p. 13-14).

A partir dessa compreensão, entende-se que o “discurso fundador” introduz um movimento nas filiações de sentidos, produzindo (re)significações, deslocamentos no fio do discurso. Em contrapartida, quando designamos “efeito tardio de discurso fundador”, entendemos que o discurso *sobre* a Pátria em *O Cerro Largo* ancora-se em uma memória que rememora, especialmente, ao período da “Independência do Brasil”, em meados do século XIX, quando os sentidos para a Pátria estavam sendo ainda formulados, dentro das condições de produção da “constituição do Estado Nacional” – de uma “nacionalidade” “brasileira” frente a Portugal.

Ao alcançar o estatuto de município, Cerro Largo passa a abrigar sujeitos que tomam posição de protagonistas no processo de institucionalização do saber sobre o jovem município, o que pode ser analisado nas publicações do jornal. É como se o processo começasse outra vez, como se tardiamente houvesse uma busca identitária para a região.

A construção do que seria a Pátria em *O Cerro Largo* está sendo constantemente definida e (res)significada nas notas comemorativas, produzindo um efeito de construção contínua dos sentidos sobre a Pátria, como se estivessem, ainda, em formulação, mesmo passados 140 anos da Independência. Esses sentidos sobre a Pátria são, no período da ditadura militar, formulados como uma tentativa de (re)afirmação, como mencionamos, do prestígio dos “heróis nacionais”, desde a “Independência”, perpassando a modernidade e a contemporaneidade.

### **Entre o culto e devoção: sentidos para “Pátria” em *O Cerro Largo***

O culto a nossos heróis, a nossos mártires [...] une a todos nós brasileiros, com o mesmo espírito cívico e o mesmo orgulho. (*O CERRO LARGO*, 1970, N. 661).

Ao discutirmos a respeito da circulação do discurso *sobre* a Pátria durante a ditadura militar brasileira, compreendemos a historicidade<sup>4</sup> que nele vai se constituindo, de modo a observar que o regime militar não “inaugurou” os dizeres sobre a Pátria (mesmo que o sujeito possua a ilusão de ser a origem de seu dizer!)<sup>5</sup>, mas os recuperou, atualizou, organizou, via funcionamento da memória discursiva. Esta é concebida em AD como o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do

---

<sup>4</sup> Schneiders (2014), em suas reflexões, entende o conceito de historicidade como relacionado com “o fora”, com a história, pensando como o exterior afeta e inscreve-se no fio do discurso, produzindo sentidos. Com isso, a autora entende que, “[...] no momento em que um dizer faz ressoar dada memória, consideramos que ele é dotado de historicidade, pois a história inscreve-se na língua, produzindo determinados sentidos”. (SCHNEIDERS, 2014, p. 70).

<sup>5</sup> Nos referíamos ao que Pêcheux ([1975], 2014b) denominou por “esquecimento n° 1” ou “esquecimento ideológico”.

dizível, sustentando cada tomada de palavra”. (ORLANDI, 2015, p. 29). Entretanto, em seu funcionamento, ela produz apagamentos, silenciamentos, fazendo um recorte entre aquilo que pode (e deve) ser posto em circulação, sobretudo em um contexto de ditadura. Indursky (2011, p. 88) afirma que, diferentemente do interdiscurso, que reúne todos os saberes e já-ditos, a memória “é regionalizada, circunscrita ao que pode e deve ser dito em uma FD e, por essa razão, é esburacada, lacunar”. Em *O Cerro Largo*, buscamos observar esse funcionamento, demonstrando que há um discurso sobre Pátria ressoando no/pelo jornal, via memória discursiva, pelo efeito da paráfrase “que de um lado estabiliza os sentidos e de outro, instaura o novo” (VENTURINI, 2008, p. 63), em um constante jogo entre memória e atualidade.

É interessante observar também que, ao determinar o que pode e deve ser dito sobre Pátria em *O Cerro Largo*, estamos diante do funcionamento do que Pêcheux ([1975], 2014b) denominou por Formações Discursivas (FDs). Para ele as FDs são:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]. (PÊCHEUX, [1975] 2014a, p. 147, grifos do autor).

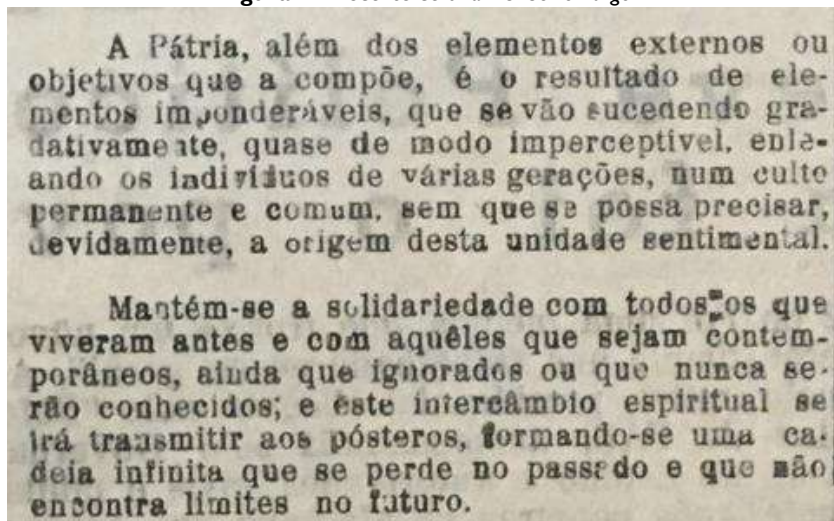
Nessa direção, a FD determina aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma determinada posição e em uma determinada conjuntura, sendo que a inscrição do sujeito a dado domínio de saber (FD) se dá por meio de “modalidades de identificação”.<sup>6</sup> No presente artigo, analisaremos duas FDs em particular, que observamos serem as mais recorrentes à época: a Formação Discursiva Religiosa Cristã (FDRC) e a Formação Discursiva Militar (FDM). É no/pelo movimento entre essas FDs, que “Pátria” será constantemente definida e (re)definida no jornal, dadas as condições de produção da ditadura militar brasileira.

---

<sup>6</sup> Pêcheux ([1975], 2014) classifica as modalidades de identificação em: identificação plena, contraidentificação e desidentificação.

A fim de observarmos o funcionamento do discurso sobre a Pátria em *O Cerro Largo*, trazemos dois recortes discursivos (RDs) para análise, os quais compõem o *corpus*. A materialidade selecionada para análise intitula-se *Respeito aos Símbolos Nacionais*, e circulou no ano de 1970, fazendo parte das seções alusivas ao “Dia da Pátria”, no mês de setembro. Abaixo trazemos o primeiro RD:

**Figura 1** - Recorte coluna - *O Cerro Largo*



**RD1:** A Pátria, além dos elementos externos ou objetivos que a compõe, é o resultado de elementos imponderáveis, que se vão sucedendo gradativamente, quase de modo imperceptível, **enleando os indivíduos de várias gerações, num culto permanente e comum**, sem que se possa precisar, devidamente, a origem desta **unidade sentimental**. Mantém-se a solidariedade com todos<sup>os</sup> que viveram antes e com aqueles que sejam contemporâneos, **ainda que ignorados ou que nunca serão conhecidos**; e este **intercâmbio espiritual** se irá transmitir aos pósteros, formando-se uma cadeia infinita **que se perde no passado e que não encontra limites no futuro**. (*O CERRO LARGO*, N. 661, ANO 14, p. 01, 1970, grifos nossos).

Em RD1, são mobilizados sentidos sobre a Pátria que organizam uma memória em torno da “nacionalidade brasileira” e produzem, à época da ditadura, o que estamos denominando como “efeito tardio de

discurso fundador”. No RD em análise, Pátria é significada como uma “unidade sentimental” que reúne não apenas os sujeitos de seu tempo, mas “indivíduos de **várias gerações**”, em “um **culto permanente e comum**”. (grifos nossos). Os sujeitos estariam envolvidos pela unidade e pelo intercâmbio espiritual, mantendo “a solidariedade **com todos os que viveram antes** e com aqueles que sejam **contemporâneos**, ainda que **ignorados** ou que **nunca serão reconhecidos**”. (grifos nossos).

Nos chama atenção, sobretudo, as formas discursivas sinalizadas por “**culto**” e “**unidade sentimental**”, visto que indicam uma determinada filiação de sentidos, evocando espaços de memória específicos. “Cultuar”, nas condições de produção da ditadura, produz o efeito de reverência ao que é próprio do “divino”, do “sagrado”, aquilo que deve ser respeitado, reverenciado e cultuado pelos “bons brasileiros”. “Cultuar” envolve também ritos, adoração, veneração, sendo que rememorar a data da “Independência da Pátria” é uma forma de cultuá-la, de trazer à memória nomes a serem “sacralizados” (VENTURINI, 2008) e postos em circulação pelo jornal.

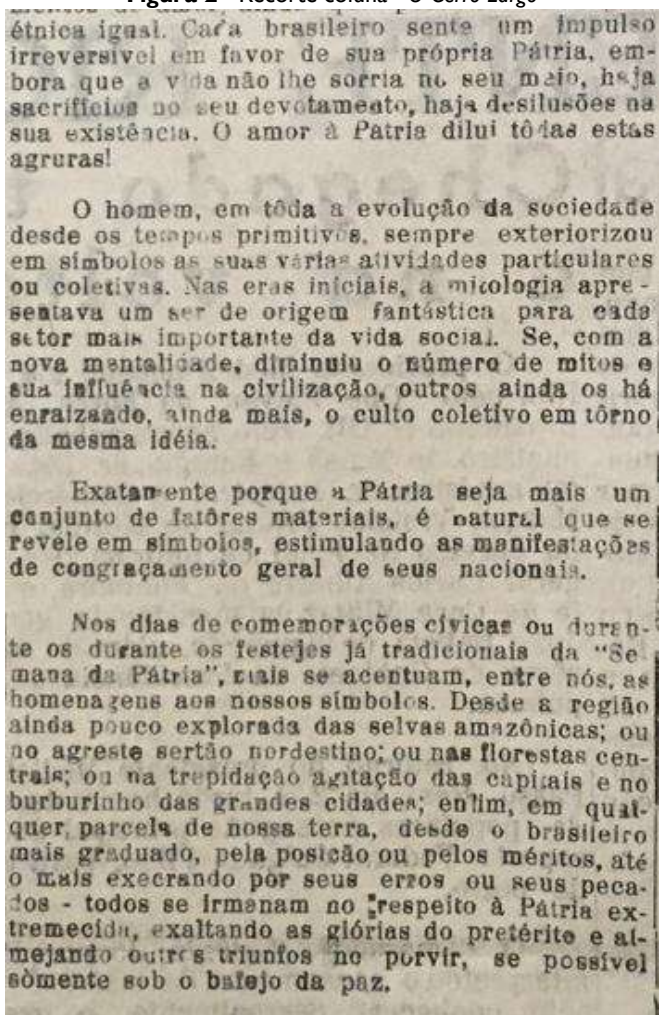
Os sentidos de “culto” e “intercâmbio espiritual” fazem comparecer, no discurso do sujeito, saberes filiados à FDRC. O culto, na tradição cristã ocidental, é marcado pela adoração ao divino (Deus) e pela representação de “mártires” que morreram em nome do Cristianismo/Evangelho. Assim, nas CPs do regime, a Pátria deveria ser cultuada, adorada e reverenciada. Seus mártires (citamos, como exemplo disso, Tiradentes) deveriam ser lembrados, comemorados e celebrados no espaço do jornal. A Pátria promove a união dos contemporâneos aos antepassados, em uma mesma “unidade e intercâmbio espiritual”, transmitida “aos pósteros, formando-se **uma cadeia infinita que se perde no passado e que não encontra limites no futuro**”. (grifos nossos).

Face a isso, observamos que o discurso religioso está presente nas discursividades em torno de Pátria, tanto na grande imprensa quanto na imprensa de interior (através de *O Cerro Largo*). Tal discurso buscou, à época, fazer uma “[...] reiteração sobre um mundo ideal, onde a crença religiosa compreendia a salvação necessária para o país e para o mundo” (SCHMITT, 2020, p. 203). Por meio dela, “[...] políticos brasileiros, bem como toda a sociedade civil, encontrariam os valores necessários para combater o comunismo, sempre associado ao mal, e retorno à

normalidade cristã” (SCHMITT, 2020, p. 203). É pelo culto – pela unidade sentimental – que Pátria poderia ser reverenciada e comemorada no evento de sua Independência.

Além disso, vislumbramos os efeitos de “culto” e “devoção” em outro recorte (RD2), no qual o amor à Pátria envolve o sacrifício do sujeito, que deve assujeitar-se aos comandos do Estado para ser considerado “brasileiro”, conforme verificamos em:

**Figura 2 - Recorte coluna - O Cerro Largo**



étnica igual. Cada brasileiro sente um impulso irreversível em favor de sua própria Pátria, embora que a vida não lhe sorria no seu meio, haja sacrifícios no seu devotamento, haja desilusões na sua existência. O amor à Pátria dilui tôdas estas agruras!

O homem, em tôda a evolução da sociedade desde os tempos primitivos, sempre exteriorizou em símbolos as suas várias atividades particulares ou coletivas. Nas eras iniciais, a mitologia apresentava um ser de origem fantástica para cada setor mais importante da vida social. Se, com a nova mentalidade, diminuiu o número de mitos e sua influência na civilização, outros ainda os há enraizando, ainda mais, o culto coletivo em torno da mesma idéia.

Exatamente porque a Pátria seja mais um conjunto de fatores materiais, é natural que se revele em símbolos, estimulando as manifestações de congraçamento geral de seus nacionais.

Nos dias de comemorações civicas ou durante os durante os festejos já tradicionais da “Semana da Pátria”, tais se acentuam, entre nós, as homenagens aos nossos símbolos. Desde a região ainda pouco explorada das selvas amazônicas; ou no agreste sertão nordestino; ou nas florestas centrais; ou na trepidação agitação das capitais e no burburinho das grandes cidades; enfim, em qualquer parcela de nossa terra, desde o brasileiro mais graduado, pela posição ou pelos méritos, até o mais execrando por seus erros ou seus pecados - todos se irmanam no respeito à Pátria extremecida, exaltando as glórias do pretérito e almejando outros triunfos no porvir, se possível somente sob o bafejo da paz.

**RD2:** Cada brasileiro sente um **impulso irreversível em favor de sua própria Pátria**, embora que a vida não lhe sorria no seu meio, **haja sacrifícios no seu devotamento, haja desilusões na sua existência**. O amor à Pátria **dilui tôdas estas agruras!** [...] **desde o brasileiro mais graduado pela posição ou pelos méritos, até o mais execrado por seus êrros ou seus pecados – todos** se irmanam no respeito à Pátria estremecida, exaltando as glórias do pretérito e almejando outros triunfos no porvir, se possível sómente sob o **bafejo da paz**. Nestas manifestações de tôdos e de cada um dos patriótas, é como se a Pátria se condenasse nos **mitos clássicos**, numa síntese milagrosa e maravilhosa, sem necessidade de explicação, definição ou descrição, pois, no conceito lapidar de “Assis Brasil”, “Pátria sente-se, mas não se define, como não se definem os axiomas, as evidências primárias. Pátria é um sentimento, mais do que uma idéia. **Pátria é Pátria**. (O CERRO LARGO, N. 661, ANO 14, p. 01, 1970, grifos nossos).

Em RD2, há a produção de um efeito de “totalidade” no discurso do sujeito, o que pode ser explicitado em: “cada brasileiro sente um **impulso irreversível em favor de sua própria Pátria**”. (grifos nossos). É como se todos os “brasileiros” compartilhassem do mesmo sentimento em favor da Pátria, desde os mais graduados “pela posição ou pelos méritos” até os mais execrados “por seus erros ou seus pecados”. O que reúne os sujeitos, em uma ideia imaginária de “coletividade”, é o sentimento da Pátria. Entretanto, para servir à Pátria e ser o “bom patriota”, há sempre “**sacrifícios em seu devotamento**”, (grifos nossos), “**desilusões na sua existência**”, (grifos nossos), o que, em uma relação parafrástica, poderia ser substituído por: “sacrifício em favor da ordem constituída”, “sacrifício em favor do militares”, “sacrifício em favor dos deveres a serem cumpridos”, “sacrifício em favor da religião”, ou ainda, “desilusão em relação ao passado”, “desilusão com o modo de vida anterior ao regime”, “desilusão em relação à política”, sendo todas essas agruras diluídas por meio do denominado “**amor à Pátria**”. (grifos nossos). Em razão disso, a Pátria sintetiza a “unidade sentimental” que – em si – faz valer o sacrifício do sujeito e que dilui toda e qualquer desilusão sua em relação ao Estado.

No trecho “brasileiros execrados por seus **erros e pecados**”, (grifos nossos), os sentidos da FDRC comparecem no discurso do sujeito

pelo efeito do discurso transverso<sup>7</sup>, produzindo o efeito da “penitência”, da “transgressão”, da “falha”. Contudo, é o amor à Pátria que pode “redimir” os sujeitos em relação ao Estado e à Igreja, posto que se há pecado e há arrependimento, há perdão, há remissão. A Pátria é comparada também, nesse mesmo recorte, com os “mitos clássicos”, demonstrando sua dimensão espiritual: ela não precisa ser definida e nem explicada, mas apenas sentida, como observamos nos recortes: “Pátria sente-se, **mas não se define**, como não se definem os axiomas, as evidências primárias. Pátria é um sentimento, mais do que uma ideia. **Pátria é Pátria**”. (grifos nossos).

Nesse sentido, a Pátria não se reduziria a definições, mas estaria envolta em uma espécie de “sentimento do sujeito” (amor, reverência, carinho, respeito), unindo todos os “bons brasileiros”. É um apelo ao sentimentalismo, espaço propício ao funcionamento da dominação ideológica. Há, nessa direção, o efeito tardio de fundação de uma Pátria que já está posta no imaginário social, enquanto unidade “sentimental”, e que não precisa ser explicada e/ou definida, mas sim sentida, afinal, Pátria é Pátria.

## Considerações finais

Por meio das análises empreendidas, observamos como se organiza uma memória sobre “Pátria” que é “recuperada”, “retomada” e “atualizada” a cada 7 de setembro, de modo a reunir “nomes” e “eventos” a serem comemorados pelos denominados “cidadãos brasileiros”. São determinados, concomitantemente, “valores” e “interesses” comuns que perfazem o imaginário do que seria um “bom cidadão-patriota” para o regime militar, tais como: a liberdade, a moral,

---

<sup>7</sup> O funcionamento do interdiscurso enquanto efeito do discurso transverso encontra-se no eixo paradigmático (da constituição). Por meio dele, “[...] ressoam no eixo da formulação saberes desde o interdiscurso, e que permanecem deslinearizados e dependentes da inscrição de sujeitos a dizeres e a saberes próprios dos lugares que sustentam a FD dominante, a qual interpela esses sujeitos” (VENTURINI, 2008, p. 96). O discurso transversal, por isso, não está na linearidade do dizer, como o pré-construído, mas sim no exterior, de maneira que “[...] há o atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentido contrários à homogeneização”. (VENTURINI, 2008, p. 64).



a democracia, o apreço pela família e pela religião e o respeito à soberania diante da Pátria brasileira.

Produzindo um efeito de coletividade, *O Cerro Largo* trabalha na construção de uma ideia de Pátria “una”, “indivisível”, que pertenceria a todos os brasileiros, desde que fosse feito o sacrifício em seu nome, a devoção, o culto, pois ela “diluiria” todos os confrontos, discórdias e amarguras. Há o atravessamento do discurso religioso, isto é, dos saberes próprios à FDRC que comparecem nos recortes, produzindo efeitos de sentido. Além disso, é pela construção de “heróis nacionais” que há a rememoração de passado “mítico”, em que se celebram e sacralizam nomes. A Pátria configura-se, então, como essa “unidade sentimental” que reúne os sujeitos e que não pode ser definida. Produz-se, assim, uma ilusão de “homogeneidade” frente à heterogeneidade, um processo que se dá pelo efeito do ideológico na língua, na ilusão de conseguir anular as diferenças e contradições, constitutivas do sujeito/discurso.

Relacionando-se à atualidade, podemos observar que esses discursos retornam de modo muito forte, repetindo-se nas atuais formas de governabilidade. Em um mundo neocapitalista, em que se busca apagar as diferenças em nome de uma “unidade” e que as fronteiras são mais ideológicas do que físicas, precisamos refletir sobre as disputas de poder e de dominação.

Como exemplo disso, observamos os conflitos militares envolvendo a Guerra entre a Ucrânia e a Rússia, os quais iniciaram no final de fevereiro de 2022 e têm demonstrado um jogo de interesses político/econômicos em defesa da denominada “Pátria” e do “Estado”. A Rússia, governada por Vladimir Putin pretende, com os conflitos armados, impedir que seus domínios de influência política e econômica sejam reduzidos, anunciado uma Guerra em nome de um “Governo forte”, capaz de garantir suas áreas de influência. Busca impedir, dessa forma, a Ucrânia, país declarado como “inimigo” de ingressar na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ancorado no discurso de “defesa do território” e de “ameaça”, uma violência conhecida pelos brasileiros que viveram algo assim nas décadas de 1960/1970 com o regime militar brasileiro. Além disso, há o atravessamento do discurso religioso para tentar legitimar a Guerra, quando Putin, em discurso proferido em 18 de março, cita a Bíblia.

Ele afirmou: “É isso que eu penso, que não há amor maior do que alguém dar a sua alma pelo seu amigo. Nós podemos ver o que nos guia durante o curso dessa operação”, O versículo citado por Putin consta no capítulo 15 do livro de João. Putin destacou ainda que “Nossos homens estão lidando nessa operação ombro a ombro, ajudando e se apoiando, e se houver a necessidade, eles irão proteger um ao outro no campo de batalha”. Observamos, portanto, como Pátria retorna muito presente nos conflitos e nas formas de dominação atuais.

## Referências

- BORIS, F. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. F. (org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, v. 1, p. 1-335.
- ORLANDI, E. P. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Editora Pontes, 1993.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 12. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2015.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4. ed. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1982] 2014a, p. 57-67.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014b.
- SCHNEIDERS, C. M. Serafim da Silva Neto: entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. 2014. 218 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3988>.
- SCHMITT, E. O discurso religioso da imprensa do interior em tempos de ditadura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 17, n. 1, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2020v17n1p194>.

VENTURINI, M. C. *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano*. 2008. 235 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3952>.

VENTURINI, M.C. *Imaginário urbano: espaço de rememoração /comemoração*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, M. C. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, I., SILVA, É. (org.). *Língua(gens) em discurso: a formação de objetos*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2014, p. 119-136.

## **Minicurrículo**

**Yasmin Schreiner Heinzmann** é mestra em Letras – área de concentração Estudos Linguísticos – pela Universidade Federal de Santa Maria (2022). Possui graduação em Letras – Português e Espanhol – pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2020). Durante a graduação, foi bolsista FAPERGS de Iniciação Científica, e, no Mestrado, foi bolsista CAPES, participando de pesquisas no interior do grupo PALLIND (UFSM), do qual faz parte até os dias atuais. É professora e empreendedora da Aprimora, espaço de aulas particulares e reforço escolar.

# Língua, história e memória no espaço urbano de Guarani das Missões/RS

Letícia Martins (UFFS)  
Caroline M. Schneiders (UFFS)

**Resumo:** Buscou-se compreender a constituição do espaço urbano de Guarani das Missões, município situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), uma vez que a cidade é marcada por uma diversidade linguística e cultural. Neste estudo, focaliza-se o modo como o espaço urbano é constituído por um imaginário em torno das línguas e culturas polonesa e italiana. Mobilizou-se, sobretudo, monumentos, a fim de compreender o funcionamento do histórico inscrito nesse espaço, bem como o efeito ideológico que produz a circulação dessas línguas e culturas. O desenvolvimento da pesquisa foi embasado na Análise de Discurso de linha materialista.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; Memória. História; Guarani das Missões.

## Introdução

Atualmente, os espaços urbanos caracterizam-se pela circulação de diferentes discursos ou saberes que os constituem e produzem sentidos. Considerando esses discursos em circulação, a presente reflexão interessa-se pelo espaço urbano<sup>1</sup>, o qual constitui-se a partir da relação entre diferentes línguas e culturas.

Dessa forma, objetiva-se compreender a constituição do espaço urbano de Guarani das Missões, município situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que a cidade é marcada, sobretudo,

---

<sup>1</sup> A presente reflexão foi realizada junto ao Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2020.

pelas colonizações polonesa e italiana.<sup>2</sup> Assim, trata-se de um lugar determinado por uma diversidade linguística e cultural.

Para a realização deste estudo, constituiu-se um arquivo de pesquisa, o qual é composto por diferentes materialidades, como documentos oficiais (decretos-leis, documentos sobre o ensino da língua polonesa), nomes de ruas, monumentos em homenagens à etnia polonesa, além de espaços culturais. Tais materialidades permitem observar como ocorre a relação entre línguas e culturas nesse espaço urbano específico. Para o desenvolvimento dessa reflexão, mobilizou-se, em especial, monumentos vinculados às etnias polonesa e italiana, a fim de compreender o modo como se relacionam com o espaço urbano, ancorando-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) e, como aparato teórico-metodológico, foram mobilizados os conceitos de discurso, sujeito, memória discursiva, comemoração, rememoração e condições de produção.

A presente pesquisa buscou explicitar como o espaço urbano constitui-se e produz sentidos, a partir da relação entre línguas e culturas. Sendo assim, o estudo proposto tem grande relevância social, pois procura dar visibilidade ao espaço urbano, em especial ao espaço urbano do município de Guarani das Missões/RS, o qual é marcado por uma diversidade cultural e linguística. Adicionalmente, busca contribuir para preservar a história linguística e cultural da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

## **Pressupostos teórico-metodológicos**

Segundo a perspectiva discursiva, entende-se que a linguagem não é transparente e que ela possui múltiplos sentidos. De acordo com Orlandi (2012), a Análise de Discurso (AD) ensina a interpretar sob a superfície opaca e ambígua do texto, oferecendo um dispositivo teórico que permite analisar os efeitos de sentido, bem como o político, sendo um campo sempre aberto a novas interpretações e gestos de leitura.

---

<sup>2</sup> O município de Guarani das Missões também é marcado pela colonização de outras etnias, como suecos, alemães, russos, portugueses, tchecoslovacos, austríacos, espanhóis, ucranianos, mas o foco desta pesquisa é sobre as etnias polonesa e italiana.

Para Orlandi (2012, p. 15), “o discurso é onde observa-se a relação entre língua e ideologia, que estão em pleno movimento; através dele, observam-se as simbologias entre locutores, ou seja, como a língua produz efeitos de sentido para os sujeitos”. Para a AD, a ideologia é essencial para a constituição do sujeito e do discurso, uma vez que interfere na constituição de sentidos, bem como a língua, visto ser a base material do discurso. Orlandi (2012, p. 17), retomando Pêcheux (1975), destaca que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado como sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Nesse sentido, considera-se que a ideologia exerce um papel fundamental tanto na constituição do sujeito como na do discurso. Entende-se que somos “afetados” pelas ideologias presentes na sociedade, e estas fazem-se presentes nas diversas interpretações realizadas, diante das distintas situações, porque tudo é plausível de interpretação.

Assim, uma palavra pode significar uma coisa para um sujeito e outra coisa para outro sujeito, guiando as maneiras de decifrar ou analisar as exterioridades que nos cercam em diversas situações, isto é, através delas constituem-se os sujeitos e os sentidos (ORLANDI, 2012, p. 46). A ideologia está vinculada à exterioridade histórica que cerca os sujeitos, ou seja, aos contextos em que eles estão inseridos, além da relação linguagem e mundo.

Como dito anteriormente, o discurso é plausível de interpretação; além disso, cabe salientar que os dizeres, bem como seus sentidos, são formulados em determinadas condições de produção. Por outras palavras, em determinadas conjunturas ou contexto sócio-histórico e ideológico. A constituição do discurso é determinada pela memória discursiva ou interdiscurso, e é nesse lugar que se constituem os objetos de que os sujeitos falantes se apropriam na construção de seus enunciados, assim como as articulações entre eles.

Esta memória discursiva é compreendida como uma rede de ideias que estão disponíveis e que conduzirá a constituição do discurso. Não vem a ser uma memória psíquica ou cognitiva, mas sim uma memória determinada pela exterioridade. Ou seja, o dizer está ancorado em dizeres outros. Segundo Orlandi (2012, p. 29), a memória discursiva é “o

saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que está na base do dizível”.

Do mesmo modo, entende-se que o objeto de estudo, as materialidades representativas das etnias polonesa e italiana, não são neutras, elas têm sua carga histórica e ideológica que se manifesta no modo como o lugar se discursiviza, de acordo com já-ditos (dizeres outros) que retomam e significam esse espaço urbano.

Porém, esse espaço não está somente (re) significado de dizeres outros, não está em funcionamento somente a memória discursiva, mas também uma memória de arquivo ou institucionalizada:

No arquivo o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relação de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer, o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que se pode dizer e mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação, de completude [...] Enquanto arquivo, a memória tem a forma de instituição. O dizer nessa relação é relativamente curto, datado. Reduz-se ao contexto, à situação da época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, a memória é historicidade, a relação com a exterioridade alarga, abre para o outro sentido, dispersa, põe em movimento. (ORLANDI, 2016, p.172).

Esses dizeres sobre o espaço urbano, como os monumentos (as estátuas, as festividades, as aulas de línguas), são apresentados nesta pesquisa estando ancorados em uma memória institucionalizada ou de arquivo, pois, através de documentos (legislação), estabilizam-se sentidos a respeito da representatividade do local, fazendo ecoar tais discursos na temporalidade. Mesmo que tenham sido institucionalizados em dado período histórico e ideológico, através da memória discursiva, esses dizeres retornam e (re)significam pelo discurso das representatividades ou monumentos.

O viés discursivo possibilita observar os diversos discursos que circulam nos espaços sociais, o que é dito a partir de uma formação discursiva ou outra, e, também, o que não é dito (silenciado). Ou seja, por meio da análise do objeto de estudo, pode-se salientar o destaque a uma etnia mais que a outra, a presença ocultada de materialidades até

dado período que destacasse a descendência italiana; esse esquecimento tem questões políticas e ideológicas, esse silenciamento não é algo neutro.

As formas de silêncio a que nos referimos, segundo Orlandi, são:

[...] a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; b) a política do silêncio, que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as 'outras' palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 2007, p. 24).

Assim, dito em outras palavras, há formas de significar, e elas dependem das relações com o mundo, como já falado, o sujeito inscreve-se em determinada FD e ela produzirá efeitos de sentido, que refletem na constituição do fio do seu discurso; então ele pode dizer de uma maneira e não de outra, utilizar determinadas materialidades e não outras, e o silêncio que não é visível está nas tramas das palavras; esse é o silenciamento a que nos referimos, o ideológico. Para AD, “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”. (ORLANDI, 2007, p. 31)

Refletindo sobre o arquivo de análise, tendo em vista que o município é, na sua maior parte, composto por descendentes de poloneses, a materialidade discursiva predominante será tal qual, pois os indivíduos já nascem e são interpelados pela ideologia dominante; porém, aos poucos, surge a representatividade italiana, através dos seus descendentes, e vai construindo seu espaço sócio-histórico. Dessa forma, “Ainda podemos salientar que o silêncio é parte da experiência da identidade, pois é parte constitutiva do processo de identificação” (ORLANDI, 2007, p. 49).

Nesta pesquisa, como o olhar volta-se para diferentes materialidades que constituem o espaço urbano, também interessa trabalhar com as noções de comemoração/rememoração, as quais, segundo Venturini,

[...] não se materializam somente por enunciados verbais, mas também por imagens e gestos que constituem os rituais comemorativos [...]. Essa



prática comporta eventos espacializados e temporalizados. Ocorre e refere-se às formações sociais e a sujeitos que nela vivem e constroem realidades sociais por processos de legitimação e por traços de identificação. Ela faz funcionar o imaginário dos sujeitos em relação a eles mesmos, ao espaço e patrimônio que os constitui como sujeitos. (VENTURINI, 2009, p. 33).

Para a autora, a comemoração dos eventos temporais é institucionalizada conforme interesses das formações sociais e seus contratos sociais. Enquanto que, no discurso da repetibilidade, observamos o funcionamento da rememoração, que faz circular sentidos institucionalizados. Venturini (2009), retomando Pêcheux (1997, p.160), entende que as formações discursivas atuam como normatizadoras desse funcionamento, determinam o que o sujeito pode, deve fazer ou dizer a partir de um determinado lugar.

Em outras palavras, para compreender a comemoração/rememoração, deve-se, em primeiro plano, institucionalizar devido nome ou evento conforme o interesse das formações sociais e seus contratos pré-estabelecidos. Segundo Venturini (2009), isso permite pensar que a constituição de um imaginário urbano atende à demanda da formação social, que se torna prática social pelos processos de naturalização e legitimação.

No município estudado, pode-se observar vários monumentos e datas comemorativas institucionalizadas, a fim de manter as tradições, ou, como define Venturini, os processos de legitimação ou identificação dos sujeitos em relação ao seu patrimônio ideológico-histórico. Por exemplo, a Polfest - Festa Típica Polonesa, institucionalizada por lei, em 1996, e o “Dia da Etnia Italiana”, da mesma maneira documentada por lei, em 2014.

Venturini (2009) destaca que “a rememoração funciona como memória em relação ao discurso de comemoração”, a comemoração é a celebração de um nome ou de um evento passado, que se mantém pelo interdiscurso nos sujeitos e pelos efeitos pré-estabelecidos. Desse modo, na AD, a rememoração funciona como memória e a comemoração como atualidade. Então, após institucionalizados os eventos, ocorre, no entender de Venturini, a comemoração, que é a manutenção da cultura imposta pela institucionalização.

Além disso, é importante para compreender a memória que constitui o espaço urbano de Guarani das Missões, destacar o que se entende por nomeação, a qual possui um funcionamento vinculado ao que compreende-se por designação. Para tanto, cabe a lição de Guimarães:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. (GUIMARÃES, 2003, p. 53).

Para o autor, a nomeação é vista como o ato de nomear, de dar nome a algo ou a alguma coisa; já a designação estaria vinculada à questão da relação desse nome com o mundo, com outros nomes, à significação que possui, estando ligada não somente ao linguístico, mas também ao histórico.

No espaço urbano estudado, pode-se perceber que são realizadas nomeações, impostas por documentos oficiais, os quais na realidade não só nomeiam, mas designam nomes por meio do funcionamento da memória e da história na construção de sentidos, formam uma memória institucionalizada que (re) significa-se na temporalidade.

Tendo isso em vista, a presente pesquisa focaliza os discursos que constituem o “imaginário urbano” da cidade de Guarani das Missões/RS, em torno da cultura polonesa e do surgimento, aos poucos, da cultura italiana, até a alguns anos silenciada; além dos processos de identificação decorrentes do imaginário em torno destas culturas. Dessa forma, interessa como as materialidades no espaço urbano contribuem para o processo identitário do município em questão, criando um imaginário urbano a partir da rememoração e comemoração das culturas e línguas que nele circulam.

### **Breve histórico de Guarani das Missões**

A colonização do município de Guarani das Missões/RS iniciou no ano de 1891, com o nome de Núcleo Comandáí. Os primeiros

colonizadores foram os suecos, depois os poloneses e os nativos, e, em seguida, italianos, alemães, russos, portugueses, tchecoslovacos, austríacos, espanhóis, ucranianos e outros. Embora o município seja marcado por essa diversidade de povos que o colonizaram, predomina o povo polonês, inclusive sendo o município conhecido como Capital Polonesa dos Gaúchos, com seu pórtico de entrada da cidade estruturado em estilo polonês.

O município foi nominado de diferentes modos, sendo nomeado Guarani das Missões desde 1950, cujo nome é de origem indígena, por ser uma região onde habitavam os índios Guaranis. A posse do primeiro prefeito, Clemente Soltis, e da Câmara de Vereadores foi no dia 27 de Maio de 1959, data em que é comemorado o dia do município.

Cabe salientar que o município, desde 1996, através de Lei Municipal nº 2.399, de 09 de novembro de 2009, é considerado a **Capital Polonesa dos Gaúchos**, por ser o maior centro de colonização polonesa do país. Nesse mesmo ano, cria-se a Festa Típica Polonesa (POLFEST) e iniciam os trabalhos a fim de intensificar a valorização da língua, patrimônio imaterial, e cultura dessa expressiva etnia.

Também, a cada ano, no último domingo de agosto, a fé católica é demonstrada na Romaria de Nossa Senhora de Czestochowa (Monte Claro), Padroeira da Polônia, até o Santuário localizado no interior do Município, na Linha Bom Jardim. O local foi declarado Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, há o incentivo à construção de prédios e reformas que mantenham viva a arquitetura polonesa de Guarani das Missões, isentando o pagamento de impostos (IPTU) às respectivas moradias. Há também, nesse espaço urbano, a presença de casinhas em estilo polonês, como o Centro de Informações Turísticas; Palanque Oficial da Praça João Paulo II; Paradas de Ônibus. A Sociedade Cultural Guaraniense destaca-se através da arquitetura da Casa Polonesa, inaugurada do ano de 2000, sendo sede do grupo folclórico polonês Águia Branca e local para as mais diversas atividades culturais. Foi construída com recursos disponibilizados pela Polônia, através da representatividade Brasileira Polonesa do Brasil (BRASPOL) de Guarani das Missões, mantendo contatos com o consulado.

Assim, a BRASPOL consagra-se revivendo as tradições polonesas, com a construção de sua sede típica estilizada. Sendo a primeira sede da Braspol no Brasil, fortalece os vínculos com a Polônia, através do consulado, podendo realizar intercâmbios de estudantes, bem como solicitar ajuda de recursos para manutenção da cultura viva da Polônia em Guarani das Missões. Nos últimos anos, está em andamento a relação de intercâmbio nas universidades da Polônia, permitindo aos jovens conhecer o país de seus antepassados. Outro aspecto importante refere-se à preservação da língua polonesa, a qual faz parte do currículo escolar das escolas de Ensino Fundamental, como consta na Lei Orgânica do Município.

Já sobre a colonização italiana, os imigrantes que chegaram à Colônia Guarani vieram das antigas colônias italianas. Não eram em número significativo, no total, 533 italianos, algumas famílias com muitos filhos e outros solteiros. Muitos foram arregimentados pela Comissão de Terras e Colonização para os trabalhos de demarcação de lotes, abertura de estradas e construção de barracões. (POLANCZYK, 2010)

Em 1898, chegaram os primeiros imigrantes italianos na então Colônia Guarani, onde hoje localiza-se o município de Guarani das Missões. Conforme registros da época, a primeira família italiana a se estabelecer foi a de Giuseppe Tonin, no dia 30 de março de 1898. Em seguida, chegaram outras famílias: Feversani (27 de maio), Colpo e Rigodanzo (18 de agosto). Em 1899, apareceram as famílias Zordan, Giordani, Sandri, Zorzo, Dani, Salet e Lubini. Em 1908, veio a família Gottardo e, em 1915, a família Dugatto. Todas elas estabeleceram-se na hoje chamada Linha Botocudos, Capela São Marcos. Junto à capela e à escola formaram a primeira comunidade italiana católica de Guarani das Missões (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2004)<sup>3</sup>.

A comunidade São Marcos, hoje, segue sendo reconhecida como mantenedora das tradições italianas, com seu tradicional jantar ou café italiano, em que a própria comunidade prepara os pratos típicos italianos, herança deixada pelos seus antepassados. Nas proximidades, também

---

<sup>3</sup> Trata-se de um livro intitulado *Povoadores da Colônia Guarani 1891-1922*, publicado pela instituição Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado da Cultura, no ano de 2004.

encontra-se o cemitério, o qual tem predomínio da etnia italiana, memória arquivada dos antepassados. Além dessa comunidade, com grande presença de descendentes italianos, destaca-se a Linha Porto Alegre, a qual também é preservadora da cultura imigrante. Na localidade, também são desenvolvidos almoços e jantares típicos italianos.

Em 21 de janeiro de 2009, foi fundada a Comunità Guaraniense Fratelli D'Italia, tendo como um dos objetivos a representatividade da etnia italiana em Guarani das Missões. A entidade contou com 61 associados fundadores.

Para atender aos objetivos sociais da entidade foi realizada, no dia 1º de agosto de 2009, a Noite Italiana, primeiro evento promovido pela entidade, sendo realizado anualmente sempre no primeiro sábado do mês de agosto, tornando-se um evento tradicional no município.

Desde outubro de 2009, para auxiliar na difusão da cultura italiana, o programa radiofônico "*Dolce Terra Mia*", produzido, organizado e apresentado pela Direção de Comunicação da entidade, é veiculado todos os sábados às oito horas, pela Rádio Aliança FM, e objetiva o resgate, a preservação e a valorização da cultura italiana, presentes no município de Guarani das Missões.

Também com o objetivo de resgatar a cultura e a religiosidade dos imigrantes, no dia 20 de maio de 2012, pela primeira vez foi comemorado, em Guarani das Missões, o Dia da Etnia Italiana no Estado do Rio Grande do Sul, sendo promovida a 1ª Missa em italiano, celebrada na Igreja Matriz e presidida pelo Padre João Nelson Loro. Na mesma oportunidade, foi realizado o lançamento da Campanha de Construção da Casa Italiana, com apresentação do projeto arquitetônico para a comunidade.

Em setembro de 2012, iniciaram-se os trabalhos de construção da Casa Italiana junto ao Parque Municipal de Eventos Clemente Vicente Binkowski. O projeto arquitetônico foi elaborado com características típicas da região noroeste da Itália e a cobertura foi projetada no estilo colonial italiano.

Enfatizando as finalidades da Comunità Guaraniense Fratelli D'Italia, também é realizado desfile típico, a fim de comemorar datas cívicas e religiosas do Brasil e da Itália. No ano de 2019, iniciaram-se os cursos de língua e cultura italiana para os associados.

## O espaço urbano de Guarani das Missões

Ao adentrar no espaço urbano de Guarani das Missões, logo avista-se, em seu pórtico de acesso, uma estrutura que remete ao estilo europeu, bem como, ao deslocar-se pelas suas ruas, observa-se paradas de ônibus, residências, casas das sedes culturais, casa paroquial, na sua maior parte em estilo polonês, além dos nomes das ruas, com sobrenomes poloneses, sendo algumas nomeadas com sobrenomes de outras etnias. A praça, recentemente renomeada para Santo João Paulo II, apresenta a estátua do Papa polonês João Paulo II, destacando a referência à religiosidade mantida pelos descendentes de europeus. Além disso, houve a institucionalização da Polfest - Festa Típica Polonesa, em 1996, e da língua polonesa como parte do currículo escolar nas escolas municipais.

Aprofundando a análise das materialidades apresentadas, cabe trazer o conceito de acontecimento, como propõe Guimarães (2005). Para o autor, a temporalidade de um acontecimento não é transparente; reporta-se, desde o princípio do estudo, que a linguagem não é transparente, logo, também o acontecimento não será. E o que vem a ser este acontecimento:

O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro, [...] este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar, [...] o acontecimento recorta um passado como memorável, [...] o acontecimento é sempre uma nova temporalização. (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Refletindo e relacionando com o *corpus* de análise, pode-se perceber vários acontecimentos temporalizados, os quais marcaram a história de Guarani das Missões e das etnias apresentadas nesta pesquisa. Os acontecimentos da etnia polonesa, como a nomeação do município de “Capital polonesa dos Gaúchos”, a oficialização da POLFEST - Festa Típica Polonesa, e a língua polonesa inserida nos currículos escolares municipais, assim como os acontecimentos da etnia italiana, com a criação da associação italiana Comunità Guaraniense Fratelli D’ Italia, a

construção da Casa Italiana, a oficialização do Dia da Etnia Italiana no município, são simbólicos e carregam sentidos múltiplos, uma temporalidade passada que altera o futuro, que não voltará a ser o mesmo a partir desses marcos históricos e institucionalizados.

Tendo isso em vista, os monumentos mobilizados são considerados como discurso, embasando-se no que Orlandi (2010, p. 2) considera: “uma estátua não fala mas produz discursos – são parte de seus sentidos”. Ou seja, monumentos (estátuas) são discursos que podem ser analisados, os quais são um lugar de memória e de interpretações que ressoam sentidos. Considerando isso e o fato de o espaço urbano analisado ser ocupado por esses discursos, será feita uma análise de alguns monumentos (estátuas, arquitetura urbana, festividades) que cultuam as etnias polonesa e italiana.

Os monumentos referentes à etnia polonesa analisados são: o monumento que se encontra junto à praça “Santo João Paulo II” (Figura 1), a qual é nomeada com o nome do Papa que está sendo homenageado em forma de estátua. A estátua foi colocada junto à praça Santo João Paulo II, em tamanho natural, no 41º Aniversário do município, em 26 de maio de 2000, sendo erguida como demonstração de fé e religiosidade do povo guaraniense, que demonstra admiração, respeito, gratidão e pede bençãos ao Papa polônês. Observou-se também a Estátua de Cezlau Mario Bienzanko (Figura 2), professor e pioneiro da cultura da soja em Guarani das Missões.

**Figura 1** – Estátua do Papa João Paulo II



Fonte: <https://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br/>

**Figura 2** – Estátua de Ceslau Mario Bienzanko



Fonte: Arquivo da autora.



Outros aspectos que visam lembrar e comemorar a etnia polonesa podem ser observados a partir da arquitetura e festividades, conforme as seguintes figuras:

**Figura 3 – Casa Polonesa**



**Figura 4 – Pórtico de entrada**



Fonte: <https://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br/>

**Figura 5 – Sede da BRASPOL em Guarani das Missões**



Fonte: <https://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br/>

**Figuras 6 e 7 – Santuário Nossa Senhora Czestochowa**



Fonte: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/848/santuاريو-nossa-senhora-czestochowa-.html>

**Figura 8 – Casa da Cultura Helena Carolina**



Fonte: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/844/casa-da-cultura-helena-carolina.html>

A casa abriga museu, biblioteca, videoteca, sala de leitura, sala de música, espaço para mostra de artes, local para ensaio do coral e salas para aula de polonês para a comunidade, sendo aberta à visitação de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

**Figura 9 – Grupo Folclórico Águia Branca**



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.phpfbid=954769584698390&set=t.100003361860169&type=3>

O Águia Branca, grupo folclórico típico polonês de Guarani das Missões, conhecido nacional e internacionalmente, com apresentações ricas em tradição, ritmos e cores, representa o município em inúmeros eventos desde 1968.

Destaca-se como um dos grandes eventos culturais do município a POLFEST, festa tipicamente polonesa, com realização de apresentações folclóricas, artesanato típico, gastronomia, resgates históricos, corais, conjuntos musicais e religiosidade.

Já sobre os monumentos da etnia italiana, considera-se que o espaço urbano não possui tantas representações dessa etnia em comparação com a cultura polonesa, observa-se que elas encontram-se mais no espaço interiorano, restringindo-se à arquitetura e festividades.

**Figura 10** – Capela da Comunidade São Marcos



Fonte: Arquivo de Dionisio Rigodanzo e família

**Figura 11** – Capela da Comunidade São Marcos nos dias de hoje



Fonte: Arquivo da autora.

**Figura 12** – Placa sinalizando a Comunidade São Marcos



Fonte: Arquivo da autora.

**Figura 13** – Construção em estilo italiano na Comunidade São Marcos



Fonte: Arquivo da autora.

**Figura 14** – Casa da Etnia Italiana na cidade de Guarani das Missões



Fonte: <https://www.facebook.com/Comunit%C3%A0-Guaraniense-Fratelli-DItalia-580041945344912/photos>

**Figura 15** – Primeira caminhada da Comunita Guaraniense Fratelli D'Italia – comemoração dos 140 anos de imigração italiana no Estado - 20 de maio de 2015.



Fonte: Arquivo de Vinicius Giordani.

## **Gestos de interpretação e efeitos de sentido**

A partir das materialidades observadas no espaço urbano, sentidos são produzidos, ressoando historicidade e fixando determinados efeitos. Na AD, esse processo ocorre através da memória discursiva (MD) e da memória institucionalizada (MI), buscando dar visibilidade a um determinado imaginário, tendo por base determinada língua e cultura; no entanto, observa-se que o saber urbano não é homogêneo, é constituído por outras línguas e culturas que aí circulam.

Como já apresentado anteriormente, a MD ou interdiscurso vem a ser responsável pela constituição do discurso; nela estão armazenadas as possibilidades de construção do fio do discurso; essa é uma memória influenciada pela exterioridade, em dizeres outros, ou já-ditos, e ancorados em determinada Formação Discursiva (FD).

Nos monumentos apresentados, pode-se compreender os efeitos de uma MD que ressoa a historicidade do município em questão, desde a maciça imigração polonesa há muitos anos, até os seus descendentes nos dias atuais. Os monumentos e outros aspectos aqui apresentados estão carregados de simbologia histórica e ideológica, são recortes de uma história construída na temporalidade dos anos, a fim de manter viva as raízes étnicas.

Além dessa memória, que é constitutiva dos discursos e estruturada pelo esquecimento, é importante compreender o funcionamento de uma memória institucionalizada, a qual se fixa por meio dos documentos oficiais. Esses documentos, datados e registrados em determinado período, buscam fixar dizeres e sentidos por meio de uma memória que não se apaga, que é mantida pelo documento, uma memória de arquivo.

Fazendo um paralelo entre a MD e a MI, percebe-se que, enquanto a primeira relaciona-se com as possibilidades de constituição do fio do discurso, este estando afetado pela exterioridade, historicidade, condições de produção, a segunda encontra-se na linha do arquivado e realizado.

Entende-se que o funcionamento da MI está vinculado aos conceitos de comemorar e rememorar, pois, através da institucionalização, o arquivo deixa registradas e marcadas as datas que serão rememoradas e comemoradas pela temporalidade.

Segundo Venturini (2009, p. 30), “O que é tido como normal legitima-se por um discurso anterior, de rememoração, que faz circular sentidos institucionalizados no eixo da formulação pelo funcionamento da memória e realiza-se pelas coerções sociais imputadas a grupos.” Por vezes, os sujeitos acreditam serem donos do seu dizer, mas, na realidade, estão inscritos em determinada formação discursiva (FD) por questões identitárias e reproduzem certos discursos. Assim, Guarani das Missões é marcada pela miscigenação de etnias; contudo, vive discursos de repetibilidade, identificando-se como “Capital Polonesa dos Gaúchos”.

Quando o histórico do município e das etnias é apresentado, pode-se perceber o ato institucional em primeiro plano, criando suas associações, para depois a construção de suas sedes e institucionalização de datas para suas festividades, bem como a valorização pelo ensino do idioma correspondente. Essas materialidades discursivas buscam ressoar uma historicidade na temporalidade, e, através da MI, fixar um espaço ideológico e representativo. As imagens das construções típicas polonesas e italianas, das festas típicas, também são materialidades discursivas, que permitem uma memória de arquivo.

Como pode ser percebido, a presença predominante de monumentos remete à etnia polonesa: as casas em estilo polonês; a religiosidade (marcada pelo Papa polonês); o Santuário de Nossa Senhora

de Czewstochowa; a língua polonesa inserida no currículo escolar; o Grupo Folclórico “Águia Branca”, com suas danças típicas polonesas; a POLFEST - Festa Típica Polonesa, institucionalizada em 1996. O espaço urbano move-se em torno da cultura e história de seus antepassados.

Porém, ao adentrar na região interiorana de Guarani das Missões, Comunidade São Marcos, logo percebe-se uma placa (Figura 13) nas cores da bandeira italiana, verde, vermelho e branco, marcando que, desde 1898, esse local é povoado, na maior parte, pela etnia italiana, ressoando sua cultura através da arquitetura da igreja e das casas, das festividades que ocorrem na sede da comunidade, da gastronomia italiana.

Compreende-se que o espaço urbano em análise é marcado por um discurso hegemônico, sobretudo, até o ano de 2009, momento em que outros dizeres e cultura ganham visibilidade no espaço urbano de Guarani das Missões. É através de atos institucionalizados que se inscrevem na história acontecimentos que (re) organizam os sentidos no espaço urbano analisado.

Considera-se que os sujeitos que se inserem nesse espaço urbano passam a inscrever seus discursos em outros domínios de saber, (de)marcando seus espaços identitários na colônia Guarani, que passa a não só ser representada por uma cultura e ideologia hegemônica. Assim, circulam no espaço urbano outras formas de representatividade e identificação, rompendo com discursos ideologicamente e historicamente estabilizados.

Para reforçar a explanação anterior, embasa-se em Pêcheux, que entende que

[...] uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários [...] a propósito da ideologia, trata-se de pensar a contradição de dois mundos em um só. (PÊCHEUX, 1980, p. 192).

Apresentando, anteriormente, o breve histórico dos trajetos percorridos pelas etnias polonesa e italiana até os dias atuais, são perceptíveis as diferenças ideológicas, bem como os discursos ali inscritos.

Os descendentes de italianos, em Guarani das Missões, iniciam seus trabalhos com maior representatividade após criar sua associação, em



2009, bem como a construção da sede própria “Casa Italiana”, a institucionalização do “Dia da Etnia Italiana em Guarani das Missões” e o curso de Língua Italiana aos associados interessados. Enquanto a etnia polonesa possui uma circulação diferenciada no espaço urbano, por meio de monumentos que ecoam sua cultura, instaurados há anos na cidade e rememorados dia-a-dia.

Enquanto a imigração polonesa foi marcante, com representação de autoridades, e construiu suas memórias discursivas ao longo dos anos por meio de uma conjuntura histórica concreta, ocorreu o apagamento de outras culturas que não possuíam o mesmo espaço político para construir suas materialidades discursivas. Essas foram silenciadas, a nosso ver, por causa da criação de um espaço urbano ideológico imaginário, assim os sujeitos foram encaminhados na temporalidade a identificar-se com uma cultura imposta pelo contexto sócio-histórico dominante.

É através da historicidade, nesse local, que pode ser encontrado um processo discursivo marcado pela produção de sentidos, que apaga as demais culturas, mantendo-as em segundo plano, processo esse que as colocou em silêncio.

Para a AD, o acontecimento que ocorre na temporalidade, por exemplo, nesta pesquisa, o caso de a etnia italiana sair do silenciamento ideológico, imposto pelo contexto sócio-histórico, começa a ter visibilidade através dos atos de institucionalização de sua cultura.

As mudanças que ocorrem, a partir de 2009, nas práticas discursivas do município, as quais permitem um espaço urbano à etnia italiana, não alteram a designação da cidade com “Capital polonesa dos gaúchos”, tampouco o apagamento das materialidades polonesas enraizadas; aqui pode-se retornar ao termo da política do silêncio (silenciamento) abordada por Orlandi (2007, p. 53): “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros sentidos’. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos”.

Dito de outra maneira, a política do silêncio ou silenciamento, ocorre pelo que já foi abordado anteriormente, somos assujeitados ideologicamente e, ao inscrever-se em determinada FD, o sujeito utiliza, no fio do seu discurso, determinadas palavras/ideias e apaga outras, automaticamente silenciando-as.

Ao colocar no histórico do município que foi povoado por diversas etnias, a cidade não está negando a presença delas, porém, ao adentrar-se em suas mídias, como o site do município, além de *folders* impressos para visitantes, percebe-se uma política do silêncio (apagamento/silenciamento) dessas outras etnias, o que ocorre não totalmente, mas parcialmente. Pode-se, então, refletir sobre as representatividades maciças, que possuem descendência polonesa, podendo ser uma das explicações para esse jogo do silêncio.

Outro ponto que chama a atenção é o jogo das nomeações e designações nesse local, com predominância de nomes e representatividades masculinas no espaço urbano, podendo ser observadas e analisadas algumas materialidades discursivas, como as estátuas do Papa João Paulo II (Figura 1) e de Ceslau Mario Bienzanko (Figura 2), as duas localizadas na praça da cidade. Entre várias materialidades apresentadas, somente duas remetem a identidades femininas, o Santuário Nossa Senhora de Czestochowa e a Casa da Cultura Helena Carolina.

Segundo Orlandi (2010, p. 2), “Uma estátua, que aqui tomamos como discurso, não significa apenas em si. Ela não fala, mas produz discursos, os quais são parte de seus sentidos”. Ou seja, as estátuas citadas anteriormente remetem a discursos múltiplos, como a estátua do papa polonês, a religiosidade presente na cultura imigrante e mantida/fixada através dessa materialidade, a figura de um gênero masculino como marco representativo, destacando-se a estátua de Ceslau Mario Bienzanko, professor que trouxe o desenvolvimento da cultura da soja, incentivador da economia agrícola no município.

Esse recorte de memória institucionalizada na temporalidade desencadeia jogos de petrificação de fatos e pessoas significativas em uma sociedade predominada por representatividades masculinas e de uma só cultura/etnia. Conforme Guimarães (2005), “os nomes de espaço na cidade, e o que os acompanha, não só ocupam lugar neste espaço de vida, como lhe dão sentidos e constroem de algum modo esta geografia. Identificam-na”. Trata-se, portanto, do funcionamento da comemoração e da rememoração, permitindo o encontro de uma memória com uma atualidade e fazendo com que a memória não seja apagada ou silenciada, pois encontra-se em espaço de destaque social.

Tendo em vista o exposto, cabe considerar que esse espaço urbano possui um imaginário, aqui analisado, que se torna ideologicamente imposto aos cidadãos que reproduzem esses dizeres institucionalizados na temporalidade. Porém, não há ritual sem falhas, como pode ser observado por meio de outros dizeres e cultura que passam a significar o espaço urbano de Guarani das Missões.

### **Considerações finais**

Como pode ser percebido, a rememoração/comemoração, que foi abordada nesta pesquisa, tratando-se do espaço urbano de Guarani das Missões, uma cidade marcada pelas colonizações polonesa e italiana, um lugar determinado por uma diversidade linguística e cultural, possui marcas territoriais que são expressas pelas suas materialidades discursivas. Elas não são só verbais, mas também marcadas por imagens (registros fotográficos), monumentos, nomeações, festividades, que constituem os rituais comemorativos e materializam-se.

Cabe salientar que, por vezes, a expressiva presença de representatividades polonesas, as quais são determinadas por acontecimentos temporais, aponta para a compreensão da articulação entre o simbólico e o político, as relações de sentidos e forças que atravessam a sociedade. No espaço estudado, há predominância de um lado étnico e de representatividade patriarcal, não havendo como omitir que é um processo de identificação e institucionalização que reflete na sociedade e na história. Como destaca Orlandi (2012, p.17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Assim, essa reflexão objetiva dar visibilidade à diversidade linguística, porque, muitas vezes, ela é esquecida em função de o espaço urbano ser marcado por um discurso dominante. Por mais que se abra espaço de representatividade para as demais entidades e etnias, possui marcas claras e evidentes da predominância da representatividade descendente polonesa. Portanto, observa-se que o espaço urbano de Guarani das Missões é um local onde a diversidade e a heterogeneidade de discursos impera; no entanto, sempre haverá um determinado domínio de saber e discursos que se sobressaem a outros.

## Referências

- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano. *Letras*. Santa Maria, n. 26, p.53-62, 2003.
- Governo do Estado do RS. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo histórico do RS: Povoadores da Colônia Guarani 1891-1922. *Correio Riograndense*, 2004.
- INDURSKY, F. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *Anais do SEAD*, UFRGS, 2016.
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Revista Organon*, Porto Alegre: UFRGS, V.17, n.35, p.01-21, 2003.
- NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias Linguísticas. *Revista Letras: Língua, Sujeito e História*, nº 37, v. 18, n.2, jul./dez., p.107-124, 2008.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v1,n1, jul/2010.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: Sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* (1975). Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 6.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. Remontémonos de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. *El discurso político*. México, *Nueva Imagen*, 1980.
- POLANCZYK, A. J. *O imigrante polonês e a colônia Guarany*. Porto Alegre: Renascença, 2010.
- VENTURINI, M. C. *Imagário urbano: espaço de rememoração/ comemoração*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009.

## **Minicurrículo**

**Letícia Martins** é graduada pelo Curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Atualmente, é professora da rede estadual de ensino. E-mail: [leticiatatianamartins@hotmail.com](mailto:leticiatatianamartins@hotmail.com)

**Caroline Mallmann Schneiders** é Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. E-mail: [caroline.schneiders@uffs.edu.br](mailto:caroline.schneiders@uffs.edu.br)

## **Santo Ângelo, “A capital missioneira”: memória e história no espaço urbano da praça Pinheiro Machado**

Hilary de Lima Maciel (UFFS)  
Luany Ribas de Lima Lemos (UFFS)  
Caroline M. Schneiders (UFFS)

**Resumo:** Nos espaços urbanos estão abrigadas várias materialidades que produzem sentidos a partir da inscrição da memória discursiva, da história e da ideologia, que não somente contribuem para o que deve ser lembrado e celebrado, como delimitam até onde deve-se lembrar, isto é, o que deve ser dito, bem como o que deve ser esquecido, silenciado (ORLANDI, 2007). Tendo isso em vista, temos como interesse refletir sobre a maneira como se constitui o imaginário urbano da região das Missões do Rio Grande Sul (RS). Para tanto, mobilizamos, como objeto para esta reflexão, as materialidades constitutivas do espaço urbano da praça Pinheiro Machado, situada na cidade de Santo-Ângelo/RS, designada como a “capital missioneira”, compreendendo como os efeitos de história e da memória que circulam nesse espaço constituem um determinado imaginário urbano. Para desenvolvermos a reflexão, mobilizamos como suporte teórico os estudos da Análise de Discurso franco-brasileira. Contribuem para a constituição do imaginário urbano da praça todas as materialidades componentes da mesma que compõe seu arquivo de memória, que é dotado de monumentos e que, por sua vez, configuram-se em discursos, uma vez que produzem efeitos de sentido, como pontua Orlandi (2010, p. 05). Compreendemos, no caso da praça, sendo que seu espaço serviu de instalação para uma missão jesuítica, que os traços da cultura indígena ali presente acabaram por sofrer uma determinada "catolicização", fazendo com que ocorresse uma universalização entre as culturas dos povos ali presentes e que a memória das crenças católicas fosse posta em evidência.

**Palavras-chave:** Missões; Praça Pinheiro Machado; Catolicismo. Indígena.

## Introdução

Os estudos discursivos, enquanto uma área das ciências da linguagem, expande-se na medida em que se percebem os diversos efeitos de sentido presentes nos discursos que circulam em todas as esferas sociais, incluindo o meio urbano. Nesses espaços, estão abrigadas as mais variadas designações que, de alguma maneira, produzem sentidos a partir da inscrição da memória discursiva, da história e da ideologia, que não somente contribuem para o que deve ser rememorado e celebrado, como delimitam até onde deve-se lembrar, isto é, o que deve ser dito, bem como o que deve ser esquecido, silenciado.

Sendo assim, o interesse dessa pesquisa é refletir sobre a maneira como constitui-se o imaginário urbano da região das Missões do Rio Grande Sul (RS). Para tanto, mobilizamos, como objeto para esta reflexão, materialidades constitutivas no espaço urbano da Praça Pinheiro Machado, situada na cidade de Santo Ângelo (RS), também designada como a “Capital das Missões” e “Capital Missioneira”, compreendendo os efeitos da história e da memória que circulam nesse espaço e, assim, constituem um determinado imaginário urbano. Buscamos compreender quais são os efeitos de sentido que essas designações buscam preservar, comemorar e rememorar. Como suporte teórico-metodológico, filiamo-nos aos estudos da Análise de Discurso (AD) franco-brasileira.

A pertinência de abordar essas temáticas está, entre muitos motivos, na necessidade de refletir e tornar mais evidentes as questões históricas que permeiam os espaços urbanos e que, portanto, estão intrinsecamente presentes no cotidiano. É comum que, rotineiramente, passemos por espaços e deparemo-nos com monumentos, textos, imagens e demais manifestações artísticas e simbólicas, que se fazem presentes em ambientes urbanos com o intuito de manter vívidas em nossas mentes, mesmo que inconscientemente, as memórias e as histórias que se buscam rememorar. Os monumentos e os demais objetos constituintes dos espaços urbanos fazem com que não nos esqueçamos das histórias que esses mesmos objetos nos contam. Assim ocorre na Praça Pinheiro Machado, uma vez que se trata de um espaço urbano público localizado no centro do referido município, e, por isso, faz parte da trajetória percorrida por grande parte dos habitantes para

realizarem suas atividades rotineiras. Desse modo, a população está sempre entrando em contato com as obras, monumentos e demais materialidades desse espaço urbano.

A Praça Pinheiro Machado, espaço ao qual nos deteremos, é um ambiente que está repleto de materialidades que visam a constante rememoração da história da redução jesuítica que ali um dia esteve. Faz-se importante pensar a respeito dessas questões, isto é, nas materialidades e nas designações que compõem determinados locais urbanos, bem como nos discursos e memórias que elas trazem consigo, visto que se tratam de ambientes nos quais há constante circulação, o que faz com que seus elementos não sejam constituintes apenas do espaço em que se encontram, mas também contribuam na construção da identidade local e na constituição sócio-histórica de cada sujeito que nele circula.

Tendo em vista que os eventos históricos são trazidos sempre sob determinados vieses ideológicos, outros que não cabem dentro das retratações reproduzidas acabam por serem silenciados. Por isso, a reflexão a respeito dos materiais que circulam no meio urbano: para compreender o que representam, o que reproduzem, o que nos contam, bem como aquilo que silenciam, aquilo que faz parte do ângulo da história não pertencente àquele que foi escolhido para ser exibido, rememorado, celebrado.

Assim, a presente pesquisa busca propiciar a reflexão acerca de como as materialidades constituintes do local urbano, da Praça Pinheiro Machado, operam de forma a manter vivas determinadas memórias no cotidiano. Além disso, buscamos refletir a respeito do silenciamento e da determinação ideológica do discurso inscrito da praça mobilizada como objeto de nossa pesquisa.

## **Considerações sobre o aparato teórico**

Consideramos pertinente trazer alguns conceitos da AD utilizados neste artigo a fim de alargar os meios de compreensão a respeito das análises que serão realizadas. O objeto da Análise de Discurso (AD) é o discurso. Dito assim, parece uma colocação repetitiva, redundante e óbvia, mas é preciso, antes de tudo, definir que tipo de discurso é esse. A noção elementar que se tem de discurso como sinônimo de mensagem,



informação, pronúncia de meras palavras combinadas em frases, não corresponde ao interesse básico da AD. Relacionando-se tanto à História quanto à Sociologia, a AD busca compreender o funcionamento de determinado discursivo, em sua relação com o linguístico e com o histórico. O discurso é entendido como “efeitos de sentido entre locutores”, sendo o discurso materializado em textos verbais e não verbais. Na AD, consideramos que não existe discurso sem sujeito e este, por sua vez, é determinado pela ideologia. Logo, quando pensamos o discurso, devemos pensar na relação entre discurso, sujeito e ideologia.

Na reflexão proposta, a determinação ideológica do discurso é fundamental, e, segundo o viés discursivo, a ideologia, ou então, as formações ideológicas estão representadas na linguagem por meio de formações discursivas (FDs) (ORLANDI, 2007). Nesse sentido, cabe destacarmos o que entendemos por FDs, uma vez que elas fazem parte da constituição do sujeito e dos sentidos. Para Orlandi (2007, p. 20), as formações discursivas são “diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”. Sendo assim, ao se identificar com determinados domínios do saber, com certas linhas ideológicas de pensamento, em dadas conjunturas históricas e lugares discursivos, o sujeito estará se inscrevendo em uma FD específica.

As formações discursivas exercem uma função fundamental no funcionamento discursivo, visto que uma mesma palavra proferida em contextos diferentes, logo, em FDs diferentes, irá significar distintivamente em cada situação. Orlandi (2020, p. 42) exemplifica esse fenômeno com o vocábulo “terra”, que não significa o mesmo para um índio, nem para um pequeno agricultor e nem para um grande agricultor. Há, ainda, a diferenciação do vocábulo se escrito com letra maiúscula ou minúscula, nesse caso, o significado também será diferente. Cada uma dessas possibilidades está inserida em formações discursivas diferentes. Por meio das FDs, bem como de todo o funcionamento discursivo, existe o funcionamento da ideologia operando em todas as esferas sociais, sendo parte constitutiva e inerente dos sujeitos e de seus enunciados.

Assim, todo discurso inscreve-se em determinada(s) FD(s), afetando o modo de constituição do sujeito. Considerando o fato de que, em

nossa reflexão, constituímos um arquivo composto por diferentes materialidades que compõe a praça Pinheiro Machado, devemos refletir sobre a ideologia dominante que afeta o discurso em circulação, ou seja, compreender a formação discursiva dominante que se inscreve no processo discursivo.

Quando tratamos do arquivo, devemos tomá-lo em relação ao que entendemos por memória institucional. Primeiramente, a respeito do arquivo, este é constituído por documentos, ou, como coloca Fedatto (2013, p. 32), por uma materialidade documental. Esta faz parte do conjunto de mecanismos existentes que servem para fazer certas lembranças permanentes. Esse arquivo pode ser composto por documentos de diferentes estruturas, por textos verbais e não verbais, como pinturas, monumentos, estátuas, espaços destinados à preservação de determinado(s) objeto(s) e outras materialidades que de alguma forma guardam em si as memórias que se buscam rememorar.

No caso da praça, tornar as memórias permanentes por meio da urbanidade, e através de monumentos, embora não se tratem de documentos verbais, produzem efeitos de sentido da mesma forma, são discursos que significam e fazem ressoar memórias nos espaços em que estão localizados. Como cita Orlandi, o monumento/estátua pode ser entendido “como gesto de uma memória, de um Estado, é um discurso que individua”. (ORLANDI, 2010, p. 05)

Assim, o arquivo produz uma memória institucional a partir dos monumentos e demais materialidades que o constituem, sendo conceituado por Fedatto (2013, p. 29) como a memória que se sustenta por meio de uma textualidade documental e que mantém os sentidos em circulação por veiculação por meio de um meio específico e que, portanto, visam uma história institucionalizada. No caso da praça “Pinheiro Machado”, esse meio de veiculação é o imaginário urbano, sendo que as materialidades que a compõem são os monumentos e, portanto, discursos os quais constituem o seu arquivo de memória.

É importante destacar, nesse momento, que todo arquivo é composto por um conjunto documental pertinente às memórias que se busca veicular, sendo assim, o silenciamento de materialidades outras que não as rememoram se faz inevitável. Em sua obra *As formas do silêncio*, Orlandi distingue duas variantes do silêncio (2007, p. 24), o silêncio

fundador, que é o silêncio que existe propriamente nas palavras. A segunda é a política do silêncio (o silenciamento), esta é subdividida em: silêncio constitutivo (que significa o não-dito, uma vez que ao dizer determinada palavra estamos silenciando tantas outras que poderiam estar no seu lugar) e silêncio local (este trata especificamente da censura, o que é proibido de se dizer em determinadas ocasiões, eventos ou circunstâncias históricas ou sociais).

Todos esses fenômenos linguísticos acontecem dentro de uma determinada estrutura, cuja existência se dá de modo vertical e horizontal, em que os chamados saberes pré-existentes ficam localizados na estrutura vertical, enquanto que o discurso, uma vez já se apropriado desses saberes pré-existentes em sua constituição, assume a posição de uma estrutura horizontal. Para Indursky (2003, p. 103), a estrutura vertical abriga a existência anterior do enunciado, onde ele é inscrito na ordem da repetibilidade, já na estrutura horizontal encontram-se a formulação, isto é, o enunciado em uma forma já incorporada em discurso, ou como a própria autora coloca, a forma atualizada desses enunciados.

O interdiscurso ou memória discursiva possuem um papel fundamental nesse processo, podemos conceituá-lo como uma memória que abriga uma extensa rede de formulações pré-existentes, de já-ditos que ficam esquecidos, por assim dizer, fora de nosso alcance consciente. Orlandi pertinentemente especifica:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico em um momento particular se apague na memória para que, passando para o 'anonimato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras. (ORLANDI, 2020, p. 32).

Os sujeitos apropriam-se de já-ditos, de palavras outras já esquecidas, mas que permanecem na memória discursiva, como se tivessem se originado ali, quando, na verdade, as estão repetindo, e/ou as resignificando para constituir seus próprios dizeres. Segundo Courtine (2014, p. 104): “a noção de memória discursiva diz respeito à existência

*histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”; logo, a memória discursiva é constitutiva do discurso, apontando para o modo como o discurso retoma já-ditos que, em alguma conjuntura histórica já proferidas, permanecem, e continuam a se ressignificar na discursividade.

### **“A Capital Missioneira”: uma breve contextualização histórica**

Santo Ângelo é um município localizado no estado do Rio Grande do Sul, pertencente à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense. Foi, inicialmente, instaurado como um distrito, criado já com a denominação de “Santo Ângelo” por Lei Provincial n.º 335, de 14-01-1857, e por Ato Municipal n.º 9, de 10-02-1901, subordinado aos municípios de Santa Cruz e São Borja.

Santo Ângelo faz parte dos chamados Sete Povos das Missões e suas origens remontam ao período espanhol, como parte dos assentamentos criados nos séculos XVII e XVIII por padres jesuítas espanhóis nos atuais territórios do Brasil, Argentina e Paraguai. A redução de Santo Ângelo Custódio (ou Sant'Angel Custódio) foi fundada pelo padre jesuíta Diogo de Haze, em 1706. Foi a sétima e, portanto, a última redução dos Setes Povos das Missões a ser construída e, ainda, acredita-se que a redução tenha sido instalada pela primeira vez próxima aos rios Ijuí e Ijuzinho e que, somente em 1707, teria sido transferida para o atual centro histórico da cidade. O motivo da mudança prendeu-se à impropriedade do lugar, situado entre dois rios caudalosos.

A redução de Santo Ângelo Custódio foi dedicada ao Anjo da Guarda das Missões, protetor de todas as nações missionárias, por isso também foi chamada de Sant'Angel de La Guardia, conforme constam alguns documentos espanhóis da época. A região foi destruída, em 1756, pela chamada Guerra Guaranítica e ficou abandonada por quase cem anos. Por volta de 1830, a sesmaria começou a ser distribuída aos paulistanos, que repovoaram a região. No final do século XIX, grandes levadas de imigrantes chegaram a Santo Ângelo. Alemães, italianos, poloneses, russos, holandeses, letões, entre outros grupos da Europa. Foi o ponto de partida da Coluna Prestes, movimento que percorreu todo o país lutando por melhores condições sociais.

Durante o século XX, principalmente no período entre 1930 e 1979, a cidade experimentou um enorme desenvolvimento econômico e industrial, chegando a ter mais de 90 mil habitantes. Na década de 1980, ocorreram diversas emancipações que esmagaram o território de Santo Ângelo, reduzindo-o a menos de 10% de seu território original. Além das emancipações, o colapso geral da indústria local também provocou grande emigração. Já no final dos anos 1990, a cidade iniciou um processo de "ressurreição". A população, que chegou a 90 mil habitantes, voltou a crescer graças à reabertura da indústria e à atração de novos investimentos.

### **Sobre a Praça Pinheiro Machado**

Nessa pesquisa, para compreendermos como as designações determinam a região das Missões do Rio Grande do Sul, contribuindo para a constituição de um determinado imaginário urbano, delimitamos o espaço urbano do município de Santo Ângelo, o qual é considerado como a “Capital Missioneira”. Antes de darmos continuidade, consideramos importante conceituar o termo “designação”, a fim de potencializar nossas reflexões, para isso, utilizamos a definição de Guimarães: a designação não é tão somente o nome, e sim a significação, a carga semântica e histórica que este carrega, e ainda, a relação dessa nomeação com outros nomes, com o mundo, com a história.

A designação de “Capital das Missões”, segundo o site “Rota das Missões” (responsável pela disponibilização de informações sobre a região turística localizada no Noroeste do RS), deve-se ao fato de que se trata do maior município da região das missões. O nome da cidade possui sua origem relacionada ao nome da Missão Jesuítica de Santo Ângelo Custódio, que foi consagrada ao Anjo Custódio das Missões, conhecido como o protetor dos povos missioneiros. Isso explica a quantidade significativa de monumentos de anjos que rodeiam toda a praça, desde o pórtico, à igreja que possui sete imagens esculpidas em pedra dos santos padroeiros dos Sete Povos, até os espaços das pracinhas onde as crianças brincam.

A Redução Jesuítica que inspirou o nome do município foi destruída durante a Guerra Guaranítica, em 1756, permanecendo abandonada durante cerca de cem anos. Em 1830, o local voltou a ser alvo de

construção e povoamento. A Catedral Angelopolitana, principal ponto turístico e destaque da Praça Pinheiro Machado, foi construída em 1929, exatamente no mesmo local em que um dia esteve a redução de Santo Ângelo Custódio.

Compreendemos, portanto, que a Praça Pinheiro Machado possui grande responsabilidade para a constituição do imaginário urbano em torno da designação de “Capital Missioneira”, atribuída ao município de Santo Ângelo. Sendo a própria praça o mesmo espaço onde antes existira uma redução, no espaço onde ela está situada hoje em dia, sucederam-se os acontecimentos históricos envolvendo a história de um dos Sete Povos das Missões. A praça opera como o principal mecanismo de rememoração e como elemento constituinte sem o qual não seria possível que a cidade tivesse a mesma designação e imaginário urbano. Junto a essa designação, Santo Ângelo deixa de ser um município entre os outros que também fazem parte da região missioneira, para ser Santo Ângelo: “A Capital Missioneira”, de maneira a manter permanentemente presentes a memória desse respectivo evento histórico, fazendo com que o envolvimento existente com a cultura missioneira seja rememorado, uma vez que se considera que ela faz parte de sua identidade.

Passaremos ao processo de descrição e reflexão acerca das materialidades presentes na Praça Pinheiro Machado, a fim de contribuir para a melhor compreensão das leituras a respeito da mesma. Iniciaremos com a principal entrada da praça, onde deparamo-nos com o portal da primeira foto:

**Imagem 1** – Portal da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

O portal é um “caminho” rumo à ponte, que transporta à porta principal da igreja, que, por sua vez, no final do caminho, leva-nos ao monumento da cruz com a figura de Jesus de Nazaré crucificado que fica em posição central já dentro da igreja.

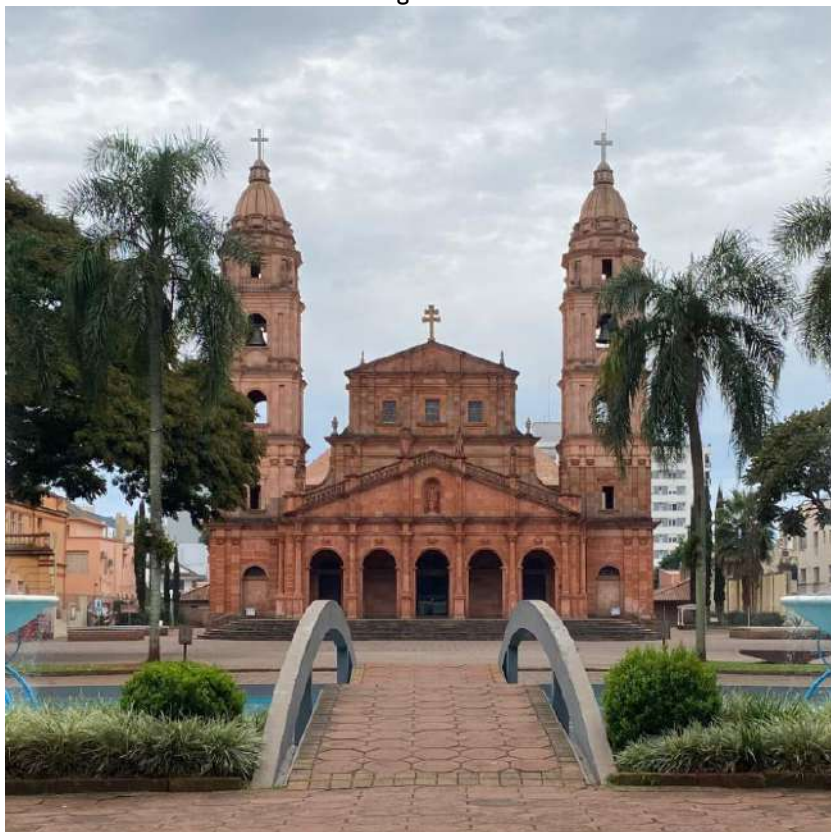
**Imagem 2** – Colunas do Portal da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).



**Imagem 3** – Caminho que leva à Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Imagem 4** – Entrada da Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Como é possível perceber nas imagens acima, o caminho ocorre da seguinte maneira: por meio do portal de entrada (Imagem 1), passa-se por um portal cuja entrada é rodeada de anjos e cada coluna possui o nome de um santo (Imagem 2). Nota-se que, dessa entrada, avista-se, como ponto central, a igreja (Imagem 3), que fica em uma posição estratégica, como um caminho a ser percorrido. Após, se passa pela ponte, como observamos na foto da Imagem 5:

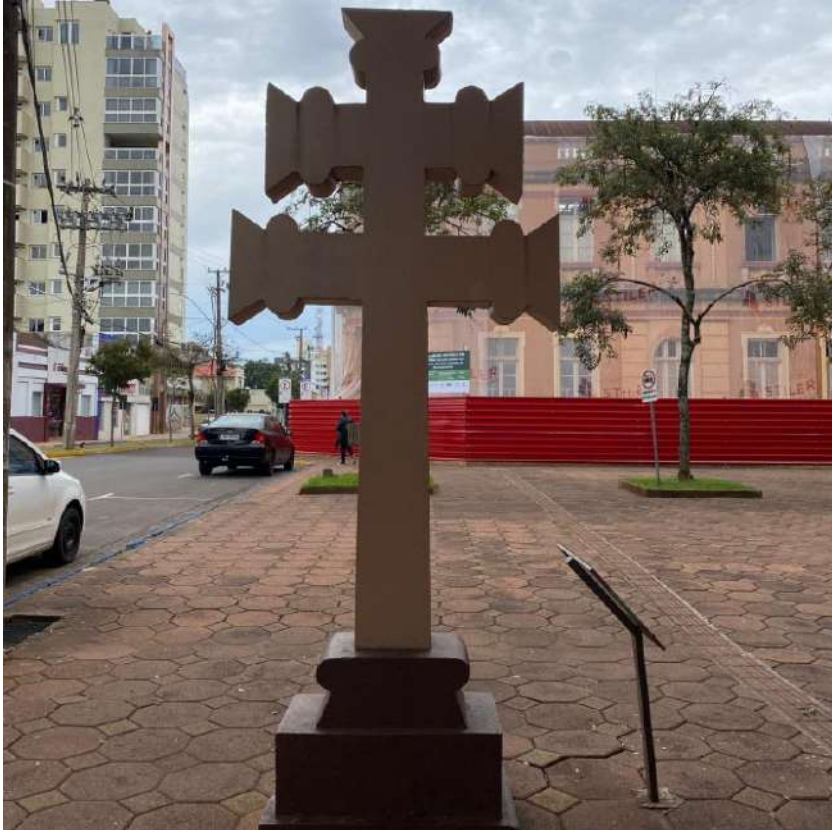
**Imagem 5** – Ponte da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Como podemos ver, a ponte é rodeada por duas fontes de água. A vista da igreja fica centralizada no meio, olhando da ponte, como se ela fosse o destino primordial desse trajeto. O real propósito de tudo o que se vê, por fim, ao entrar na igreja, o objeto central, como podemos ver na segunda foto, é um monumento da figura de Jesus, dando a impressão que todo o trajeto mencionado é um caminho, *Ele* é o caminho. Todo o percurso termina justamente no monumento da figura histórica em questão, o que concebe uma expressa visibilidade do católico em um espaço habitado também por um grupo étnico que possui outras crenças incorporadas em sua cultura. O maior símbolo católico, a cruz, juntamente com a figura de Jesus de Nazaré, como único caminho para representar a fé de dois povos quando um deles, era, em verdade, politeísta, também reforça a ideia de que a representatividade do catolicismo prevalece sob a fé e cultura indígena, pois, mesmo que exista a tentativa de rememoração e preservação da memória desta, ela é seleta, uma vez que as memórias que se buscam preservar são as que podem ser associadas ou vinculadas ao catolicismo. Também vemos a Cruz Missioneira, uma em cada canto da Praça, fazendo do símbolo católico o centro das atenções do espaço, como veremos a seguir:

**Imagem 6** – Cruz Missioneira, situada na Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS

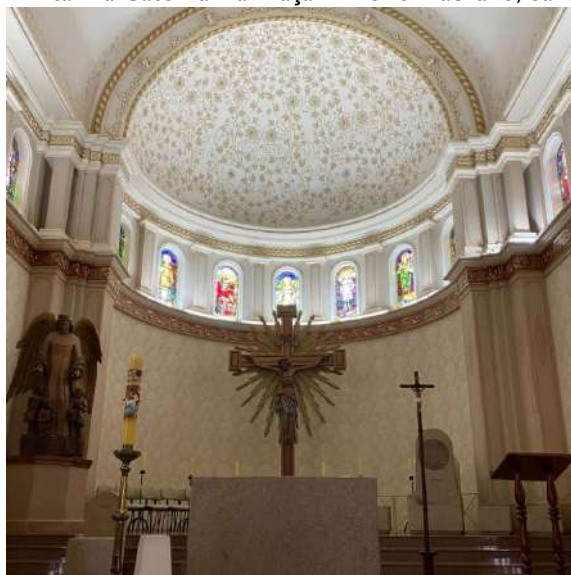


Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Dentro da igreja há quadros contando a trajetória de Jesus de Nazaré, um projeto de sarcófago de Cristo, quadros de santos católicos, como Santa Teresa Verzeri, São Marcelino, um espaço de adoração exclusivo para Nossa Senhora e outros elementos de viés católico. Em todo o espaço, há apenas uma menção ao povo indígena. Trata-se de uma placa que narra sobre de uma determinada semana santa em que os índios expressaram muita comoção por conta da reflexão acerca da morte de Jesus. Também é contado sobre as atividades realizadas durante a data para substituírem as “danças pagãs” dos índios.

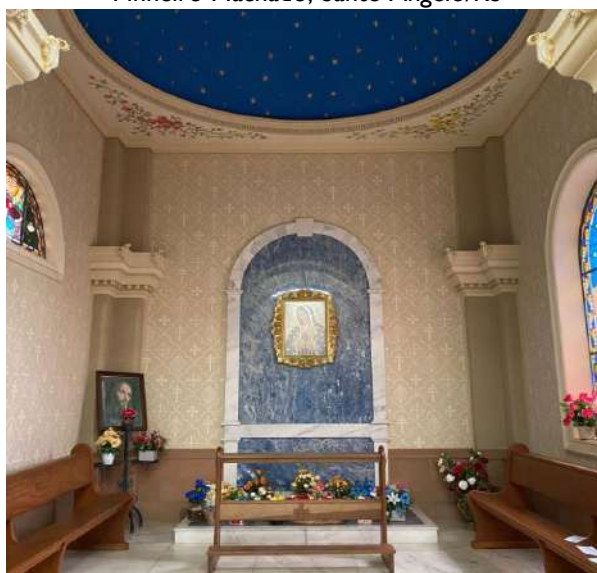
Observemos as imagens abaixo:

**Imagem 7** – Altar da Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

**Imagem 8** – Altar destinado à Nossa Senhora, situado na Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

**Imagem 9** – Estátua, em tamanho real, de Jesus Cristo, situada na Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

**Imagem 10** – Escultura de Jesus Cristo, situada na Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

**Imagem 11** – Pintura de padres jesuítas, situada na Catedral da Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Outros componentes do entorno da praça são: a prefeitura, o museu a céu aberto, que visa conservar os remanescentes arqueológicos da Redução de Santo Ângelo Custódio, uma sala atrás da igreja, destinada à Secretaria de Turismo. Depois, há ainda dois estabelecimentos comerciais destinados à alimentação. Seguem-se abaixo algumas imagens do entorno:

**Imagem 12** – Museu a céu aberto, situado na Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).



**Imagem 13** – Secretaria de Turismo, Esportes, Lazer e Juventude, situada na Praça Pinheiro Machado, Santo Ângelo/RS



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

### **Gestos de interpretação sobre o espaço urbano da Praça Pinheiro Machado**

Há muito o que refletir acerca das materialidades presentes na Praça Pinheiro Machado (Santo Ângelo, RS, Brasil). Entre elas, temos o museu a céu aberto e vários outros monumentos presentes na praça, que se encontram ali por mais de um propósito. Para iniciar a reflexão, daremos enfoque à contribuição desses objetos para a constituição sócio-histórica, para o pertencimento cultural dos respectivos habitantes da região no qual ele está situado e na sua atuação de preservação e rememoração de determinadas memórias.

Trataremos inicialmente do primeiro aspecto. A constituição sócio-histórica de cada sujeito é composta por inúmeros elementos que, ao longo de sua vida, o influenciaram em algum ponto. Podemos plenamente citar o ambiente, a região e o município em que vivem como alguns dos

agentes desse processo. Simões (2013, p. 61) exemplifica muito bem esse fenômeno trazendo o caso do município, ele atua desde o nascimento como um agente de identificação, uma vez que, por meio dos adjetivos caracterizadores (santo-angelense, em Santo Ângelo), se atribui ao indivíduo o status de pertencente a determinado espaço físico, isto é, a uma comunidade que possui uma cultura e história singulares, que agora fazem parte de sua constituição sócio-histórica, visto que, ao habitar o espaço em questão, irá incorporar traços desse mesmo espaço, conforme constrói sua identidade, sua personalidade, sua visão de mundo, etc.

Nesse contexto, as peças que constituem o espaço da praça atuam visando fortalecer ainda mais os traços culturais que fazem parte da história de seus respectivos municípios para relembrar de forma constante o seu legado, dessa forma, o sujeito sente-se pertencente de uma história, de uma cultura, assim, o espaço no qual nasceu torna-se parte intrínseca de si. Isso ocorre uma vez que há uma identificação do sujeito com determinada FD, que abriga em si uma extensa rede de formulações que estão inscritas no interdiscurso e que são em prol dessa cultura e de sua rememoração.

Ao observarmos o funcionamento discursivo das materialidades em questão, podemos notar que visam à rememoração de episódios históricos que irão significar de forma a produzir efeitos de sentido condizentes ou não com a história que se deseja contar. Isso acontece, primeiramente, porque a história sempre é contada sofrendo influência de uma ou mais perspectivas existentes sobre ela, porém nunca de todas as existentes. Tais perspectivas sofrem uma ação direta do repertório de mundo que o enunciador possui e o lugar discursivo que ocupa, uma vez que produzimos o discurso também conforme o lugar que ocupamos (ORLANDI, 2012, p.24), não nos esquecendo do constante “operar da ideologia” em todo gesto. De acordo com Indursky (2005, p. 03), a partir de Pêcheux e Fuchs (1990), a ideologia é parte intrínseca do discurso, não sendo possível dissociá-la do mesmo, existem muitas formações ideológicas incorporadas nas formações discursivas, que, por meio do discurso, e sofrendo ação direta da memória discursiva, possibilitam uma série de efeitos de sentido condizentes com a FD que um determinado grupo social está inscrito. Podemos definir a memória discursiva, como

já explanado acima, “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já-dito, o que está na base do dizer” (ORLANDI, 2012, p. 29). É nela que se projetam as repetições dos enunciados que serão reproduzidos nas FDs, portanto, também é ela que dita o que pode ou não ser dito pelas FDs. As materialidades presentes na praça Pinheiro Machado estão inscritas em uma extensa e antiga rede de formulações que se mantém presente na memória discursiva e social vigente no município, memória social essa repleta de enunciados sobre a redução jesuítica que ali esteve e cujas lembranças são rememoradas por meio das materialidades em questão.

Ainda quanto à(s) memória(s) que o espaço visa preservar, é importante destacar que nem todo o material de eventos históricos existentes permanece para exibição em espaços públicos, para montar um arquivo, movimentam-se memórias específicas (e, portanto, silenciam-se outras) para moldar a história. As materialidades que permanecem expostas são aquelas que, em alguma escala, carregam em si memórias e que produzem sentidos pertinentes para as instituições oficiais ou grupos que estão envolvidos nesse processo de construção ou rememoração cultural, isto é, memórias que os mesmos considerem importantes rememorar. Quando tratamos de rememoração, também estamos inerentemente lidando com o silenciamento de tudo aquilo que não fora eleito para ser rememorado, tendo sempre a interferência da ideologia operando. As manifestações culturais estão dotadas de conteúdo histórico e os atos de interpretação gerados a partir desse contato contribuem de forma direta na construção de uma cultura histórica. Sabemos, também, que a construção de uma cultura se faz através das memórias, tanto das memórias coletivas quanto das marcadas pela intencionalidade das instituições oficiais.

As diversas versões existentes acerca de eventos históricos coexistem de forma inevitável, a conservação de cada uma delas está ligada inerentemente à preservação de suas memórias, porém, trata-se não apenas de rememoração como também do silenciamento de memórias outras que não fazem parte daquela a qual há a intenção de manter na cultura. Agora, iremos refletir sobre o papel de alguns monumentos e manifestações simbólicas da Praça Pinheiro Machado na

preservação, bem como no silenciamento de determinada memória para a edificação da cultura local.

Quanto ao silenciamento, uma vez que o sentido sempre será produzido a partir de um lugar, de uma determinada posição sujeito, como já dito anteriormente, ao dizê-los, necessariamente se estará recortando outras possibilidades de sentidos que não foram produzidas em seu lugar, uma vez que o silenciamento (a política do silêncio) se caracteriza justamente pelo apagamento de outros sentidos, sentidos viáveis, porém, indesejados nas determinadas condições discursivas (ORLANDI, 2007, p. 73). É nesse contexto que a autora também traz a possibilidade de uma dimensão política agindo nesse recorte do dizer, segundo a qual: “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras” (2007, p. 53). É nesse sentido e contexto de silenciamento que identificamos a Praça Pinheiro Machado, quando notamos que ela constitui-se majoritariamente de elementos do catolicismo para trazer a memória da missão jesuítica que ali vivera, que, embora fosse também habitada por padres que tinham por intenção converter os indígenas que ali viviam em católicos, também trata-se de um espaço habitado por povos indígenas cujas crenças divergiam das dos padres. Levando em conta que o espaço visa trazer, entre outras, a memória dos povos que ali se estabeleceram, é possível perceber uma clara valorização das crenças dos jesuítas enquanto que as dos indígenas possuem visibilidade quase que somente nos espaços de comércio. Também é perceptível a presença de elementos católicos sendo usados para rememorar a identidade e memória indígena em detrimento de outras materialidades que representariam com mais realidade os hábitos e crenças verdadeiras do povo em questão. A memória social está carregada de uma FD que diz respeito aos eventos históricos que se sucederam no espaço em que hoje a praça Pinheiro Machado está situada, logo, sobre a redução jesuítica que vivera ali. Nisso, observa-se que a FD dominante inscrita na praça abriga enunciados defensores da rememoração da história que toca a cultura e a perspectiva dos jesuítas, portanto, do colonizador, deixando a cultura indígena à margem, em segundo plano.

Isso leva a captar a existência de um apagamento operando na memória da cultura indígena que é trazida por debaixo da cultura católica. É possível que esse fenômeno aconteça devido a alguns conceitos ainda muito fortes e presentes em todas as comunidades: a ideologia do progresso e o pioneirismo, que, de acordo com Heinsfeld (2016, p. 17), partem, de modo simplificado, da concepção da colonização como sendo sinônimo de progresso e de desenvolvimento, de modo que também consideram como importante apenas a história rural da região depois da colonização europeia, por consequência, como o próprio autor menciona, acabam, por muitas vezes, desconsiderar ou minimizar a história dos habitantes que já ocupavam as terras antes da colonização europeia. Em dado momento, o autor explica: “Os caboclos e povos indígenas, diante desta interpretação, seriam inúteis para o progresso e o desenvolvimento” (2016, p. 18). Sendo assim, percebe-se que, no espaço urbano em questão, está presente a perspectiva da exaltação dos colonizadores camuflados dentro da exposição dos artigos indígenas.

### **Considerações finais**

Quando refletimos sobre a Praça Pinheiro Machado, perguntamos sobre qual o lugar do indígena nesse espaço, visto que se predomina aspectos do catolicismo? Para tanto, podemos retomar Orlandi (2007, p. 57) que enfatiza sobre a existência de um silêncio sobre a presença do índio na cultura e de como ele fora excluído da identidade nacional. Ela também atenta, pertinentemente, ao fato de que o índio não fala, somente, e no máximo, é falado pelos meios de comunicação, pelos historiadores, políticos, etc. Ocorre a mediação pela qual a fala indígena passa para que não signifique além da construção de sentidos que serve à instituição

Nesse contexto, existem três principais locais dentro da praça que concedem alguma visibilidade e trazem elementos da cultura indígena, são eles dois estabelecimentos de comércio e uma sala ocupada pela equipe de turismo, que apresenta, em suas paredes, fotos de descendentes de indígenas esboçando reações de alegria. Fica notório que o lugar concedido à cultura indígena dentro da praça é o espaço do comércio. Tendo em vista que ela é o principal ponto turístico do município, a

economia local se vale de todo esse espaço também para gerar lucro; com isso, vemos o capitalismo operando no local por meio da comercialização de artigos indígenas.

Percebemos que o capitalismo se utiliza dos resquícios ainda presentes da cultura indígena para o comércio, e somente para isso, nessa conjuntura, o comércio local que rodeia a praça atua como o único perpetuador dessa cultura. A celebração da cultura indígena estampada em camisetas, em arcos e flechas e demais artigos de venda acabam por manter a memória de que aquele espaço um dia os abrigou e que eles fazem parte da história local, porém, isso não acontece por um gesto marcado pela intencionalidade, e sim como uma consequência guiada por fins lucrativos.

É possível notar que, na praça, instaurou-se um efeito de universalidade, o que consiste basicamente em selecionar somente alguns elementos de determinada pluralidade para que sejam evidenciados. No caso da praça, seu espaço serviu de instalação para uma missão jesuítica que abrigou dois povos com duas culturas absolutamente distintas, embora o objetivo de toda essa organização fosse justamente catequizar os índios e incorporá-los na fé católica, tratava-se de um povoado que carregava traços muito específicos de sua própria cultura e que assim como os padres católicos, deixaram suas marcas e traços de suas existências e conhecimentos por onde passaram. Porém, referente à praça Pinheiro Machado, os traços indígenas ali presentes, ao serem apagados ou postos em segundo plano, acabaram por ser “catolicizados”, fazendo com que ocorresse uma universalização entre as culturas dos dois povos e que a memória católica fosse posta em evidência.

Assim, a praça Pinheiro Machado constitui-se por um conjunto de objetos simbólicos inscritos em uma extensa rede de formulações que opera na memória discursiva e social vigente do município. Essa memória está composta de discursos que remetem à redução jesuítica que existiu no espaço, esses discursos contribuem para a constituição sócio histórica do local, para a preservação e rememoração de determinadas memórias, bem como no silenciamento de outras para edificação da cultura local. Nesse sentido, percebemos que a constituição do imaginário urbano da praça é composta majoritariamente de materialidades que fazem a

celebração e rememoração de elementos referentes ao catolicismo, em detrimento da cultura indígena.

## Referências

- COURTINE, J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.
- FEDATTO, C. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Editora da Unicamp, 2012.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras*, Santa Maria, n.26, p. 53-62, 2003.
- HEINSFELD, A. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, J. C., VALENTINI, D. J., ZARTH, P. A (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 9-25.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD, 2, p. 1-11, 2005. Porto Alegre. **Anais** eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/sead2\\_simposios.html](http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html). Acesso em: 14 fev. 2021.
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Discurso, língua e memória*. Porto Alegre, v.17, n.35, p. 102-121, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios de procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso e Interpretação. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 19-29.
- ORLANDI, E. P. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/>>. acesso em: 03 mar. 2021.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SIMÕES, S. M. R. A placa da entrada da cidade: a (re)nomeação de seus sujeitos. *RUA* [on-line]. 2013, n.19. Volume 2 - ISSN 1413-2109.

Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/rua/antiores/pages/home/capaArtigo.rua?id=209>>. Acesso em: 14 set. 2019.

### **Minicurrículo**

**Hilary de Lima Maciel** é graduada do Curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. Integrou, como bolsista UFFS, o subprojeto “As designações e a constituição do imaginário urbano” (08/2020-07/2021), e, como bolsista FAPERGS, o subprojeto “A ‘Capital missioneira’: entre discursos, história e memória” (08/2021-09/2022). E-mail: [hilary-maciel@hotmail.com](mailto:hilary-maciel@hotmail.com)

**Luany Ribas de Lima Lemos** é graduanda do Curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. Integra, como bolsista UFFS, o subprojeto “A constituição do espaço urbano e os processos de comemoração e rememoração da memória e da história”. E-mail: [luanylemos0411@gmail.com](mailto:luanylemos0411@gmail.com)

**Caroline Mallmann Schneiders** é Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. E-mail: [caroline.schneiders@uffs.edu.br](mailto:caroline.schneiders@uffs.edu.br)





# Sepé Tiaraju e a construção de um imaginário missioneiro

Bruna Luiza Mallmann (UFFS)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender o funcionamento discursivo em torno do líder indígena Sepé Tiaraju, no imaginário da região missioneira do Rio Grande do Sul. De antemão, entendemos que existe uma identificação do sujeito missioneiro com a figura do herói Sepé e, para tanto, a pesquisa justifica-se pela sua relevância social, de modo que potencializa a reflexão em torno da construção/constituição de espaços e sujeitos, uma vez que é por meio do linguístico que podemos adentrar o campo discursivo e observar os efeitos de sentido que são produzidos pela história, pelo político e pelo ideológico. O referencial teórico e metodológico mobilizado vincula-se à Análise de Discurso materialista.

**Palavras-chave:** Sepé Tiaraju; Memória; Narratividade.

## Introdução

Esse artigo vincula-se a uma pesquisa de Mestrado mais ampla, ainda em desenvolvimento, junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó (SC), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline M. Schneiders. Tendo em vista o nosso arquivo de pesquisa, para esse artigo, fizemos a seleção de um recorte do objeto analítico, o qual nos permitirá uma reflexão acerca de nosso tema: o guerreiro indígena Sepé Tiaraju e a sua relação com a formação de um imaginário missioneiro.

Assim, nosso olhar volta-se para o Rio Grande do Sul, especificamente para a região das Missões, situada no Noroeste do estado. Ao longo de séculos, naquela terra viveram povos nativos e, mais tarde, entre os séculos XVI e XVIII, ela virou alvo de disputas, sendo usurpada dos povos da floresta pelas coroas portuguesa e espanhola. A expansão da fé cristã aliada aos interesses políticos ibéricos foi

habilmente explorada no sul do continente, levando ao extermínio os povos indígenas da região. A dita “civilidade” varreu do mapa, com pólvora, populações indígenas nativas, relegando-as à marginalidade social no Novo Mundo. Apesar de toda uma política do silenciamento produzida pelo Estado, o passado é rememorado na região missioneira, uma vez que a constituição identitária regional está entrelaçada com os desdobramentos ocorridos nessa região, sobretudo entre os séculos mencionados acima.

Entre os elementos que mais reverberam e chamam nossa atenção está a figura do herói missioneiro Sepé Tiaraju, líder indígena que esteve à frente da resistência guarani na luta contra os invasores europeus. Os feitos atribuídos a esse guerreiro se fazem presentes na cultura popular missioneira, uma vez que a seu nome são atribuídos valores como bravura, coragem e resistência.

Com isso, nosso objetivo nesse texto é o de compreender como se constitui o imaginário missioneiro a partir da rememoração/comemoração do herói Sepé Tiaraju no espaço urbano da região da Missões/RS. As homenagens ao seu nome e os feitos a ele atribuídos inundam a literatura regional e as canções, além de que também são observadas em nomes de ruas, cidades, escolas, monumentos etc. A pesquisa justifica-se pela sua relevância social, já que permite a produção de conhecimento linguístico sobre a constituição de uma memória missioneira através da figura de Sepé dentro do espaço urbano, bem como compreender como o funcionamento discursivo que afeta e constitui o discurso na sua relação com o político, o histórico e o ideológico.

Para tanto, os pressupostos teórico-metodológicos aqui mobilizados filiam-se à Análise de Discurso (AD) materialista. Tal perspectiva considera o estudo da linguagem na sua relação com o sujeito, com a história e com a ideologia, na construção dos processos de significação. Assim, buscamos lançar gestos de interpretação sobre as materialidades mobilizadas, cujos gestos são realizados a partir de condições específicas e de uma metodologia que se movimenta de acordo com o objeto analisado, e torna possível a análise levando em conta os limites da língua. Por meio das materialidades mobilizadas, que simbolicamente se significam na/da/pela língua, é possível realizar determinadas leituras, isto é, compreender como a constituição de um

imaginário missioneiro que toma como herói a figura de Sepé ocorre por meio de condições específicas e que atravessam o funcionamento discursivo.

## **Um breve olhar retrospectivo sobre a região das Missões/RS**

Para que compreendamos um pouco mais sobre a constituição das Missões/RS e quem teria sido Sepé Tiaraju, iniciamos como uma breve retomada histórica. Como afirmamos anteriormente, a história e a língua caminham juntas, ainda que, quando se encontram, essas relações se dão pelo conflito, pelo choque em que também atuam o político e o ideológico.

Assim, cabe ao analista de discurso o desafio de buscar compreender os efeitos de sentido que perpassam a língua e trazer à luz os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, a fim de estabilizar e sedimentar “verdades”. Assim, essa investigação inicia no enalço da história missioneira atrelada à figura de Sepé Tiaraju.

A região das Missões, situada no noroeste gaúcho, faz fronteira com a província argentina de Misiones e é cortada pelo Rio Uruguai um dos mais importantes da região Sul do Brasil.

Em meados dos anos de 1600, os padres jesuítas da Companhia de Jesus chegaram à região, fundando as primeiras Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. De acordo com o professor e historiador Tau Golin (2014), os Sete Povos das Missões faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai, administrada pela Espanha, que se estendia por parte dos atuais Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. No total, nesse território havia trinta povos missioneiros, 7 localizados na margem esquerda do rio, no atual Rio Grande do Sul e da República do Uruguai e 23 localizados na margem direita do rio Uruguai, hoje Paraguai e Argentina.

Na parte da Província Jesuítica do Paraguai, que hoje pertence ao Brasil, ficavam os povos de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Dos sete povos, três foram preservados como sítios arqueológicos – São Lourenço Mártir, São João Batista e São Miguel Arcanjo, esse último tombado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Cada um desses povos missioneiros funcionava como um município, que era dirigido pelo governo colonial espanhol. Esses povoados passaram a ser instalados a partir de 1609, com a vinda dos padres da Companhia de Jesus para a América, os quais tinham como missão catequizar os indígenas que viviam na parte sul do continente. As missões ou reduções jesuíticas, como também ficaram conhecidas, eram formadas por etnias indígenas heterogêneas, com predominância da guarani. Cada uma das reduções era administrada por um cabildo – representação de poder – que era composta por morubixabas, caciques que representavam os diferentes grupos que viviam e trabalhavam nas reduções, estâncias, fazendas de produção de alimentos, olarias, etc.

Com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, foi concedido à Companhia de Jesus a difusão da fé cristã no território que pertencia à Espanha e aos portugueses ficou relegada uma pequena faixa de litoral, localizada próximo a atual Laguna (SC). Com o tempo, os portugueses passaram a avançar a fronteira, invadindo e saqueando e as reduções jesuíticas, as chamadas bandeiradas. Diante desse avanço português, as fronteiras foram discutidas e, em 13 de fevereiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri. O novo Tratado determinava que Portugal entregasse a Colônia do Sacramento à Espanha para receber em troca os Sete Povos das Missões, localizados na margem leste do rio Uruguai, então sob o domínio espanhol.

O acordo estabelecido entre as vizinhas europeias não considerava os interesses dos povos nativos que viviam naquela parte do continente sul-americano, supondo que os indígenas se conformariam em abonar sete de suas reduções e localizadas no atual estado gaúcho, e migrariam para a margem oeste do rio Uruguai. Esse episódio também culminou com a expulsão dos padres jesuítas, que, conforme Golin (2014), foram acusados de controlar um Estado dentro do Estado.

Assim que os demarcadores da nova divisão das terras chegaram à América meridional, em 1752, os povos indígenas se fragmentaram em duas correntes: a dos caciques que aceitaram, mesmo a contragosto, mudar-se para outros territórios e a dos caciques rebeldes, que se negaram a cumprir a ordem de “evacuação”. O bloqueio dos demarcadores pelos missioneiros na atual região de Bagé, fizeram com que os governadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro, José de Andonaegui e Gomes Freire de

Andrada, respectivamente, organizassem dois poderosos exércitos para invadir os Sete Povos e retirar a população indígena, pois o território seria entregue livre deles a Portugal. Enquanto as tropas avançavam, as companhias milicianas dos missioneiros tentavam contê-las.

O Tratado de Madrid foi o estopim do que mais tarde resultou na Guerra Guaranítica (1754), um genocídio ordenado pelas coroas de Portugal e Espanha contra os povos nativos, considerado até hoje uma das mais sangrentas guerras travadas naquele solo.

### **O guerreiro Sepé Tiaraju**

Dentro da conjuntura do que foram as reduções jesuíticas, sob a proteção dos padres jesuítas, cresceu Sepé. Mais tarde, tornou-se corregedor e alferes-mor do povoado de São Xavier, sob a jurisdição de São Miguel Arcanjo. De acordo com o historiador Golin (2014), como líder da polícia da redução de São Miguel, Sepé cuidava da ordem interna, patrulhava os campos e estâncias, especialmente a de Santa Tecla, imensa região que se estendia pelo pampa até o Norte uruguaio, e que tinha a sua sede no atual município de Bagé. Nessas patrulhas, Sepé enfrentava basicamente os gaúchos, os chamados malfeitores do campo, que atacavam as estâncias missioneiras para roubar o gado dos latifúndios particulares.

Por esse motivo, quando os exércitos ibéricos ingressaram em Santa Tecla, os miguelistas enfrentaram os exércitos invasores. Comandados por Sepé, adotando uma tática guerrilheira, que, para o corregedor, era mais vantajosa para a atuação na Boca do Monte, entre Santa Maria e São Martinho, na época de difícil trânsito e subida, no território correspondente à atual cidade de São Gabriel.

Sepé foi morto no dia 7 de fevereiro de 1756, com um golpe de lança de um gaúcho “luso-brasileiro” e, depois, o tiro de misericórdia da pistola do governador de Montevidéu. O exército invasor, em grande parte, era formado por gaúchos, principais responsáveis pela chacina de Caiboaté. Golin (2005) destacou sobre a incompatibilidade da associação do gaúcho com o missioneiro, pois, de acordo com o autor, os gaúchos eram os invasores bandoleiros, mercenários a serviço dos interesses ibéricos, e foram também responsáveis pela destruição das Missões (2005).

Conforme Pritsch, por meio de evidências documentadas, é possível perceber que Sepé tinha grande religiosidade e era bem-querido pelos padres missionários

Os traços religiosos de Sepé talvez sejam mais evidenciados pelo povo e pelos próprios documentos históricos. Nesses documentos, vemos que Sepé era bastante querido pelos padres missionários, tanto que chegou a exercer um cargo de “polícia”, ou seja, podia prender aqueles que não cumprissem as ordens estabelecidas na Missão de São Miguel. Isso significa que ele era merecedor de confiança, o que provavelmente baseava-se, também, na sua religiosidade, ou pelo menos na sua obediência aos mandamentos dos padres jesuítas. As duas cartas encontradas com Sepé e as suas diferentes manifestações sempre evocam os nomes de Deus e São Miguel Arcanjo. ‘Essas terras nós a recebemos de Deus e de São Miguel’. (PRITSCH, 2005, p. 81).

Cabe destacar que a biografia acerca do líder indígena é marcada por muitos mitos e, nesse sentido, tivemos maior dificuldade na reunião de informações, o que não deixa de produzir sentidos, e será explorado com maior ênfase posteriormente. No momento, interessa-nos esse panorama geral da figura do herói que produz uma identificação do sujeito missionário.

Brum (2007) ressalta sobre a presença de Sepé e seu valor simbólico na cultura missionária:

As constantes referências a Sepé Tiaraju, por sua atuação na Guerra Guaranítica, põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas, uma vez que, por um lado, o gauchismo integra sua figura aos seus discursos, designando-o como ‘primeiro caudilho rio-grandense’, ‘fundador de uma genealogia de bravos’ e, por outro lado, existem disputas pelo poder de nomeá-lo como ‘bandeira’ de transformações sociais no estado.

Há inúmeros CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e Piquetes que se referem em seus nomes a Sepé Tiaraju, bem como poesias e músicas regionalistas que narram sua história, e ainda há monumentos que representam sua figura, narrativas tradicionais que o santificam e o espetáculo de Som e Luz, encenado em São Miguel, que o apresenta como

herói, além de sua menção pelo pacote turístico Caminho das Missões, que concebe Sepé Tiaraju (uma das estrelas do cruzeiro do sul) como o Guia dos peregrinos. (BRUM, 2007, p. 223-224).

Tal imaginário reforça uma identidade missioneira. O imaginário missioneiro que se constitui a partir do discurso de rememoração/comemoração em torno de Sepé poderia ser visto como uma representação que o sujeito faz de si mesmo. À medida que projetam essas imagens no sujeito, com o qual se identificam, os sujeitos urbanos se (re)produzem nele (VENTURINI, 2008). Ou seja, não falamos apenas do que Sepé representa, mas também como essa concepção sobre quem foi o guerreiro influencia no olhar missioneiro para a construção de sua própria história e identidade.

### **Alguns gestos de interpretação**

Para pensarmos nessa relação do tempo com a história na produção dos sentidos, o dispositivo de interpretação da AD possibilita questionar os objetos simbólicos em sua relação ao político e ao ideológico, inscrevendo a língua na história para que ela signifique. Para o viés discursivo, não se concebe os sentidos nem os sujeitos como individuais, eles são histórico-ideológicos, uma vez que o discurso é entendido como o efeito de sentido entre locutores e a língua é o lugar material em que o discurso se realiza (ORLANDI, 2012). Logo, pensar na figura de Sepé vai além de descobrir o que é “verdadeiro” ou não. Enquanto analistas de discurso, voltamo-nos para o que está posto e como o que está posto se coloca como uma possibilidade de leitura sobre Sepé Tiaraju na formação de um imaginário missioneiro.

Um dos elementos mais interessantes que observamos, relaciona-se à famosa expressão atribuída a Sepé Tiaraju, “Essa terra tem dono”, que aparece na literatura, em canções, em nomes de museus, escolas, bibliotecas, prédios, ruas, cidades, como também em monumentos, como na imagem que segue:



**Figura 1** - Monumento em homenagem ao herói indígena Sepé Tiaraju, no município de Santo Ângelo/RS, em frente ao Museu Municipal.



Fonte: Imagem disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/site/view/id/139/monumento-ao-sepe-tiaraju.html>. Acesso em 12 de dez., 2022.

Esse monumento fica localizado em frente ao Museu Municipal de Santo Ângelo, município designado como “A Capital Missioneira”, que anteriormente integrou os 7 Povos das Missões. Na imagem, podemos observar três figuras, ao lado esquerdo uma mulher que usa uma longa saia; ao lado direito, um guerreiro que segura em frente ao peito uma lança. E entre a mulher e o homem, sob uma superfície elevada e de maior destaque, com a inscrição “Essa terra tem dono”, vemos um terceiro guerreiro indígena, portando o arco e a flecha.

A expressão atávica “Essa terra tem dono”, simbólica para a cultura popular missioneira, aparece vinculada a Sepé, e, embora tenhamos encontrado muitas lacunas sobre a sua veracidade, o que também é corroborado por Figueiredo (2005), pontua, em seus estudos, que a expressão atribuída a Sepé teria sido proferida 200 anos antes, pelo

cacique Guairacá que defendeu a Província Espanhola do Guairá. Os desdobramentos do tempo na história provocam seus efeitos, tanto que a incompletude e o silêncio também estão presentes na língua e a AD busca explorar as relações de contradição da/na língua. Orlandi (2007) enfatiza a política do silêncio, que seria quando ao se dizer algo, outros sentidos possíveis, não desejáveis são silenciados. Essa lógica que se constitui também pelo esquecimento nos mostra que o discurso – a memória discursiva, também sofre os efeitos da história, da ideologia e do silêncio.

Assim, a materialidade discursiva é também política e ideológica, uma vez que instituições como Estado e Igreja provocaram mudanças no modo de vida dos habitantes daquela região e atuaram na produção de um imaginário missionário. Consideramos que a presença de Sepé, no imaginário social, reforça determinados sentidos e silencia outros.

Assim, reiteramos que o evento discursivo significa na sua relação com a história, ou seja, produz historicidade, e não o compreendemos como aquilo que é o verdadeiro, mas são interpretados pela historicidade que constitui o discurso. As palavras criam uma rede de significância e, significando igualmente pelo silêncio, constituem os sentidos.

De acordo com Lacan, o sujeito é afetado pela linguagem, pela ideologia e pelo inconsciente. O efeito de espelhamento é, nessa perspectiva, o processo de identificação, em que os sujeitos/cidadãos do espaço urbano representam-se na ordem do simbólico como semelhantes ou igual. (VENTURINI, 2008, p. 107).

Em outras palavras, o desejo de ser como Sepé, bravo e destemido, homem criado em meio à natureza, ancestral indígena que representa o missionário que caça, monta a cavalo, desbrava o campo e tem respeito pela terra, faz com que se crie um ideal imaginário do sujeito missionário, inclusive no imaginário urbano. E esse efeito ocorre pelo apagamento das distâncias e das diferenças entre o missionário Sepé e o povo missionário da atualidade. Assim, cria-se a ilusão de uma unidade de sujeito

Para Venturini (2008), a necessidade de criar e manter o sujeito a ser rememorado/comemorado e de dar visibilidade a ele funciona pelo lugar de memória que faz retornar enunciados fundadores que fazem

parte da memória discursiva que legitima a memória histórica. A autora utiliza o termo “mobiiliários urbanos” como uma representação que ajuda a fabricar e rememorar uma identidade que tenha relação com o passado, o que podemos relacionar em nossa pesquisa com monumentos erguidos em homenagem a Sepé, prédios, museus, escolas que levam o seu nome, etc. E esse mobiliário contribui para criar/reforçar a identidade do sujeito missioneiro.

Indursky (2013) explica que a memória funciona como um pano de fundo para a interpretação dessa nova formulação e seus efeitos de sentido, conferindo à memória discursiva o papel de trabalhar com reverberação de sentidos que se cristalizam por práticas discursivas de uma memória social. Portanto, a figura de Sepé retoma e reforça determinados sentidos e silencia outros, não desejáveis. A Figura 1 materializa um espaço simbólico no município de Santo Ângelo, ela dá forma a determinados gestos de interpretação no espaço urbano. É pelo simbólico que a cidade e os sujeitos que a habitam significam e reafirmam o seu pertencimento ao espaço pelas filiações identitárias que os inscrevem a redes de memória.

Segundo Venturini,

O espaço urbano e o sujeito mantêm uma relação de dependência: de um lado, a cidade só existe porque os sujeitos a constituem e, de outro, os sujeitos que são por ela constituídos. A memória da cidade não se constitui a partir dos saberes de um sujeito empírico e individual, mas dos saberes da formação social em sua totalidade, de saberes constitutivos da memória social. É a partir dos sujeitos urbanos ideologicamente constituídos e inconscientemente divididos, que o passado retorna – pelos enunciados fundadores - não com o mesmo sentido, mas transformados a partir de recordações (memórias), e do conhecimento transformado e deslocado pelo funcionamento discursivo (historicidade). (VENTURINI, 2008, p. 120).

A repetição da presença de Sepé no mobiliário urbano e na cultura regional ajuda a reforçar determinados sentidos e silenciar outros. Como aponta Indursky (2013), toda materialidade carrega traços do discurso que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma, de modo que o mesmo enunciado, mesmo que retomado, possam ser ressignificado.

Assim, o enunciado “Esta terra tem dono” foi proferido em condições de produção específicas, e observando a construção e seleção sintática do enunciado “Esta terra tem dono”, o pronome demonstrativo “esta”, inicialmente marca uma proximidade do locutor com o objeto referido. O substantivo “terra”, aponta para um espaço geográfico delimitado. Logo, “Esta terra”, não pode ser substituído por “qualquer terra”, “alguma terra”, “aquela terra”. “Esta terra” indica que o locutor está na terra no referido momento do enunciado. A demarcação geográfica talvez não seja precisa, mas de acordo com historiadores, localiza-se no entorno da região das Missões.

Na sequência, “tem dono”, o verbo “ter” conjugado no presente do indicativo, aponta para um tempo específico, o presente. Se mudássemos o tempo verbal para “teve dono”, “terá dono” “se teria dono”, implicaria em uma mudança de sentido. Podemos dizer que quaisquer pessoas que não fossem aqueles que vivem naquela terra, naquele momento, não seriam os donos da terra. A partir dessa construção, entende-se que os donos da terra são os que ali vivem, a organização societal que se organizou em torno da redução de São Miguel. O enunciado é uma afirmação clara sobre a terra, ela não pertence a qualquer um e a todos, ela tem dono. Embora se tenha a necessidade de verbalizar essa afirmação, indica que nem todos compartilhavam dos mesmos sentidos, visto que é necessária essa afirmação pelos donos da terra. É posto em questionamento a legitimidade sobre o domínio daquela terra. O que depreendemos é, pois, a existência de um outro que questiona sobre a posse da terra.

Na atualidade, o mesmo enunciado, “Esta terra tem dono”, é retomado na região das Missões e aparece como uma representação que ajuda a fabricar uma identidade missioneira de relação com o passado. O enunciado que hoje é retomado, apesar da mesma construção, passa por uma mudança de sentido. De acordo com Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferentemente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (PÊCHEUX, 2006, p. 53)

Dessa forma, entendemos que a presença de Sepé Tiaraju, no espaço urbano das Missões, contribui para a constituição de um determinado imaginário missioneiro. É, sobretudo, por meio do funcionamento da

memória que podemos compreender como dizeres retornam e produzem efeitos de sentido. O conceito de memória, para a perspectiva discursiva, é entendido não pela psicologia da memória individual, mas pelo entrecruzamento de sentidos da memória mítica e da memória social, inscrita em determinadas práticas. Achard (1999) aponta que a memória discursiva se estabelece a partir de implícitos, produzindo uma estabilidade que, sob a repetição, produz regularidades e remissões.

Assim, o efeito do enunciado na atualidade, indica que existe uma identificação com o povo missioneiro como os donos da terra. Embora discursivamente, essa identificação contenha em seu fundo uma problemática, esse discurso ou o deslize dele, organiza-se em torno de um apagamento histórico, uma vez que os donos da terra, Sepé e os guarani, foram, em grande parte, assassinados pelas Coroas portuguesa e espanhola. Não se toma só a vida do povo indígena, mas também o próprio brado ganha novos sentidos na história, criando a ideia de pertencimento, identidade e dando legitimidade da terra ao homem missioneiro que ali vive.

### **Considerações finais**

O papel simbólico de Sepé na formação de uma memória missioneira atravessa o tempo e se singulariza pela construção de identidades e sujeitos dentro do espaço urbano. O retorno de seu nome coloca em perspectiva sua importância não só para a região missioneira, como também para a construção de uma história sul-rio-grandense. Entendemos que o enunciado, “Esta terra tem dono”, reverbera até os dias atuais na memória da região, uma vez que o passado é retomado como motivo de orgulho. As homenagens, no espaço urbano, com monumentos que se erguem em nome de Sepé, ruas que levam seu nome, escolas, além de aparecer na cultura popular, literatura e música etc., colocam em circulação uma memória institucionalizada, regulada por documentos/monumentos que fixam a história oficial, narrativas feitas pela voz que detém o poder da palavra, o colonizador, e não o silenciado, o colonizado.

Assim, buscamos “cavocar na ferida”, trazer para a reflexão os deslizos e equívocos da linguagem, que, pelos efeitos do tempo e da

repetição do enunciado, ele torna-se outro. Em outras palavras, a linguagem tem a capacidade de, no seu próprio interior, refratar a realidade, atualizar dizeres, mas também apagar e silenciar grupos que se opõem à lógica dominante da sociedade capitalista.

Tendo em vista nosso interesse, entendemos como o discurso em torno de Sepé é determinado por uma historicidade, a qual permite a estabilização de sentidos, bem como relações políticas e ideológicas. Assim, para compreendermos o funcionamento da historicidade no processo discursivo, devemos ter claro que a “materialidade não se reduz ‘ao que está dito’, ou ao ‘dado’ de qualquer natureza que seja” (ORLANDI, 2012, p. 70). Essa questão vincula-se, segundo Orlandi (2004), a “um deslocamento fundamental, nos estudos da linguagem, permite passar do dado para o fato. Este deslocamento, por sua vez, nos coloca no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo”. (2004, p. 36)

A noção de dado, desse ponto de vista, não possui ‘um valor operatório positivo’ (produto), visto que não trabalhamos com evidências, buscamos desconstruí-las, compreendendo o seu processo de produção (2004, p. 44). Assim, “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico”, cujo gesto nos leva à interpretação, e esta à questão do real e da exterioridade.

Na AD, “a exterioridade não tem a objetividade empírica do ‘fora’ da linguagem, [...] [ela] é suprimida para intervir como tal na textualidade. É isto que chamamos discursividade. Trata-se, portanto de pensar a exterioridade discursiva/constitutiva”. (Orlandi, 2004, p. 38). Esta, por sua vez, é compreendida na AD pela noção de interdiscurso.

Diante disso, entendemos que a constituição do imaginário missioneiro é determinada pela circulação, no espaço urbano, do herói indígena Sepé Tiaraju. O modo como o discurso em torno de Sepé é rememorado/comemorado no espaço urbano da região das Missões/RS, coloca em funcionamento uma determinada narratividade, sendo esta “Uma maneira de flagrar a memória em seu funcionamento”. (ORLANDI, 2017, p. 309).

Orlandi pontua que

narratividade é funcionamento, inscrição do que, na AD, denominamos historicidade: relação do discurso com sua exterioridade, relação entre sujeito, memória discursiva, ou interdiscurso, e condições de produção. Considero a narratividade – tomada no funcionamento da memória -, em sua definição, como o modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas. (ORLANDI, 2017, p. 313).

Tendo em vista nosso interesse e tais questões teóricas, podemos dizer que é pela “atualização da memória” que o discurso em torno de Sepé retorna e produz efeitos de sentido no espaço urbano da região das Missões/RS. Esse retorno, relaciona-se com o que destaca Orlandi (2017) a respeito do fato de “podemos ter uma percepção atualizada de tempo e espaço, graças à narratividade, isto é, graças ao modo como a memória se diz, no sujeito individuado” (ORLANDI, 2017, p. 316). Ou, ainda segundo a autora, “o modo como a memória se diz no sujeito, pela narratividade, atesta os processos identitários e os efeitos ideológicos, na constituição do sentido” (ORLANDI, 2017, p. 310). Logo, o imaginário missioneiro é determinado por essa relação com a memória, (re) atualizando dizeres, a fim de colocar em funcionamento uma narratividade, ou seja, uma versão sobre os fatos históricos.

## Referências

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Editora Pontes, 1999. p. 11-17.
- BRUM, C. Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. O mito de Sepé Tiaraju. *Revista Antropológicas*, ano 11, v. 18 (2), p. 215-236, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23707/19363>. Acesso em: 25 de jun. 2022.
- FIGUEIREDO, O. S. *Vida e morte de Sepé Tiaraju*. São Gabriel, 2005.
- GOLIN, T. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOLIN, T. A relação de povoamento do Brasil meridional com as sociedades indígenas é um processo etnocida. In: Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). *SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS*. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/sepe-tiaraju-250-anos-depois>. Acesso em: 8 de jan., 2023.

INDURSKY, F. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. In: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). *Signo y Señal*, nº 24, p. 91-104, 2013.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PRITSCH, E. I. As vidas de Sepé. In: Comitê do ano de Sepé Tiaraju (org.). *SEPÉ TIARAJU, 250 ANOS DEPOIS*. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/sepe-tiaraju-250-anos-depois>. Acesso em: 8 de jan., 2023.

VENTURINI, M. C. *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de pós-graduação em Letras (UFSM), 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3952?show=full>. Acesso em: 12 de jul., 2022.

## Minicurrículo

**Bruna Luíza Mallmann** é professora formada em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Cerro Largo/RS*. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Chapecó/SC*. Bolsista Capes. E-mail: [brunallmallmann@gmail.com](mailto:brunallmallmann@gmail.com)



**“Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”**

**(Pêcheux, 1999, p. 50).**



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL**  
CAMPUS CERRO LARGO

